

Aula 00

CNU (Bloco Temático 8 - Nível Intermediário) Realidade Brasileira (Item 1) - 2024 (Pós-Edital)

Autor:
Alessandra Lopes

17 de Janeiro de 2024

SUMÁRIO

Apresentação da Professora	2
Cronograma de Aulas.....	3
Introdução	4
1. – Família Real para o Brasil e o Período Joanino	7
1.1 O contexto na Europa	7
1.2 – A Corte no Brasil	10
1.3 - Revolução Pernambucana, 1817	16
1.4 – O retorno da Corte para Portugal: A Revolução Liberal do Porto (1821)	18
2. A Proclamação da Independência do Brasil	21
2.1 Brasil Independente: Reconhecimentos e limites.....	28
3. Primeiro Reinado (1824-1831)	32
3.1 - Economia	33
3.2 – População e Sociedade	36
3.3 - Religião	42
3.4 - Política.....	43
3.4.1 – Confederação do Equador.....	52
3.4.2 – Política Externa	54
3.5 – Abdicação de Dom Pedro I	55
4. Período Regencial.....	58
4.1 - Contextualização	59
4.2 – Regência Provisória	60



4.3 – Regência Permanente (1831-1835).....	60
4.4 – Regência Una	61
4.5 - Revoltas no Período Regencial.....	62
5. Questões sem comentários	66
6. Gabarito	86
7. Questões comentadas.....	87

APRESENTAÇÃO DA PROFESSORA

Olá, queridas e queridos alunos, tudo bem?

Estou muito feliz por você iniciar nosso para a prova do **Concurso Nacional Unificado (CNU), Bloco 8.**



@profe.ale.lopes

Bem, antes de tudo, peço licença para me apresentar. Sou Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Licenciada em Sociologia pela mesma universidade, Mestra em Ciência Política também pela mesma Universidade iniciei meus estudos de doutorado no campo dos estudos sobre justiça de transição, políticas de memória e direito internacional. Por essa trajetória na Ciência Política, sou especialista em regimes políticos transicionais e direitos humanos. Mais recentemente, ingressei no curso de bacharelado em História na Universidade de São Paulo.

Em 2018, fui aprovada para o cargo de Consultor Legislativa da área de Direitos Humanos, Minorias, Cidadania e Sociedade da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Desde 2004, dou aulas de História, Ciências Sociais e Humanidades em cursos preparatórios para vestibulares, ENEM e concursos. Entre 2018 e 2019, iniciei minha jornada aqui no Estratégia, dou aula no Estratégia Concursos, Vestibulares e Militares. Sou especialista em desenvolvimento de materiais preparatórios.

Posso afirmar, com segurança, que já contribui para a aprovação de muitos alunos nas mais variadas e concorridas instituições do Brasil. Seja bem-vindo e bem-vinda ao nosso time :)

Dito isso, espero que você esteja seguro e segura para iniciar esta jornada importante que irá contribuir para a conquista de pontos fundamentais para a sua aprovação.



Aproveite para me seguir nas redes sociais, há muitos conteúdos iscas e orientações focadas e cotidianas que podem reforçar seus conhecimentos.

Grande abraço,

Bons estudos!

Alê 😊



@profe.ale.lopes



Profe Ale Lopes



<https://t.me/profealopes>

CRONOGRAMA DE AULAS

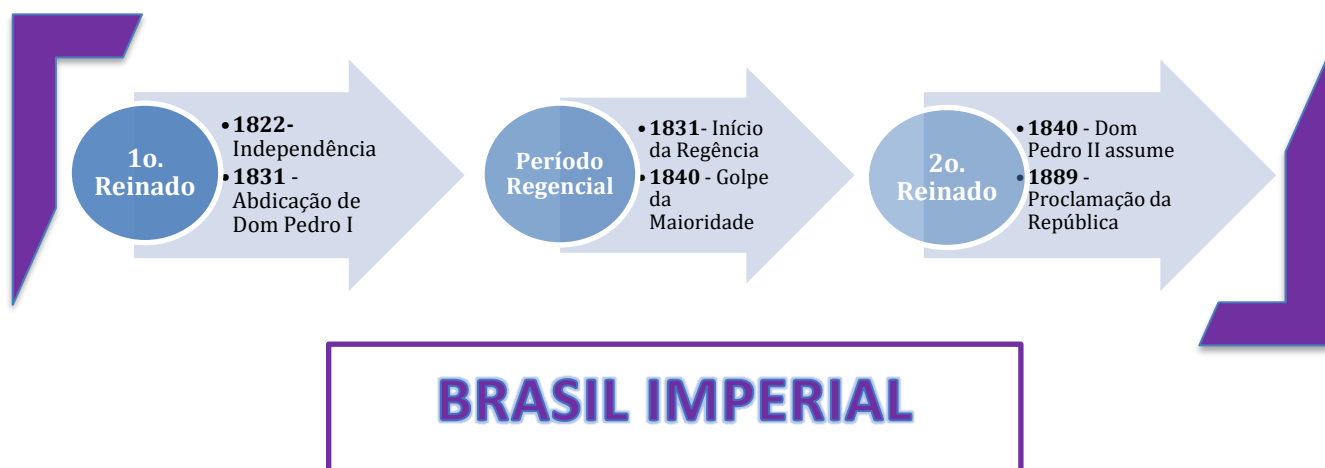
Vejamos a distribuição das aulas, conforme os assuntos estabelecidos no Edital.

Curso de Realidade Brasileira (História) para CNU Professora Alê Lopes Cesgranrio – Prova 05/05/2024	
Conteúdo	
Aula 00:	1 Formação do Brasil contemporâneo: 1.1 Da independência à República: Independência, Primeiro Reinado e Regência.
Aula 01:	1 Formação do Brasil contemporâneo: 1.1 Da independência à República: 2º Reinado e Proclamação da República.
Aula 02:	1.2 Primeira República: elite agrária e a política da economia cafeeira
Aula 03:	1.3 O Estado Getulista
Aula 04:	1.4 Democracia e rupturas democráticas na segunda metade do século XX
Aula 05:	1.5 A redemocratização e a busca pela estabilidade econômica. 15 Estado Democrático de Direito: a Constituição de 1988 e a afirmação da cidadania.



INTRODUÇÃO

Entre 1822 e 1889 a forma de Governo foi **Monarquia Constitucional**, chamamos essa fase de **Brasil Império**. Depois, entre 1889 até os dias atuais passamos para a fase da **República**. Veja:



O processo que deu origem ao **7 de setembro de 1822**, ou seja, à Independência do Brasil, estava inserido em um contexto muito maior que integrou a história brasileira à história mundial. Como disse as professoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling no livro *Brasil: uma biografia* (2018):

[...]o Sete de Setembro representa um movimento simbólico destacado de um longo processo de ruptura iniciado até antes da vinda da corte, e que levou, ao fim e ao cabo, a uma **solução monárquica**, implantado bem no meio das Américas. Cercado de repúblicas por todos os lados, O Brasil colocaria no centro do poder um rei, ou melhor, um imperador, para espanto e desconfiança dos vizinhos latino-americanos. Por certo, a emancipação não foi obra exclusiva de nosso quixotesco d. Pedro. **O evento é expressão visível de uma série de tensões e arranjos que se colavam à crise do sistema colonial e do absolutismo, tão característico do fim do período moderno.** Era todo o Antigo Regime que desintegrava e com ele as bases do colonialismo mercantilista. ¹(grifos nossos)

Assim, a **conquista da soberania política brasileira** foi parte fundamental dessa crise do Antigo Regime. Nesse sentido, **foi um processo progressista** porque rompeu com o colonialismo. Todavia, lembro de que o Brasil contrastou com os demais países latinos, pois a experiência latino-americana foi marcada pelo republicanismo (diferente da Monarquia Constitucional aqui instalada). Não podemos esquecer, também, de que a opção pela Monarquia Constitucional visava, em primeiro lugar, evitar a fragmentação territorial, a exemplo do que ocorria nos territórios vizinhos.

¹ SCHWARCZ, Lilia M., STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, p 222.



Nesse sentido, **os fatores motivadores da Independência relacionados com o contexto internacional** elencados para explicar a independência na América Espanhola também servem para o caso brasileiro.

Por isso mesmo, a independência não é fruto de um Grito às margens do Rio Ipiranga dado por um príncipe herdeiro do trono de Portugal. Tal como o quadro de Pedro Américo, esse Grito foi apenas uma cena – que talvez nem tenha existido exatamente – de um longa-metragem que começamos a estudar agora!



Independência ou Morte, 1888. Pedro Américo. Museu Paulista, São Paulo.

Antes de avançarmos, vamos esquematizar os **Fatores Motivadores da Independência Brasileira**. Observe bem e compare o esquema brasileiro com o esquema utilizado para explicar a independência da América Espanhola. Aponte semelhanças e encontre as diferenças.



Por sua vez, a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em janeiro de 1808, e o período em que foi governado diretamente por Dom João VI são eventos bem presentes na memória social. Claro que cheio de estereótipos, especialmente, sobre a figura de Dom João envolto a uma caricatura que o retrata como um rei meio decadente.

Os episódios históricos que deram notoriedade a Dom João estão relacionados justamente com a invasão de Napoleão Bonaparte em Portugal no final de 1807 e a transferência da Corte para a colônia portuguesa na América.

Esses episódios podem ter sentidos históricos distintos, a depender de quem os conta. Portugueses, por muito tempo, contaram essa história como a de um rei que fugiu, de um processo de “salve-se-quem-puder”, como anticolonialista ou absolutista.

Já na historiografia brasileira, a chegada da família real, no contexto da expansão napoleônica, significou a última etapa do nosso processo de independência e determinou quando e como se deu a Independência do Brasil. Então, até para fins didáticos, também estudaremos a análise do período que vai **de 1808**, com a chegada da família, **até 1822** com a Declaração da Independência.

Além disso, em 1822, não foi só a forma de governo monárquica que deu uma tônica conservadora para o país que nascia em 7 de Setembro. A **manutenção da escravidão** foi um dos elementos defendidos pela maioria das elites oligárquicas que articularam a etapa final da independência. De fato, esta foi a questão que unificou grupos políticos que tinham posições diferentes sobre como organizar o Estado e a administração do Estado.

Nesse sentido, **a emancipação política conquistada pelo Estado não se transferiu para sua população, que continuava miserável e oprimida**. Do ponto de vista do exercício da cidadania, sobretudo em relação à participação política, a maioria da população continuou excluída. Por muito tempo, prevaleceu no Brasil uma visão aristocrática sobre os direitos civis e políticos da sociedade. A **cidadania restrita**, portanto, marcou o Brasil Imperial. Nas palavras das estudiosas Lília e Heloisa,

*Com isso, **noções bastante frouxas de representatividade** das instituições políticas se impuseram, mostrando como **a Independência criou um Estado, mas não uma Nação**. Criar uma cultura, imaginar uma formação, pretender uma nacionalidade: aí estava uma tarefa para a agenda futura do Primeiro e, sobretudo, do Segundo Reinado. (grifos nossos)²*

Assim, o período do **Primeiro Reinado**, **entre 1822 e 1831** pode ser analisado a partir da perspectiva de **continuidades e rupturas em relação ao momento que o antecedeu** (Brasil Colônia) e, especialmente, em relação aos novos formatos políticos e econômicos que se desenvolviam no mundo.

Em seguida, tivemos o Período Regencial, assunto que também estudaremos nesta aula.

Vamos à História, meus caros! Rumo à aprovação!

²SCHWARCZ, Lília e STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018, p. 222.



1. – FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL E O PERÍODO JOANINO

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil e o período em que foi governado diretamente por Dom João VI são eventos bem presentes na memória social. Claro que cheio de estereótipos, especialmente, sobre a figura de Dom João envolto a uma caricatura que o retrata como um rei meio decadente.

Os episódios históricos que deram notoriedade a Dom João estão relacionados justamente com a invasão de Napoleão Bonaparte em Portugal no final de 1807 e a transferência da Corte para a colônia portuguesa na América.

Esses episódios podem ter sentidos históricos distintos, a depender de quem os conta. Portugueses, por muito tempo, contaram essa história como a de um rei que fugiu, de um processo de “salve-se-quem-puder”, como anticolonialista ou absolutista.

Já na historiografia brasileira, a chegada da família real, em janeiro de 1808, no contexto da expansão napoleônica, significou a última etapa do nosso processo de independência e determinou quando e como se deu a Independência do Brasil. Então, passemos a análise do período que vai de 1808, com a chegada da família, até 1822 com a Declaração da Independência.

1.1 O contexto na Europa

Como já estudamos, a partir de 1806 Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental, que serviu de pressão para que os Estados Europeus não comercializassem com a Inglaterra. Contudo, a tensão entre as potências europeias era um problema desde o início da Revolução Francesa. Foram sete as coalisões para impedir o avanço do poder da França e de suas ideias liberais.

Nesse contexto, a monarquia portuguesa procurava equilibrar-se em uma “política de neutralidade” que, a partir de 1807, foi colocada em xeque por Napoleão. O Imperador colocou Portugal na parede e exigiu que Dom João VI, o príncipe regente, tomasse o lado dos “interesses franceses”; caso contrário, França e Espanha invadiriam Portugal.

Mas Profe, como Portugal faria isso diante de todos os acordos que ele mantinha com a Inglaterra?

Bingo, Coruja! Como Portugal faria para ir contra a sua grande aliada há um século, não é mesmo? Uma coisa é manter a neutralidade e não interferir diretamente em nenhuma das disputas, outra coisa é se posicionar. Ser “isentão”, nesse caso, fez com que Portugal fosse empurrando o conflito para frente sem se enfrentar nem com França e nem com Inglaterra. “Vou aderir, não vou aderir, estou quase aderindo, em qual condições eu vou aderir...” enfim...foi assim por quase dois anos.

É bom lembrar que se Portugal aderisse ao Bloqueio, a Inglaterra poderia, inclusive, invadir as colônias e feitorias de Portugal, afinal, o que a impediria? Percebe que Portugal estava em uma encruzilhada?



Mas, em 1807, não deu mais. Londres e Paris perderam a paciência com Dom João VI.

Diante da demora do governo luso em tomar uma posição, Napoleão determinou a invasão de Portugal. No dia 17 de novembro de 1807, as primeiras tropas francesas já se encontravam em território português.

(AZEVEDO e SERIACOPI, p. 293. 2006)

Então, Portugal recorreu a um antigo plano que a Coroa sempre manteve para casos de crise: transferir-se para sua mais produtiva colônia, o Brasil! Assim aproveitando de sua relação com Inglaterra, a Monarquia britânica garantiu a proteção e o embarque da família real e de toda a Corte portuguesa para o Brasil, em 27 de novembro de 1807. Foi um deslocamento de quase 15 mil pessoas – entre altos funcionários, magistrados, nobres, militares, clérigos.

Dom João nunca deu respostas para Napoleão. Com isso, em estratégia considerada brilhante por parte dos historiadores portugueses e brasileiros, Dom João manteve o reino luso, a coroa na cabeça e a posse da colônia!

Só para você saber. A França invadiu e ocupou Portugal. Os portugueses resistiram, houve uma guerra generalizada contra a França em toda a Península Ibérica por longos 7 anos, fato este que enfraqueceu a economia e a honra do país. Nesse sentido, aqui também a monarquia absolutista entrava em decadência.

(VUNESP - 2009 – PM-SP)

Após a abertura dos portos, pela primeira vez o Brasil pode manter contatos comerciais diretos e regulares com o exterior. O Rio de Janeiro transformou-se, então, em um “empório do Atlântico sul”.

Assinale a alternativa que se relaciona corretamente ao contexto descrito.

- A) Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.
- B) União das Coroas Ibéricas.
- C) Proclamação da República.
- D) Invasões holandesas.
- E) Assinatura de tratados com os países do Prata.

Comentários

A) Essa é a resposta correta. O trecho menciona a abertura dos portos, que ocorreu após a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. Com essa medida, o Brasil pôde estabelecer contatos comerciais diretos com o exterior, e o Rio de Janeiro se tornou um importante centro comercial, conhecido como “empório do Atlântico sul”.

B) Essa alternativa está incorreta, pois a União das Coroas Ibéricas ocorreu em 1580, quando Portugal e Espanha estiveram sob o mesmo monarca, mas não está relacionada à abertura dos portos e à transformação do Rio de Janeiro em um centro comercial.



C) Essa alternativa está incorreta, pois a Proclamação da República ocorreu em 1889, muito tempo após a abertura dos portos em 1808. A Proclamação da República não está diretamente relacionada ao contexto descrito.

D) Essa alternativa está incorreta, pois as invasões holandesas ocorreram entre 1624 e 1654, também muito antes da abertura dos portos. As invasões não estão relacionadas à transformação do Rio de Janeiro em um centro comercial após a abertura dos portos.

E) Essa alternativa está incorreta, pois a assinatura de tratados com os países do Prata não está mencionada no trecho e não está relacionada à abertura dos portos e à transformação do Rio de Janeiro em um centro comercial.

Gabarito: A

Para treinar e memorizar

Em novembro de 1807, a família real portuguesa deixou Lisboa e, em março de 1808, chegou ao Rio de Janeiro. O acontecimento pode ser visto como:

- a) incapacidade dos Braganças de resistirem à pressão da Espanha para impedir a anexação de Portugal.
- b) ato desesperado do Príncipe Regente, pressionado pela rainha-mãe, Dona Maria I.
- c) execução de um velho projeto de mudança do centro político do Império português, invocado em épocas de crise.
- d) culminância de uma discussão popular sobre a neutralidade de Portugal com relação à guerra anglo-francesa.
- e) exigência diplomática apresentada por Napoleão Bonaparte, então primeiro cônsul da França.

Comentário

Queridos, essa questão sobre o significado da vinda da família real para o Brasil pode ser interpretada de diversas perspectivas. Assim, você deve extrair as maiores informações possíveis do comando da questão para tentar captar de qual perspectiva a Banca está abordando. Caso nada exista, como nessa questão, você deve ir para as alternativas e analisar uma a uma. Vamos analisar, então:

Não teve a ver com incapacidade, mas com estratégia de negociação, como vimos em aula.

Dona Maria nem sabia direito o que estava acontecendo. Dizem as fontes oficiosas que ela pediu para que ninguém corresse para que Napoleão não percebessem que estavam fugindo 😊

Bem, esse é o item correto. Mas é chato, né, porque o aluno teria que saber que a coroa portuguesa sempre cogitou vir para o Brasil nos momentos de crise na corte. Diga, o que isso tem de realmente significativo? Enfim, ninguém vai brigar com a banca. Responde e parte!

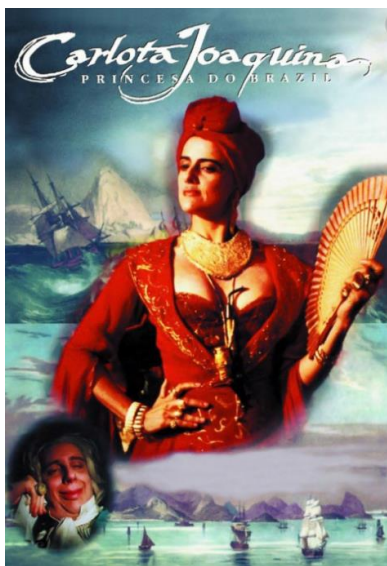
Imagina fazer um plebiscito, ou algo assim, sobre uma estratégia de saída rápida do país que estava sendo invadido? Sem comentário.

Napoleão queria invadir a França e jamais poderia ter oferecido um plano de fuga, concorda? 😊

Gabarito: C

Aprenda se divertindo!!!!





O filme Carlota Joaquina, de 1995 (BR), mostra um painel da vida de Carlota Joaquina (Marieta Severo), a infanta espanhola que conheceu o príncipe de Portugal (Marco Nanini) com apenas dez anos e se decepcionou com o futuro marido. Sempre mostrou disposição para seus amantes e pelo poder e se sentiu tremendamente contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil.

1.2 – A Corte no Brasil

Com a chegada da Corte Portuguesa, a colônia passou a ostentar uma situação singular e muito diferente em relação às colônias da América Espanhola. Por favor guarde o seguinte:



No contexto da invasão napoleônica à Península Ibérica, enquanto os criollos da América espanhola criaram juntas governativas para administrar autonomamente as colônias, de modo a impedir que a França ou outros países ocupassem o território, no Brasil, o próprio rei aportava em suas terras.

Veja, isso muda tudo:

- O Brasil tornou-se uma colônia que abriga o governo metropolitano. Isso obrigou o governo luso a enfrentar os problemas brasileiros por outra perspectiva que não apenas a da exploração e arrecadação fiscal.
- Para governar e manter uma Corte foi preciso montar um país, ou seja, um sistema administrativo, político e cultural de outro nível.
- Aproximação entre a corte e a elite colonial de modo que esta teve mais poder do que antes. Agora ela era “parte” da Corte. Portanto, os interesses locais precisaram ser organizados.
- O Pacto Colonial terminou e, com isso, a liberdade econômica poderia gerar desenvolvimento para a “nova sede da coroa”.

Essa especificidade do Brasil colônia permitiu que a Independência ocorresse de modo distinto em relação à experiência da América Latina. O lugar que ocupou essa elite colonial tem importância fundamental para explicar a manutenção da integridade territorial e política que caracterizou a independência política brasileira.



Naquele janeiro de 1808, o Brasil foi inundado por Portugueses. A Corte era composta por aproximadamente 15 mil pessoas que cercavam e serviam a Família Real: nobres, funcionários que compõem a administração civil, militar, judiciária, eclesiástica, empregados e damas de companhia, soldados, entre outros. Junto com as pessoas vieram seus bens e pertences. Cavalos, canhões, livros, roupas e infinitas bagagens. O cenário inicial era uma confusão!

Primeiro, a Corte chegou em Salvador, passou 1 mês e, depois, seguiu para o Rio de Janeiro. A família real instalou-se nos palácios dos vice-reis, as tropas ocuparam periferias e, para acomodar os nobres da corte, a coroa emitiu ordem de desapropriação por interesse público. Ou seja, pessoas perderam suas casas de uma hora para outra. O proprietário ficava sabendo que tinha perdido a casa quando acordava e via as letras P.R pintadas na porta. As iniciais P.R se referiam à Príncipe Regente. Mas como somos o país do meme, logo circulou a “nova legenda”: ponha-se na rua!!!!

Dito isso, vamos pensar um pouco nas transformações da paisagem urbana, social, política e econômica impulsionada pela chegada da Corte.

O Governo de Dom João VI no Brasil 1808-1816

Vejamos sistematicamente algumas medidas tomadas por Dom João VI que contribuíram para as condições do processo de independência:

 Organização da estrutura administrativa:

- Criou o Banco do Brasil;
- Instalou órgãos da Justiça;
- Nomeou ministros de Estado.

 Medidas econômicas:

- Fim do Pacto Colonial, isso ficou conhecido como “Abertura dos Portos às nações amigas”. A partir daquele momento, os portos brasileiros estavam abertos ao desembarque de produtos podendo ser livremente comercializados no território, ou seja, extinguiu-se o monopólio comercial português sobre as atividades econômicas do Brasil;
- Tratado de Navegação e Comércio de 1810. Por meio desse tratado Portugal estabelecia uma escala dos valores de taxas de importação. Este reduziu para 15% a taxa alfandegária sobre os produtos importados da Inglaterra, enquanto os produtos portugueses pagavam 16% sobre seu valor, e os das demais nações, 24%. Como você pode imaginar, a Inglaterra foi privilegiada nesse acordo, pois foi o país a quem foi atribuída a menor tarifa alfandegária (de importação e exportação).



País	Valor da Taxa alfandegária (em %)
Inglaterra	15
Portugal	16
Outros países	24

- Extinção do Alvará de 1785, que até então limitava a instalação de manufaturas no Brasil, ou seja, as manufaturas, antes proibidas, estavam liberadas. Uhull!



Articula comigo: Com a “abertura dos Portos às Nações amigas” o mercado brasileiro foi inundado por produtos industrializados ingleses. Segundo Gilberto Freire, houve uma “britanização” sistemática da economia brasileira. Mesmo que não estivesse mais proibido desenvolver manufaturas no Brasil, esse espaço privilegiado para a indústria inglesa impedia qualquer avanço da indústria local. Até Portugal pagava mais imposto que o Brasil!!

Diplomacia:

Também em 1810, a Corte joanina firmou o Tratado da Amizade e da Aliança, segundo o qual em caso de delitos cometidos por britânicos, estes seriam processados em julgamento especial (uma espécie de foro privilegiado), com magistrados ingleses e conforme as leis da Inglaterra. Os residentes britânicos no Brasil também não seriam obrigados a professar o catolicismo, que era a religião oficial da monarquia portuguesa.

Promoção da Vida Cultural:



O Governo de Dom João implantou uma série de instituições de caráter cultural que são importantes até hoje:



Portal da Antiga Academia Imperial de Belas Artes, Jardim Botânico, Rio de Janeiro.

- Jardim Botânico
- Duas escolas de Medicina
- A Biblioteca Real – hoje, Biblioteca Nacional
- Imprensa Régia, o Jornal Gazeta do Rio de Janeiro – importante lembrar que Dom João proibiu a livre circulação da imprensa. O Jornal Correio Braziliense era impresso na Inglaterra por Hipólito da Costa e chegava clandestinamente ao Brasil.
- Academia de Belas-Artes. Essa escola fundada em 1826 é fruto de uma preocupação de Dom João com a educação e o clima cultural na sede do Governo Português. Um de seus Ministros, um francófono, entrou em contato com o Instituto Francês de Belas

Artes e, então, montou-se uma Missão Francesa para vir ao Brasil.

Ventos iluminados trouxeram os franceses para a colônia, ou seja, as ideias liberais promotora da ruptura com os dogmas da Igreja Católica e o estabelecimento da força do pensamento filosófico e do saber acadêmico e científico. Foi neste contexto que a Missão se instituiu: uma tentativa de modernizar a nova sede do reino.

Evidentemente, como toda aristocracia, as preocupações do rei e de seus ministros era criar um universo cultural apropriado para a vida *da* e *na* Corte. Nada disso diz respeito ao acesso da população local, em especial, a mais empobrecida.

🚩 Medida Política:

Em 1815, Dom João assinou um decreto que mudou a condição jurídica do Brasil incorporando-o ao reino de Portugal. Assim, ele foi elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves e o Brasil passou a ser a sede!! Que chique, hein!

Nesse sentido, consumava-se legalmente uma situação que já estava em curso desde 1808. Com isso, Dom João obrigava que Portugal mandasse dinheiro para financiar parte dos custos que a Corte tinha no Brasil. Essa “inversão” nas relações entre Brasil e Portugal foi intensamente criticada em Portugal e contribuiu para que surgisse um movimento recolonizador que exigiu a volta de Dom João para o país luso, especialmente porque a Europa vivia os impactos da derrota de Napoleão e as medidas do Congresso de Viena.

🚩 Medida de Política Externa:

- Invasão da Guiana Francesa: em 1809, uma expedição militar invadiu a Guiana Francesa e anexou seu território ao do Brasil. A justificativa oficial foi ser o ato uma retaliação ao fato de



a França ter invadido Portugal. No Congresso de Viena, determinou-se que Portugal deveria devolver o território, determinação que foi acatada sem maiores crises.

- Ocupação da Banda Oriental, atual Uruguai. A região Cisplatina era um antigo desejo da Corte de Portugal, desde o século XVII. Em 1810, abriu-se um conflito na área; tente entender:

1810:

- Espanha Fora do Jogo – lutando contra Napoleão;
- Junta Governativa de Buenos Aires quer a Independência da Argentina – reivindica os territórios dos atuais Paraguai e Uruguai;
- Uruguaios não querem ficar com a Argentina, mas não tem forças de combatê-la;
- Brasil entra no jogo: quer a Banda Oriental, ou o Uruguai. Uruguaios aceitam;
- Inglaterra não quer o Uruguai nem com a Argentina e nem com Brasil. A Inglaterra tem uma política de apoiar a formação de países minúsculos na América do Sul (por que será, hein?);
- Dom João entra em cena com seu hábil jogo diplomático, conversa, explica, negocia, faz de conta que não sabe de nada, invade, volta, invade de novo e.... Anexa!!!!

Medidas sociais

No começo do século XIX havia uma pressão para que a escravidão fosse abolida nas colônias. No caso do Brasil, essa pressão ocorria principalmente por parte da Inglaterra. A Independência do Haiti era um exemplo de uma revolução escrava e, no Brasil, a Conjuração Baiana tinha entre seus objetivos a abolição da escravidão. Portanto, a questão da escravidão era um problema social, além de econômico, real. Com a Corte no Brasil tal situação não se alterou.

Além da questão escravista, a desigualdade social e a miséria eram grandes na colônia. Nas regiões mais empobrecidas do território o efeito da presença da família real foi negativa. O aumento de impostos para sustentar o luxo da Corte e a implantação da estrutura político-administrativa e cultural, bem como a balança comercial negativa pioraram a condição de vida da população mais pobre.





Castigo de Escravo, óleo sobre tela.

Esse quadro de é Jean Baptiste Debret. Membro oficial da Comissão Francesa, participava da Academia de Belas Artes. Trouxe o negro e o escravo para o centro de suas obras.

(VUNESP - 2010 - Aluno-Oficial (PM SP))

O vozerio interrompido e sempre repetido com que os negros levam de um lado para o outro cargas sobre varas, o chiado de um tosco carro de bois de duas rodas, em que as mercadorias são conduzidas pela cidade, os frequentes tiros de canhão dos castelos e dos navios de todos os países do mundo que entram e o estrondo de foguetes com que os habitantes quase que diariamente e já pela manhã festejam os dias santos, confundem-se num estardalhaço ensurdecedor.

(J. B. Spix e C. F. P. von Martius. Viagem pelo Brasil, 1817-1820.)

O texto, relativo à cidade do Rio de Janeiro no final da segunda década do século XIX, faz referência

- A) ao pacto colonial e à sua estreita dependência em relação a Portugal.
- B) à crise causada pelo Bloqueio Continental, decretado por Napoleão.
- C) à importância do comércio na cidade, que abrigava a Corte portuguesa.
- D) ao crescimento das importações, incentivadas pelos lucros da mineração.
- E) à transformação da cidade em um centro produtor de manufaturas

Comentários

- A) Essa alternativa está incorreta, pois o trecho do texto não faz referência direta ao pacto colonial ou à dependência em relação a Portugal. O foco está na movimentação e no barulho da cidade do Rio de Janeiro.
- B) Essa alternativa está incorreta, pois o texto não menciona o Bloqueio Continental ou qualquer crise relacionada a ele. O texto se concentra na descrição da vida agitada da cidade do Rio de Janeiro.
- C) Essa é a resposta correta. O texto menciona o vozerio, o chiado do carro de bois e os tiros de canhão, indicando um ambiente movimentado e barulhento. Isso está relacionado à intensa atividade comercial da cidade do Rio de Janeiro, que se tornou a sede da Corte portuguesa e um centro administrativo e político.
- D) Essa alternativa está incorreta, pois o texto não menciona o crescimento das importações ou os lucros da mineração. O foco é na agitação e no barulho da cidade.

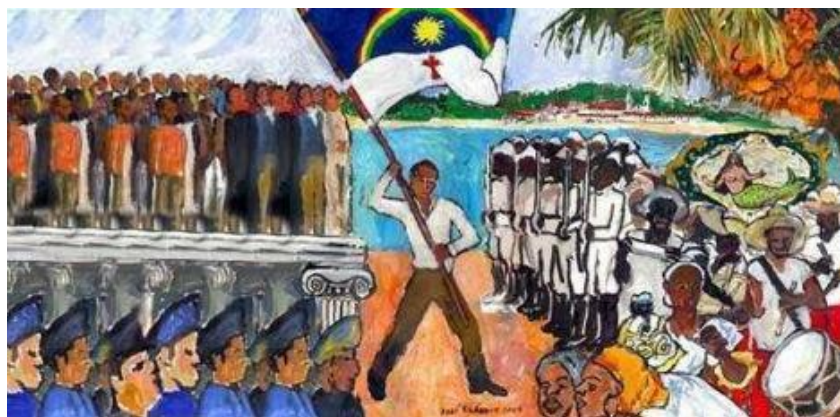
E) Essa alternativa está incorreta, pois o texto não faz referência à transformação da cidade do Rio de Janeiro em um centro produtor de manufaturas. O enfoque está na movimentação e no barulho da cidade relacionados à atividade comercial.

Portanto, a alternativa C é a única que está corretamente relacionada ao trecho do texto e à realidade da cidade do Rio de Janeiro no período mencionado.

Gabarito: C

1.3 - Revolução Pernambucana, 1817

Essa condição social miserável da ampla maioria da sociedade colonial brasileira fez surgir uma série de revoltas, como vimos. No período do Governo Joanino não foi diferente. Em 1817, Pernambuco fez uma revolta que ficou conhecida como Revolução Pernambucana. Vejamos um pouco da sua história:



Benção da Bandeira. Pintura de José Claudio da Silva.

Quase duas décadas depois da Conjuração Baiana, surgiu, no Nordeste uma grande rebelião de caráter popular, republicana e emancipacionista. Era A Revolução Pernambucana, de 1817, também conhecida como Revolução dos Padres, devido a participação dos padres de Olinda.

#Era popular porque muitos participantes pertenciam aos estratos sociais menos abastados.

#Era emancipacionista porque desejava se separar de Portugal, e como Portugal e Brasil eram unidos – Reino de Portugal e Algarves – e do Brasil. Por isso, alguns historiadores falam que a Revolução Pernambucana também teve um caráter separatista.

#Era Republicana porque defendia como Forma de Governo a República, e não a monarquia.

Diferentemente das revoltas que vieram antes, essa teve mais consequências políticas concretas, pois tomaram o poder, conseguiram depor o Governador, prendê-lo e Proclamar a República de Pernambuco. Governaram por 75 dias. Entre suas medidas iniciais podemos citar:

- ❖ Extinção de impostos

- ❖ Elaboração de uma Constituição
- ❖ Liberdade religiosa e de imprensa
- ❖ Sobre a escravidão havia uma proposta de estudos sobre o impacto da abolição.

Dom João VI respondeu com a mais extrema violência. Houve guerra entre o exército popular dos revoltosos e da Coroa. Depois de muitas batalhas, o rei ganhou.

Os principais líderes foram presos, julgados e condenados à morte.

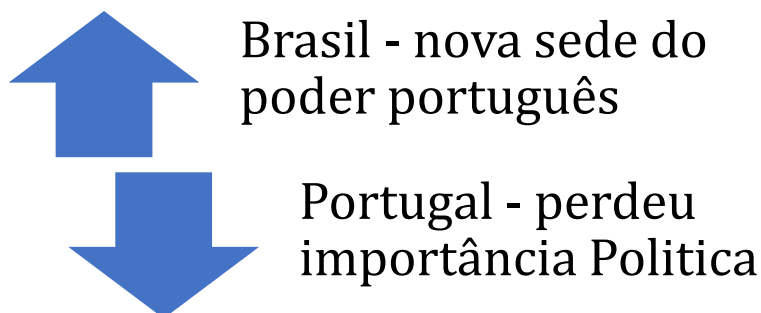
Fracassada, porém também contribuiu para disseminar os ideais de liberdade, igualdade, fraternidade, de liberdades econômicas e de direitos civis.

Quero que você preste atenção de que havia grupos na colônia que já simpatizavam e defendiam a ideia republicana. Portanto, no momento da independência do Brasil, a pergunta que devemos fazer é: qual espaço esses grupos tiveram – uma vez que todos os movimentos que estudos até aqui foram tratados como criminosos cujos líderes mereceram a mortes cruéis? Veremos!!!!

Esquemmatizando: Mudanças ocorridas no Brasil com a Vinda da Família Real



Alteração do Eixo de Poder da Metrópole para a Colônia, agora, elevada à categoria de Reino Unido de Portugal



Resultado das medidas adotadas por Dom João VI

Querida e querido aluno, você conseguiu perceber que as medidas de Dom João VI eram liberalizantes e, como efeito, foram revogando as condições coloniais a que o Brasil esteve submetido desde 22 de abril de 1500 quando Pedro Álvares Cabral chegou aqui?

Essa situação fortaleceu grupos sociais brasileiros, sobretudo, a elite econômica, mas também os fez perceber os limites e riscos da condição do Brasil em permanecer ligado a Portugal. Isso ficou claro quando em Portugal surgiu o movimento político que exigia a volta de Dom João e a recolonização do Brasil. As ideias de independência também se fortaleceram!

As medidas econômicas também consolidaram a influência da Inglaterra no Brasil e, definitivamente, travaram qualquer chance de desenvolvimento industrial do Brasil até o século XX. A economia brasileira permaneceu ostentando a posição de produtor e exportador agrícola e consumidor de produtos industrializados fabricados em outros países.

1.4 – O retorno da Corte para Portugal: A Revolução Liberal do Porto (1821)

Em 1820, ocorreu na Europa uma reação aos anseios *restauracionistas* do Congresso de Viena. Espanha, Grécia, Nápoles e Portugal. Era uma “onda liberal”.

Nesses lugares, a ideia foi submeter suas monarquias ao poder legislativo por meio da criação de uma constituição. Em Portugal, essa ideia conquistou setores fundamentais da sociedade como os militares, eclesiásticos, burguesia e parte da nobreza.



Contudo, no reino luso, que vivia uma crise econômica e política desde a invasão napoleônica e a transferência da Corte para a Colônia na América, o movimento foi ambíguo uma vez que dois pontos unificaram o movimento, quais sejam:

- Retorno do Rei a Portugal para se submeter à Constituição
- Restabelecimento do monopólio comercial do Brasil com Portugal – o que foi entendido como “recolonização”

Nesse sentido, podemos dizer que ao mesmo tempo em que a Revolução do Porto tinha um caráter liberal, também tinha sua dimensão colonialista. Justamente por isso, no Brasil, dividiu opiniões.

Dom João VI não queria voltar para Portugal e adiou o quanto pôde. Os portugueses no Brasil também se dividiram, afinal, muitos deles tinham negócios lucrativos aqui.

A Inglaterra se interessava pela autonomia do Brasil, por isso, viu nesse evento um estopim para encaminhar a independência do Brasil em relação a Portugal. Mas fazia isso com muita discrição sem causar mal-estar com quem quer que seja.

Os revoltosos foram vitoriosos em Portugal e exigiram a volta de Dom João. Assim, em 26 de abril de 1821, tropas portuguesas desembarcaram no Rio de Janeiro com a missão de levar o rei de volta a Portugal. Dom João VI, como bom estrategista que era, deixou seu filho, Dom Pedro I, como o príncipe regente das terras tropicais, que já não eram mais uma colônia simplesmente, né!



Vejam que, de certa forma, esse ato de Dom João VI foi uma ruptura na unidade da monarquia portuguesa, portanto, um passo para a independência do ponto de vista institucional. Mas a Corte Portuguesa e o Parlamento, recém instituído, também perceberam a jogada de mestre do rei no sentido de separar a unidade política, mas manter a unidade dinástica. Por isso, emitiram muitos decretos deslegitimando a autoridade do príncipe regente no Brasil. Na prática, era uma disputa para ver quem iria governar o Brasil: Dom Pedro I ou o Parlamento e Corte Português. Sacou o conflito?

(VUNESP – 2018)

“A datação do início do processo de independência pode não ser nítida dependendo da vertente historiográfica adotada. Toda periodização pressupõe, entretanto, uma teoria geral da História. No caso da História do Brasil em formação, ou mais propriamente, no processo de definição de sua própria existência (visto que antes do Primeiro Reinado tal história era um não-ser) a periodização de uma história que se autodenomina nacional só pode ter início em 1817, quando se inicia a ruptura” (Carlos Guilherme Mota. Viagem incompleta. Formação: histórias.)

A ruptura à qual o autor do texto se refere foi a

- A) Declaração de Abertura dos Portos às Nações Amigas.
- B) Inconfidência Bahiana.



C) Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro.

D) Guerra Cisplatina.

E) Revolução Pernambucana.

Comentários

A) Essa alternativa está incorreta. A Declaração de Abertura dos Portos às Nações Amigas ocorreu em 1808, antes do ano mencionado no texto (1817). Além disso, essa medida não representa uma ruptura no processo de independência, mas sim uma abertura econômica do Brasil para o comércio internacional.

B) Essa alternativa está incorreta. A Inconfidência Bahiana ocorreu em 1798, também antes do ano mencionado no texto. Além disso, essa revolta não teve o mesmo impacto e não representou uma ruptura significativa no processo de independência do Brasil.

C) Essa alternativa está incorreta. A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro ocorreu em 1808, antes do ano mencionado no texto. Embora tenha sido um evento importante para a história do Brasil, não foi a ruptura mencionada no texto.

D) Essa alternativa está incorreta. A Guerra Cisplatina ocorreu entre 1825 e 1828, após o ano mencionado no texto. Além disso, essa guerra foi um conflito territorial entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, não representando uma ruptura interna no processo de independência do Brasil.

E) Essa é a resposta correta. A Revolução Pernambucana ocorreu em 1817, sendo o evento mencionado no texto como a ruptura que marca o início da periodização da história nacional do Brasil. Essa revolta foi um movimento separatista em Pernambuco, que reivindicava a independência da região em relação ao domínio português.

Gabarito: E

(CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 21a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 31.

O diagnóstico sobre o sentido da colonização, de acordo com o texto acima, esteve associado à

(A) crítica da desorganização do aparato administrativo colonial.

(B) caracterização do uso inadequado do trabalho escravo de indígenas e africanos.



- (C) análise das atividades econômicas implementadas pelos colonizadores europeus.
- (D) denúncia das hierarquias raciais instituídas ao longo do processo de colonização.
- (E) valorização de rupturas entre a sociedade colonial e a sociedade imperial brasileira.

Comentários:

A questão aborda o diagnóstico sobre o sentido da colonização dos trópicos, de acordo com a obra de Caio Prado Júnior. O texto de apoio apresenta a definição de Prado Júnior sobre o sentido da colonização, que foi de explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.

(A) Incorreta. O texto não faz crítica à desorganização do aparato administrativo colonial. Pelo contrário, Prado Júnior considera que a colonização foi um processo organizado e planejado pelos colonizadores europeus.

(B) Incorreta. O texto não caracteriza o uso inadequado do trabalho escravo de indígenas e africanos. Prado Júnior considera que o trabalho escravo foi fundamental para a colonização, mas não o qualifica como inadequado.

(C) Correta. A alternativa está correta porque o diagnóstico sobre o sentido da colonização está associado à análise das atividades econômicas implementadas pelos colonizadores europeus. O texto de apoio afirma que a colonização foi uma empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem.

(D) Incorreta. A alternativa está incorreta porque o texto não faz denúncia das hierarquias raciais instituídas ao longo do processo de colonização. Prado Júnior considera que as hierarquias raciais foram uma consequência da colonização, mas não as qualifica como uma denúncia.

(E) Incorreta. A alternativa está incorreta porque o texto não valoriza rupturas entre a sociedade colonial e a sociedade imperial brasileira. Prado Júnior considera que a sociedade imperial brasileira foi uma continuação da sociedade colonial.

Gabarito: C.

2. A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A independência brasileira tomou, desde o início, a forma de um "arranjo político" entre as elites, conforme enfatizou pioneiramente, em 1933, o historiador Caio Prado Jr. O antigo poder da metrópole foi

21

129



transferido para o novo governo, chefiado por D. Pedro I, sendo absorvido pelos grupos dominantes da ex-colônia. A participação popular nesse processo foi, portanto, pouco expressiva. Isso ficou claro desde a formação da primeira Assembleia Constituinte.

(COTRIM, p. 458, 2012)

Você sabe que a Proclamação da Independência do Brasil ocorreu oficialmente em **7 de setembro de 1822**, até mesmo porque 07 de setembro é um feriado cívico no país, não é mesmo?

Contudo, há um processo político ocorrido nas camadas das elites políticas e econômicas da colônia que levaram Dom Pedro assinar oficialmente a soberania política do Brasil em relação a Portugal. Nesse sentido, é a organização em torno de Dom Pedro que determinou quando e como houve a conquista da soberania política.

Veja o que diz o professor Leslie Bethell sobre o arranjo político que se formara no processo de independência:

A classe dominante brasileira era, em sua maioria, conservadora (...). Desejava manter as estruturas econômicas e sociais coloniais baseadas no sistema agrícola, na escravidão e na exportação de produtos agrícolas tropicais para o mercado europeu. Contudo, havia nas cidades (...) alguns liberais que esperavam mudanças mais profundas na política e na sociedade: soberania popular, democracia e mesmo uma república. (grifos nossos)

Com os diversos decretos limitando os poderes de Dom Pedro e com o objetivo claro de querer restabelecer o Pacto Colonial, latifundiários e grandes comerciantes brasileiros ou luso-brasileiros se organizaram para criar um movimento pró-independência. Criou-se, então, o Partido Brasileiro, que juntava pessoas de diversos pensamentos e posições políticas, mas que se uniram momentaneamente para conseguir o feito de Proclamar a Independência mantendo a integridade do território.

A ideia era apoiar Dom Pedro I, que, em tese, teria mais legitimidade real para continuar governando o Brasil, sem que ocorresse nesse território o que se viu na América Latina, a fragmentação política que serviu para o caudilhismo dos interesses locais.

José Bonifácio de Andrada e Silva, um influente político da Corte, juntamente com a princesa Maria Leopoldina de Habsburgo, esposa de Dom Pedro, articulou um documento com quase 8 mil assinaturas exigindo que Dom Pedro I permanecesse no Brasil e declarasse a Independência.

Ao recebê-lo, ele teria dito: "*Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico*". O episódio ficou conhecido como o **Dia do Fico**.

Havia rumores de que estava se constituindo uma revolta separatista em São Paulo. Neste cenário conflituoso, D. Pedro entregou o poder a princesa Leopoldina, **em 13 de agosto de 1822**, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil. D. Pedro partiu para São Paulo.

Sessão do Conselho do Estado, 1922. Georgina de Albuquerque. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.





Em 02 de setembro, Maria Leopoldina assinou o decreto da Independência, declarando o Brasil separado de Portugal. Ela usou seus atributos de chefe interina do governo para fazer uma reunião com o Conselho de Estado, ocasião em que o documento foi assinado.

Após a assinatura do decreto, ela enviou uma carta a D. Pedro para que ele proclamasse a Independência do Brasil. Em 07 de setembro, em São Paulo, Dom Pedro recebeu a carta na qual sua esposa teria dito:

suadido de que não é só o amor que me faz
desejar mais que nunca sua pronta presença, mas sim as circunstâncias em que se acha o amado
Brasil. Só a sua presença, muita energia e rigor podem salvá-lo da ruína”

O documento chegou a ele no dia 7 de setembro de 1822, e depois de examinar todos os documentos do Dossiê que Leopoldina e José Bonifácio montaram, Dom Pedro proclamou o Brasil livre de Portugal, às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo.

Dom Pedro, teria dito:



Independência ou
Morte!!

A aclamação de D. Pedro como imperador constitucional do Brasil ocorreu em 12 de outubro, e sua coroação em 10 de setembro.

O grito do Ipiranga, 1888. Pedro Américo. Museu Paulista, São Paulo.

Estava proclamada a soberania política da nação tendo como forma de governo uma Monarquia Constitucional. Processo realizado pela elite econômica brasileira em aliança com o príncipe regente e SEM a participação popular.

Observe bem o quadro acima: Pedro Américo representa o “povo” fora do centro da obra. Fora da própria estradinha de terra, “o povo” está no seu caminho, seguindo sua vida e observa o que se passa “fora do seu universo”. Ao fundo, no canto superior esquerdo, também há um homem, a cavalo, com vestes mais modestas e fora da cena central.

Assim, podemos dizer que a Independência do Brasil, diferentemente da independência da América Espanhola, foi um processo elitista, feito de cima para baixo sem que, por isso, as estruturas desiguais da colônia fossem alteradas! Tatue esse esquema na mente.

Para treinar e memorizar!

Atente ao seguinte excerto: “[...] Resulta daí que a Independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto”.

Caio Prado Jr. Evolução política do Brasil: Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense. p. 53.

Na perspectiva de Caio Prado Jr., caracterizam o processo de independência do Brasil os seguintes aspectos:

- a) presença de movimentos populares, participação do povo no poder e elitismo.
- b) poder absorvido pelas classes inferiores, independência feita à revelia da elite local e com grandes sacrifícios para o povo que se envolveu no processo.
- c) projeto de toda a nação, afastamento das classes superiores do poder e grande participação popular.
- d) poder nas mãos das classes superiores, ausência de participação do povo e independência feita a partir do interesse de uma classe e não da nação como um todo.

Comentário

O texto é claro na sua abordagem: para Caio Prado Júnior, a independência do Brasil foi um movimento guiado pela elite brasileira, apoiando o Príncipe Regente d. Pedro, sem nenhum tipo de participação popular. E o resultado disso foi a formação de um governo independente amplamente elitista, sobretudo, porque teve como efeito a continuidade do trabalho escravo e a dependência econômica em relação à Inglaterra.



Repare nos erros das demais questões:

Não houve participação do movimento popular.

Gente, tudo errado, construiu um sentido oposto ao que ocorreu na realidade.

Mesma explicação do item A.

Segundo os argumentos do autor, item correto.

Gabarito: D

Os Estados Nacionais que se organizaram depois das independências no Brasil e nos países americanos de colonização espanhola, entre as décadas de 1820 e 1880, são semelhantes quanto à

- a) adoção de regimes políticos e diferentes com relação às posições implementadas sobre a escravidão negra.
- b) decisão de imediata abolição da escravidão e diferentes com relação à defesa da propriedade comunal indígena.
- c) defesa do sufrágio universal e diferentes com relação às práticas do liberalismo econômico.
- d) defesa da ampliação do acesso à terra pelos camponeses e diferentes com relação à submissão à Igreja Católica.
- e) vontade de participar do comércio internacional e diferentes quanto à adoção de regimes políticos.

Comentário

Olha que questão fofinha!! Ela quer que você estabeleça semelhanças e diferenças em relação à América espanhola e América portuguesa.

Gabarito: E

Colônia/Metrópole	Forma de Governo	Abolição da Escravidão	Reforma Agrária	Voto universal	Liberalismo econômico
América espanhola	Repúblicas	Alguns locais	não	Alguns locais	sim
América Portuguesa	Monarquia	não	não	não	sim

Apesar da conquista da Independência, ainda era preciso consolidá-la em algumas regiões do Brasil que não aceitaram a situação, ou seja, houve resistência por parte de portugueses que não queriam a independência do Brasil. Na Bahia, por exemplo, houve combates até julho de 1823. Também houve resistência de portugueses no Maranhão, Pará e na Província da Cisplatina.



Para ajudar a derrotar os revoltados, D. Pedro contratou mercenários e os oficiais Pedro Labatut (francês) e Lord Cochrane (inglês).

Essas vitórias iniciais de D. Pedro foram significativas, pois ajudaram a manter a unidade territorial do Brasil e sufocaram movimentos por autonomia nas províncias.

CURIOSIDADE



A primeira vez que uma mulher lutou no Exército brasileiro, contudo, foi em 1822. Na ocasião, diversos regimentos foram organizados para combater as tropas lusitanas contrárias à Independência. No regimento de Cachoeira (Bahia), alistou-se o “soldado Medeiros”, codinome de Maria Quitéria (1792-1853), mulher de 30 anos que fugira de casa vestindo a farda de um cunhado para lutar ao lado dos que se batiam pela emancipação. (AZEVEDO e SERIACOPI, p. 302. 2006). A participação de mulheres na luta pela Independência do Brasil na Bahia, em 1823, ainda contou com a liderança de Maria Felipa e outras mulheres, resistindo na Ilha de Itaparica, e a freira Joana Angélica (1761-1822, morta por tropas portuguesas).



Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica se destacaram no século XIX nas lutas para vencer as tropas portuguesas — Foto: Arte/G1

3

³ G1. Saiba onde estão restos mortais das três mulheres ícones da luta pela independência do Brasil na Bahia. Jul/2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/07/02/saiba-onde-estao-restos-mortais-das-tres-mulheres-icone-da-luta-pela-independencia-do-brasil-na-bahia.html>. Acesso em: 06/01/2021.



(VUNESP-2020- EsFCEEx)

Assim, a explicação de que é a “ideia” da Independência que constitui a força propulsora da renovação que se operava no seio da colônia parece pelo menos arriscada.

(Caio Prado Jr. A formação do Brasil contemporâneo. 23. edição. São Paulo: Brasiliense, 1994)

Considerando a obra e o fragmento do texto, podemos afirmar que a Independência

A) conteve a organização revolucionária de povos e trabalhadores, que, unidos em confederações e grupos sindicais, conseguiram participar ativamente das negociações em torno da transição para o modelo Imperial do século XIX.

B) consolidou um longo período de acordos entre as elites vinculadas aos portugueses e a nova burguesia industrial vinculada às cidades e às ideias progressistas que permitiram incluir os diferentes grupos neste projeto nacional.

C) foi um processo no qual várias concepções de separação coexistiram, uma vez que não existia um projeto de unidade em torno da Independência do país, diante de interesses e disputas conflitantes no período.

D) foi um processo de construção em massa que unificou os diversos setores da sociedade nacional, sobretudo, a partir da aliança entre os defensores do modelo escravista e os movimentos abolicionistas do período.

E) foi a continuidade de um projeto de inclusão e transformação da sociedade brasileira, com especial destaque à incorporação de direitos e à cidadania estendida a mulheres, negros e indígenas, entre outros grupos, neste processo.

Comentários

Considerando a obra e o fragmento do texto, podemos afirmar que a alternativa correta é a C) foi um processo no qual várias concepções de separação coexistiram, uma vez que não existia um projeto de unidade em torno da Independência do país, diante de interesses e disputas conflitantes no período.

O fragmento do texto de Caio Prado Jr. sugere que a ideia de que a Independência foi impulsionada pela força propulsora da renovação no seio da colônia é arriscada. Isso indica que o processo de Independência não foi guiado por uma única concepção unificada, mas sim por diferentes interesses e disputas conflitantes. Dessa forma, várias concepções de separação coexistiram durante esse período.

A Independência do Brasil foi marcada por uma série de acontecimentos e movimentos políticos, envolvendo diferentes atores e grupos sociais, como as elites coloniais, a burguesia urbana, as classes trabalhadoras, entre outros. Cada um desses grupos tinha suas próprias perspectivas e interesses em relação à Independência, o que gerou uma diversidade de concepções e projetos para o futuro do país.

Portanto, a resposta correta é a alternativa C) foi um processo no qual várias concepções de separação coexistiram, uma vez que não existia um projeto de unidade em torno da Independência do país, diante de interesses e disputas conflitantes no período.

Gabarito: C



2.1 Brasil Independente: Reconhecimentos e limites

Após proclamação oficial da independência, a missão de Dom Pedro era garantir o reconhecimento da legitimidade desse ato.

Em 1824, o primeiro país a reconhecer foram os Estados Unidos da América, uma vez que a Independência do Brasil era coerente com a chamada Doutrina Monroe: “América para os Americanos”.

INDO MAIS FUNDO!



Em 1823, diante das investidas recolonizadoras do Congresso de Viena e das monarquias europeias, o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), James Monroe, elaborou uma política de relações internacionais que reivindicava soberania da América em relação à Europa. Ou seja, por meio da ideia de “américa para os americanos”, esperava-se que as potências europeias respeitassem as formas de se organizar, fazer política e comercializar do americanos.

Ao longo do tempo, foi possível avaliar que os EUA se beneficiaram muito dessa política pois se tornaram muito desenvolvido industrialmente e, com isso, conseguiram tornar-se hegemônicos nas relações econômicas e políticas com a América Latina influenciando sobremaneira os rumos da vida nos países da América Latina. Contudo, como veremos nas próximas aulas, isso se deu, principalmente, a partir do final do século XIX. Por enquanto, pense na importância dessa doutrina estadunidense como algo importante no tabuleiro das independências latino-americanas.

Em 1825 continuaram os reconhecimentos. Entre seus “Hermanos” latinos, o México foi o primeiro a reconhecer a independência. Os demais vizinhos resistiram ao ato pois desconfiavam de uma Monarquia no Brasil com um rei que era continuidade da dinastia ibérica.

Depois dos EUA e do México foi a vez de Portugal. A Inglaterra fez a mediação que envolveu a “compra” do reconhecimento da ex-metrópole.

Como assim, Profe, era como se Brasil tivesse “comprado” sua alforria?

Exato, caríssimos! O Brasil e os brasileiros pagaram 2 milhões de libras esterlinas (dinheiro inglês) para que a Portugal reconhecesse internacionalmente que não tinha mais pretensões sobre o Brasil. Mas a

28

129



pergunta mais profunda ainda é: e o Brasil tinha esse dinheiro? É claro que não, afinal, como o país tinha sido uma colônia todo o dinheiro arrecadado em forma de altos impostos foram parar nos cofres Portugueses.

E, Profe, além de ficar com todos os impostos ainda pediram mais?

Sim, mas como Brasil não tinha, sua saída foi aceitar a oferta da Inglaterra de emprestar esse montante. Ou seja, a Inglaterra mediou a questão política e deu uma solução econômica que beneficiou Portugal e Inglaterra enquanto o Brasil fazia seu primeiro, de muitos empréstimos que constituíram sua dívida externa.

O mesmo modelo de negociação foi seguido com outros países, como França, Dinamarca e Áustria. Assim, o governo brasileiro ofereceu diversos acordos comerciais com os países europeus para que estes reconhecessem sua soberania política.

Agora presta atenção:

Muitos historiadores e economistas brasileiros e latino americanos avaliam que a independência política do Brasil teve como repercussão sua dependência econômica. O país deixou de ser colônia, mas continuou assumindo o papel de exportador de produtos primários e importador de produtos industrializados. Diante das inúmeras garantias e facilidades concedidas aos países europeus, que aceleravam seu processo de industrialização, o Brasil continuou fornecendo açúcar, algodão, borracha, fumo, carne, minérios. Enquanto o bonde da história levava Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Itália para o acelerado processo de revolução industrial com novas tecnologias e diferentes produtos o Brasil, e seus vizinhos latino-americanos ficaram na estação. Nessa parte do mundo, a industrialização veio apenas no século XX e, até lá, suas inúmeras riquezas minerais, naturais e urbanas serviu para formar o centro do capitalismo. Veja que isso é fruto de uma relação e de uma combinação entre os interesses internacionais e das elites locais, logo não pode ser interpretada unicamente como uma imposição externa.

Por isso, o grande limite da Independência Política foi sua dependência econômica que, com certeza, se aprofundou a partir do século XIX.

Além do reconhecimento internacional, era preciso fazer com que as regiões diferentes do próprio território aderissem à Independência. Nem todas as lideranças políticas, administrativas e econômicas concordavam com a soberania nos termos em que foi feita. A política de abertura dos portos às nações amigas destruiu algumas economias locais. No Nordeste e Norte do Brasil, onde o comércio era controlado por Portugueses, como vimos no caso de Recife, houve alguma resistência armada.

Então, Dom Pedro I, sem um exército ou guarda real, contratou grupos de mercenários europeus. Veja a diferença em relação à América Espanhola. Pelas terras tupiniquins, não se viu um exército popular em aliança com as elites locais. Aqui, o autodeclarado rei precisou contratar uma organização militar privada, os mercenários ou milicianos, para executar a tarefa de integrar todo o território. Assim, entre 1822 e 1824,



o território estava integrado. Mas cuidado, isso não significou que todos concordavam com o novo Estado surgido. Outros conflitos surgirão. Mas isso será assunto da nossa próxima aula.

(VUNESP-2013-PMSP)

Leia fragmento da obra da historiadora Emília Viotti da Costa.

A emancipação política realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida, cujo único objetivo era romper o sistema colonial no que ele significava de restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e escravidão da maioria dos habitantes do país. Conquistar a emancipação definitiva da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais seria tarefa relegada às futuras gerações.

(Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. Em: Carlos Guilherme Mota (org.). Brasil em Perspectiva. Adaptado)

De acordo com a historiadora, está correto afirmar que o processo de independência do Brasil representou

- a) a manutenção da lógica econômica do sistema colonial.
- b) uma profunda transformação apenas na estrutura política do Brasil.
- c) um momento de liberalização econômica e social, mas não política.
- d) uma confluência de interesses das elites e das massas populares coloniais.
- e) o fortalecimento do liberalismo, enquanto sistema político e econômico.

Comentários

De acordo com o fragmento da obra da historiadora Emília Viotti da Costa, o processo de independência do Brasil representou:

- c) um momento de liberalização econômica e social, mas não política.

A historiadora argumenta que a emancipação política realizada pelas categorias dominantes tinha como principal objetivo romper com o sistema colonial, no sentido de eliminar as restrições à liberdade de comércio e à autonomia administrativa. No entanto, ela ressalta que essa emancipação não ultrapassou seus próprios limites e que a fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e escravidão da maioria dos habitantes do país.

Nesse contexto, a historiadora indica que o processo de independência do Brasil teve um caráter mais voltado para a liberalização econômica e social, no sentido de buscar maior liberdade de comércio e autonomia administrativa, mas não representou uma transformação profunda na estrutura política. Portanto, a resposta correta é a alternativa c) um momento de liberalização econômica e social, mas não política.

Gabarito:C

Para treinar e memorizar!



A organização do Estado brasileiro que se seguiu à Independência resultou no projeto do grupo:

- a) liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado.
- b) maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do executivo e a extinção da escravidão.
- c) liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembleia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.
- d) cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico.
- e) liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.

Comentário

Aproveitando a própria análise de Caio Prado Júnior para quem a independência do Brasil foi um movimento guiado pela elite brasileira sem nenhum tipo de participação popular, e, como o resultado disso foi a formação de um governo elitista que manteve a continuidade do trabalho e a estrutura agrária superconcentrada, podemos afirmar que o esse projeto de poder é liberal-conservador.

Gabarito: A

O reconhecimento da independência brasileira por Portugal foi devido principalmente:

- a) à mediação da França e dos Estados Unidos e à atribuição do título de Imperador Perpétuo do Brasil a D.João VI.
- b) à mediação da Espanha e à renovação dos acordos comerciais de 1810 com a Inglaterra.
- c) à mediação de Lord Strangford e ao fechamento das Cortes Portuguesas.
- d) à mediação da Inglaterra e à transferência para o Brasil de dívida em libras contraída por Portugal no Reino Unido.
- e) à mediação da Santa Aliança e ao pagamento à Inglaterra de indenização pelas invasões napoleônicas.

Comentário

Questão do fundo do baú para você não esquecer nunca mais que a independência do Brasil custou bastante caro e foi mediado pela Inglaterra.

Gabarito: D

Os processos de independência das Américas espanhola e portuguesa têm em comum a

- a) decretação do fim do pacto colonial, em função da presença das cortes espanhola e portuguesa em terras americanas.
- b) ausência de lutas, evitada pela atuação decidida dos proprietários de escravos negros, que temiam revoltas como a que ocorrera no Haiti.
- c) conservação das casas dinásticas, apesar da ruptura com as antigas metrópoles europeias.



- d) fragmentação política, com significativa alteração das fronteiras vigentes na época colonial.
- e) preservação dos interesses da aristocracia agrária, que continuava a controlar o poder político.

Comentário

Mais uma questão que analisa as independências da América Portuguesa e Espanhola por uma perspectiva comparativa. Nesse caso, pede-se o que há de comum entre os dois processos. Vejamos o que há de errado em cada assertiva:

A corte espanhola não veio para o Brasil, o rei foi destronado por Napoleão;

Na América Espanhola houve muitas lutas;

Na América Espanhola não houve continuidade da casa dinástica, no Brasil sim;

No Brasil não houve fragmentação, mas unidade política e territorial;

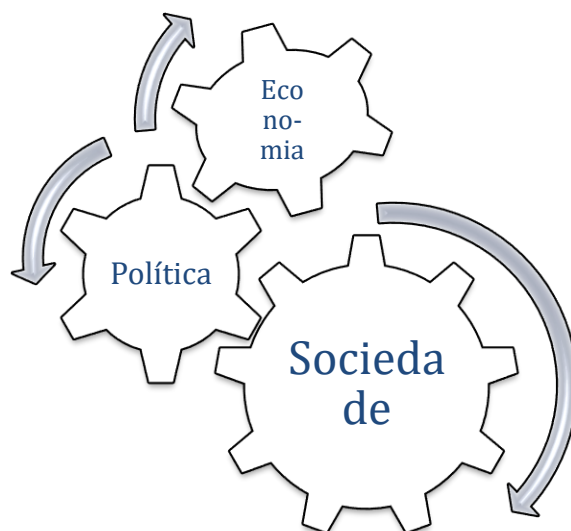
Item correto: a aristocracia fundiária se manteve no poder, quer seja apoiando o príncipe herdeiro, quer seja mantendo o poder local.

Gabarito: E

3. PRIMEIRO REINADO (1824-1831)

O Primeiro Reinado é o período que vai de 1822, quando Dom Pedro Primeiro é coroado Imperador do Brasil, até o momento em que ele abdica do trono em favor do seu filho Dom Pedro II, quando este tinha 5 anos de idade. Podemos analisar esse período destrinchando **nos 3 setores clássicos**:





Desses 3 setores, a história demonstra que as principais continuidades em relação ao período colonial se encontram em economia e sociedade. Porém, é no campo da **política** que se desenvolvem os principais embates e diferenças entre os diferentes grupos existentes à época. Dessa maneira, vamos começar pelo o que vocês já conhecem para, depois, entrarmos na política.

Além disso, não podemos deixar de elencar a relação do Estado com a Igreja, caracterizada por relações de dependência denominada padroado.

3.1 - Economia

A independência não mudou nada em relação à ESTRUTURA ECONÔMICA. Ao contrário, como afirma o professor emérito da USP, José Murilo de Carvalho,

*A **independência política, obtida sem as grandes guerras de libertação que marcaram a colônia espanhola, favoreceu a manutenção da estrutura econômica.** O principal gerador de excedentes econômicos continuou sendo o setor exportador da economia, dominado pelas exportações de açúcar e algodão no Norte e, cada vez mais, de café, no Sul, e pelo tráfico de escravos. [...] A continuidade verificou-se também em outro tema central, **o da propriedade da terra.** Regida pelo sistema colonial de sesmarias, já desmoralizado, a distribuição da propriedade rural era extremamente desigual, dando margem à existência de **grandes latifúndios movidos à mão de obra escrava**, em torno dos quais se vegetava uma vasta população civilmente livre, mas politicamente dependente.*⁴

Assim, o fato de a direção do movimento pela independência ser uma aliança entre o rei Dom Pedro e as oligarquias rurais exportadoras contribuiu para que a **estrutura econômica agroexportadora, realizada com mão de obra escrava**, tivesse permanecido inalterada.

⁴ CARVALHO, José Murilo. História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 2: A Construção Nacional, 1830-1889. Introdução. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE.



É evidente que a economia nesse momento não era só exportadora. Inúmeras pesquisas já demonstraram que existia uma diversidade econômica local rica na produção e comércio de gêneros alimentícios e de artesanato. Contudo, do ponto de vista fiscal, a exportação continuou emplacando a atividade de maior arrecadação para o Estado. Para você ter uma ideia, **80% das receitas do Estado, em 1840, advinham da exportação**. Isso significa que a máquina administrativa do Estado brasileiro nasceu dependente dessa fonte de impostos, sacou?

Origem arrecadação fiscal do Estado



INDO MAIS FUNDO!

Atenção para a relação entre economia e política: Você deve lembrar de que essa estrutura econômica exportadora existia desde o início da colonização. Assim, o fato de ser tradicional (famílias que detêm terras por longo tempo) e contribuir majoritariamente para a saúde fiscal do Estado fez desse setor econômico a classe social dominante na política de todo o período do Brasil Império. Ou seja, o fundamento do seu poder político foi a essa atividade produtiva. Não esqueça isso nunca!!! 😊

Mas Profe o que o Brasil exportava agora?

Olha, querido aluno e querida aluna, é importante que você saiba que não existem dados estatísticos confiáveis sobre a produção agrícola daquele tempo. O que temos são os dados de exportação. Então vamos usá-los para responder a sua pergunta.

O açúcar, o algodão, o couro continuavam a ser os principais produtos da pauta de exportação no começo do Império. Contudo, **a partir de 1830, houve aumento da importância relativa do café e da borracha.** Para exemplificar, veja o comportamento dos principais produtos em percentual.

	1820	1830	1850	1870	1889
Café	18,4	43,8	48,1	56,6	61,5



Açúcar	30,1	24,0	21,2	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	6,2	9,5	4,2
Couros, peles	13,6	7,9	7,2	5,6	3,2
Borracha	0,1	0,3	2,3	5,5	8,0
Outros	17,2	13,2	15	11	13,2
Total	100	100	100	100	100

Contudo, a situação era desfavorável para o modelo estrutural agroexportador, uma vez que os produtos primários perdiam cada vez mais valor no mercado mundial. **A Bola da vez era a indústria. No mundo, no século XIX, tinha poder quem tinha indústria!** Assim, os produtos primários e os gêneros alimentícios sofriam queda geral dos preços. O açúcar e o algodão brasileiros sofriam concorrência direta da produção antilhana (holandesa), já o couro enfrentava a crescente produção das Províncias da Argentina.

Ocorre que as possibilidades para o desenvolvimento industrial brasileira eram poucas. Como estudamos, desde 1808, quando Dom João VI decretou a “abertura dos portos às nações amigas” – leia-se Inglaterra – houve uma inundação de produtos industrializados no pequeno mercado interno. O processo de reconhecimento da independência política do Brasil, por parte dos outros países europeus, também aprofundou acordos comerciais com potências emergentes capitalistas. Assim como a Inglaterra, a contrapartida para o reconhecimento da independência brasileira foi a submissão a acordos comerciais.



ESCLARECENDO!

Portanto, na divisão internacional do trabalho do século XIX, na economia capitalista em franco crescimento, o Brasil ocupava o papel de importador de produtos industrializados e exportador de produtos primários.

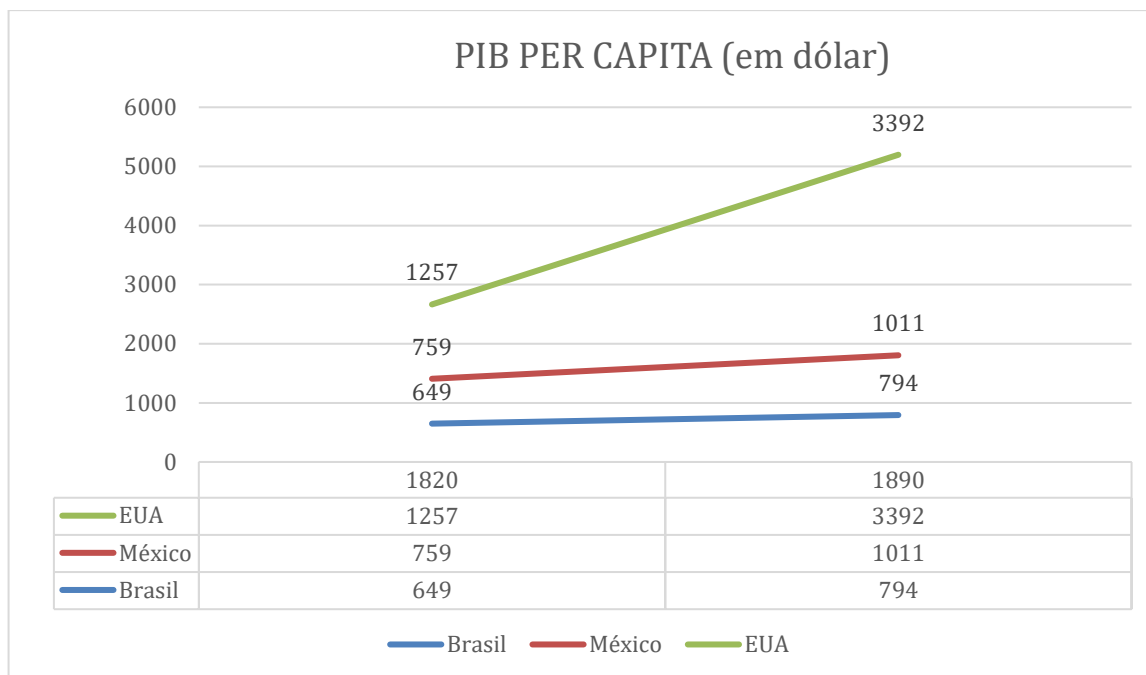
Diante desse quadro, por mais que a produção agrícola total ampliasse, como de fato ocorreu, a **balança comercial permanecia negativa**. Isso gerou déficit fiscal para o Estado porque a arrecadação era inferior aos gastos públicos.

De fato, especialistas da economia do século XIX⁵, **demonstram que a economia brasileira cresceu em média entre 0,3 e 0,4% ao ano, durante o Império**. Além disso, ostentou uma das piores rendas per capita da América Latina:

Observe o gráfico:

⁵ ABRE, Marcelo de Paiva e LAGO, Luiz Aranha Correa. A economia brasileira no Império, 1822-1889. Texto para discussão número 584. Departamento de Economia – PUC-Rio. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/download/1197> Acesso em 16-05-2019.





Essa crise econômica ficou evidente quando o Banco do Brasil, criado por Dom João VI para guardar o tesouro da Coroa Portuguesa, faliu **em 1829**. Era o sinal de tempos muito difíceis!

Para tentar resolver o problema, o governo lançou mão de uma tática fácil e de efeito imediato positivo, mas péssimo a longo prazo.



Para a população mais pobre e mesmo a das classes médias urbanas, a crise se fazia sentir no bolso. **Os empréstimos pioravam a situação do custo de vida porque ampliavam a inflação.** Na cabeça das classes populares o problema era do comerciante que os explorava. E quem eram os comerciantes: **os portugueses.**

Para finalizar e fazer um *link* com a próxima seção, quero que você relacione a questão do comércio escravista com o desenvolvimento da produção agrícola. Nesse sentido, a população de escravizados ampliou no Sudeste e diminuiu no Nordeste. De certa forma, pela importância da escravidão para a estrutura econômica, podemos inferir que as diferenças econômicas e sociais entre as regiões se ampliavam.

3.2 – População e Sociedade

A independência política apresentou um desafio aos brasileiros: governar-se!!!

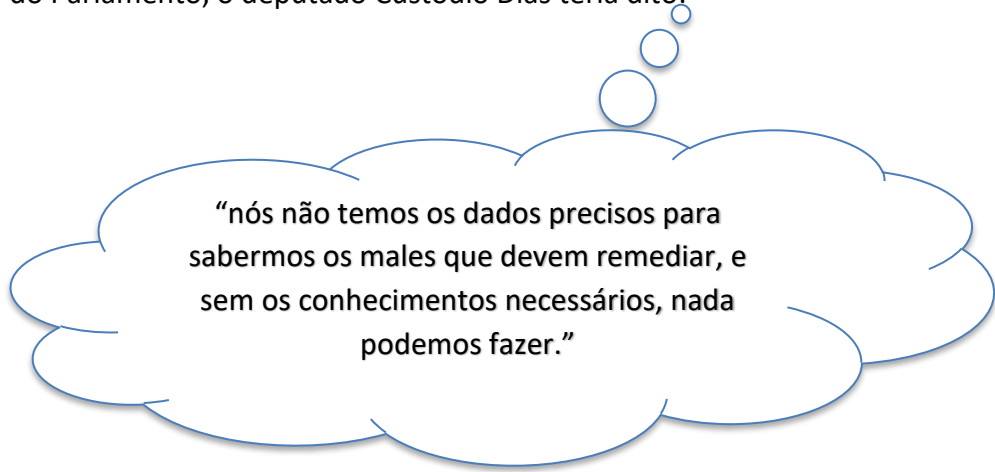
Parece fácil, né? Só que não!

Para governar bem, o primeiro ponto é conhecer bem. E para conhecer bem é necessário contar!! Por isso, a máxima **“contar para governar”** passou a fazer sentido. **Contar o que profe? Gente, pessoas, a**



população... Quanto mais calibrado for o conhecimento da realidade, maior será a probabilidade de se criar e se realizar boas e eficientes políticas públicas. Vocês já devem ter visto um monte de lei que não serve para nada, não viram? Em geral, tem a ver com um péssimo ou inexistente trabalho anterior de análise quantitativa e qualitativa da realidade social.

Esse, portanto, era o grande problema para os governantes do Primeiro Reinado. Na primeira sessão do Parlamento, o deputado Custódio Dias teria dito:



“nós não temos os dados precisos para sabermos os males que devem remediar, e sem os conhecimentos necessários, nada podemos fazer.”

Começo esse assunto com essas informações para que você tenha a noção de que as informações que temos sobre o período do primeiro reinado são mais genéricas. O primeiro censo geral só pode ser realizado **em 1872**, antes disso, o governo até tentou.

Em 1851, o Ministro Visconde de Monte Alegre mandou executar dois decretos:

- 1- Tornava o registro civil de nascimento e óbito obrigatório, inclusive vinculando obrigatoriedade de apresentação do documento para batizar e enterrar as pessoas.
- 2- Realizar um “censo geral do Império”. Determinava-se a organização dos dados que deveriam ser recolhidos pelos escrivães dos juízos de paz.

Mas a lei não colou. Segundo o professor da Unicamp Sidney Chalhoub⁶, a população ficou desconfiadíssima dessa ação estatal. Surgiram rebeliões populares em muitas partes do Império, especialmente realizadas pelas pessoas pretas pardas e pobres livres. Segundo o professor:

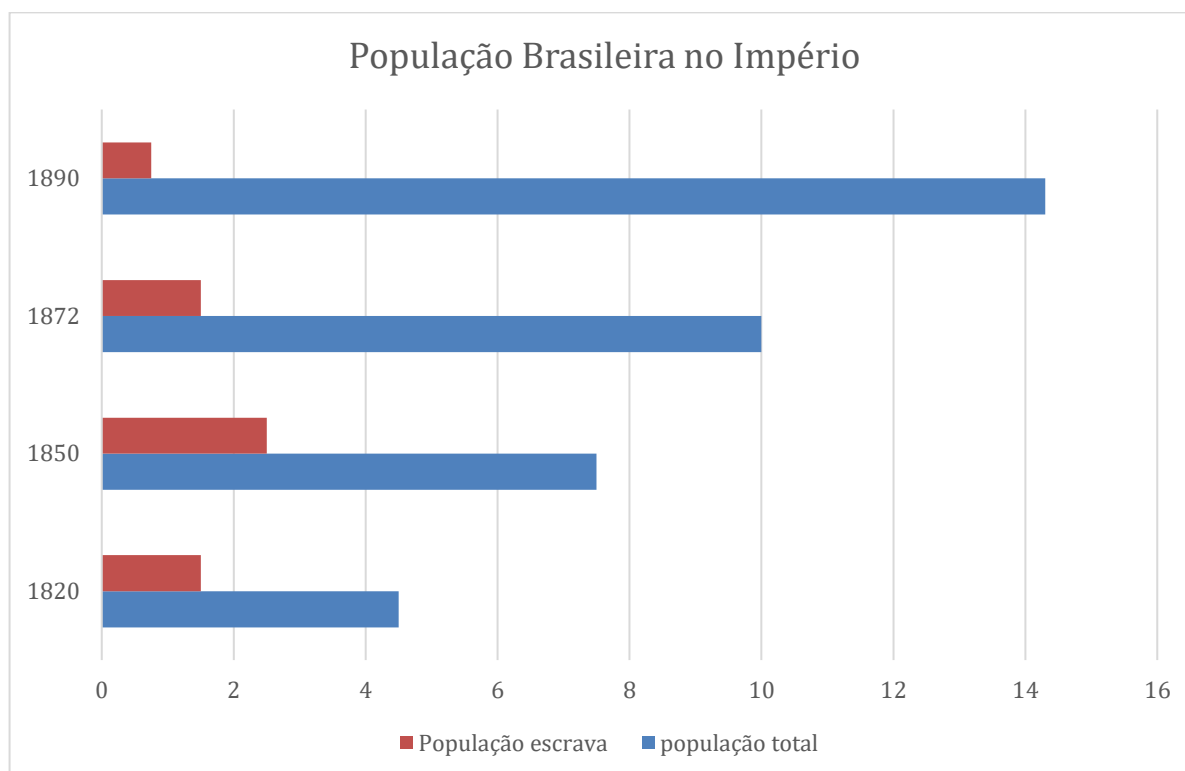
Todavia, os relatórios oficiais são unâimes em reconhecer que o que movia os populares era a crença de que o “registro só tinha por fim escravizar a gente de cor”, chegando a apelidá-lo de “lei do cativoiro” [...] a mensagem dos revoltosos parecia clara o suficiente. Um Juiz de direito de Pernambuco escreveu ao presidente da província para dizer que “o motivo pelo qual o povo se ostenta tão descontente e ameaçador é porque diz que as disposições do decreto têm por fim cativar seus filhos, visto que os ingleses não deixam mais entrar africanos”. O registro civil de nascimento seria o cativoiro dos filhos da “gente de cor”; o recenseamento, em seguida, escravizaria os pais.

⁶ CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: (org) CARVALHO, José Murilo. História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 2: A Construção Nacional, 1830-1889. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE, p. 40.

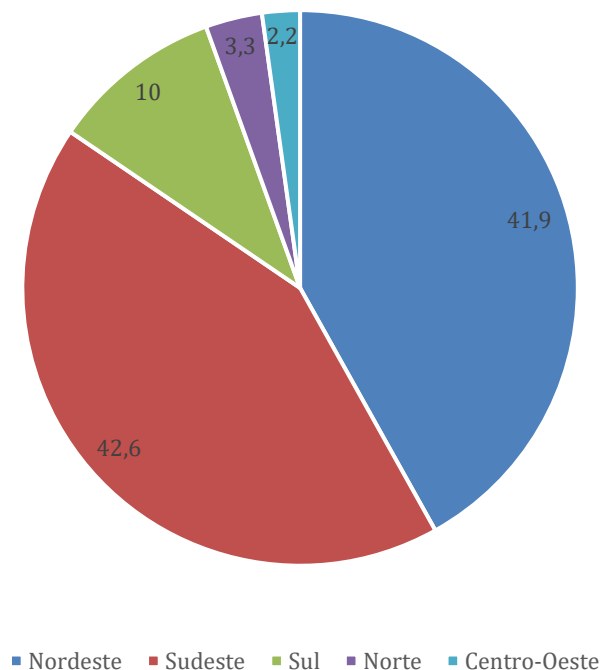


Percebemos, então, que a população, destituída de qualquer proteção do Estado até então, não entendeu a necessidade de se contar pessoas, qualquer que fosse sua cor. Contudo, a precariedade da liberdade das pessoas pretas e pardas era real. Afinal, a escravidão ainda era vigente e estava, necessariamente, ligada a cor da pele. Assim, a situação para as pessoas pretas e pardas ser livre em sociedade escrava era perigoso mesmo, o que justifica seu medo das ações estatais.

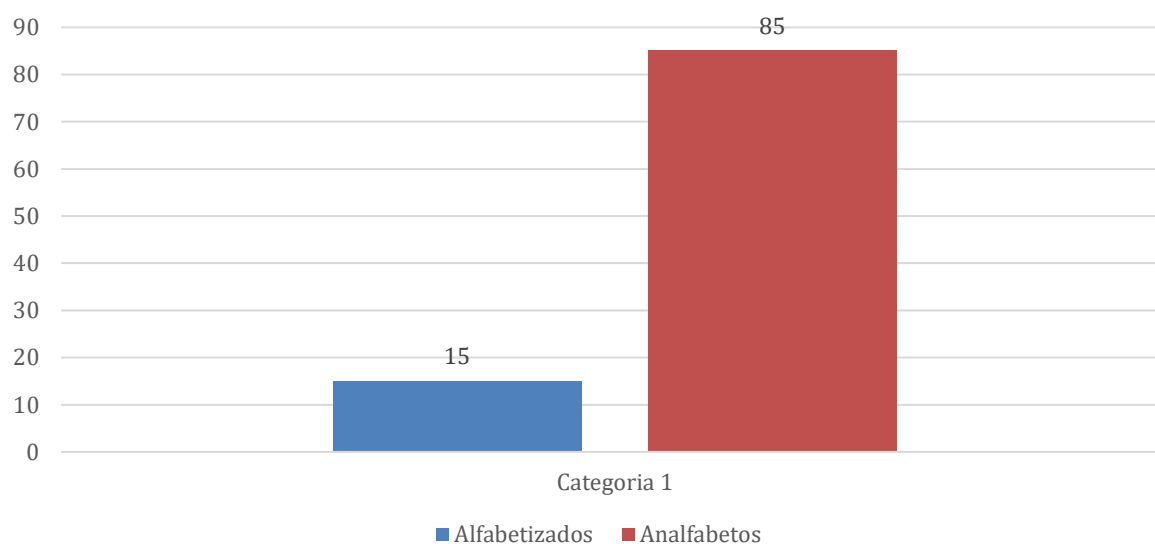
Embora as primeiras tentativas de recenseamento demográfico tenham falhado, há alguns dados que são mais aceitos pela comunidade científica. Veja alguns:



Distribuição da População por Região - 1872



Percentual de alfabetizados 1870



Depois dessa digressão sobre as dificuldades de se manter dados estáveis e esse panorama demográfico, podemos afirmar que a estrutura social não se alterou profundamente. Escravos e oligarquia agrária continuavam sendo as classes fundamentais.



Contudo, também observamos como novidade a formação de uma camada de burocratas do Estado, os servidores públicos, que se deu com a ampliação das estruturas administrativas do Estado Brasileiro. Nesse estrato social estavam os filhos dos aristocratas, sobretudo, os que se formavam em Coimbra. Assim, esses agentes constituíram a camada média e letrada do Império.

Além deles também encontramos os intelectuais que, não podendo viver de seus livros e escritos, tornaram-se funcionários públicos. O vínculo dos escritores com o serviço levou Carlos Drummond de Andrade, a definir a literatura brasileira como uma “literatura de funcionários públicos”, desde o Brasil Imperial. O serviço público possibilitava-lhes exercer sua atividade criadora.



NOVIDADE!

Veja alguns nomes da literatura brasileira e seus respectivos cargos públicos!

Machado de Assis, diretor-geral de contabilidade do Ministério da Viação,

Raul Pompeia, diretor de estatística do *Diário Oficial* e da Biblioteca Nacional;

Olavo Bilac, inspetor escolar no Rio;

Aluísio Azevedo, oficial-maior no estado do Rio e cônsul;

Mário de Alencar, diretor de biblioteca na Câmara;

Mário Pederneiras, taquígrafo no Senado;

Gonzaga Duque, oficial da Fazenda na prefeitura do Rio;

Capistrano de Abreu, oficial da Biblioteca Nacional;

Raimundo Correia, diretor de Finanças do governo mineiro em Ouro Preto;

José de Alencar, diretor e consultor da Secretaria de Justiça;

Farias Brito, secretário de governo no Ceará;

Manuel Antônio de Almeida, administrador da Tipografia Nacional e oficial da Secretaria da Fazenda;

Lima Barreto, oficial da secretaria da Guerra (escrevia romances nas costas do papel almaço, usado, da repartição);



João Alphonsos, funcionário da Secretaria das Finanças em Minas;
Gonçalves Dias, oficial da Secretaria de Estrangeiros...

Escavidão: um tema econômico, político e social

A discussão sobre a escravidão é tão complexa e tem impactos em tantos setores da vida do país que fica até difícil saber onde localizá-la em uma aula sobre Brasil Imperial. A escravização estrutural existente refletiu no desenvolvimento econômico, nas relações sociais e política, bem como na forma como os brasileiros entenderam o sentido do trabalho. Por isso, os impactos da escravidão se entrelaçam e geram consequências que estão sempre relacionadas. Nas palavras do professor,

*“Ao penetrar toda a sociedade, argumentou Joaquim Nabuco, a escravidão **reduzia a produtividade da economia, bloqueava a formação das classes sociais** – sobretudo da operária –, **reduzia os empregos, aumentava o número de funcionários públicos ociosos, impedia a formação de cidadãos e, portanto, da própria nação.**”⁷ (grifos nossos)*

Ademais, como apontam as professoras Heloisa Starling e Lilia Schwarcz, não devemos esquecer que a venda de seres vivos era uma das atividades comerciais mais lucrativas do país naquele momento. Apesar de não haver dados oficiais sobre a participação da atividade comercial de pessoas escravizadas, é possível inferir sua importância devido ao número de africanos que chegavam no Brasil. Assim, a escravidão estruturou fortunas, hierarquias internas e sistemas de poder. Desse modo, havia um interesse econômico na manutenção da escravidão por parte da aristocracia fundiária.

Veja, esse regime de trabalho é tão importante para a manutenção do *status quo*, que a Inglaterra foi enfrentada pelo Brasil. Desde a Independência, e como parte dos acordos para que a potência reconhecesse a independência do novo país tropical, os britânicos pressionaram os brasileiros para que acabassem com o comércio escravista.

Algumas medidas foram tomadas, mas jamais cumpridas, como por exemplo, um tratado assinado entre Brasil e Inglaterra que considerava pirata todo navio envolvido no comércio de escravos. Seria um passo para transformar essa atividade comercial em uma prática ilegal. Mas o Brasil continuou recebendo todos os navios com pessoas escravizadas. Daí a expressão “para inglês ver” – ou seja, algo sem efeito, sem sentido, que não vale nada. **Ao contrário, entre 1826 e 1830 houve um verdadeiro boom no comércio escravista que passou da média anual de 40 mil para 60 mil escravos.**

⁷ CARVALHO, José Murilo. História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 2: A Construção Nacional, 1830-1889. Introdução. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE, p. 26.



Mas, em 7 de novembro de 1831, foi feita a **lei Feijó**, a primeira que proibia o tráfico atlântico de africanos. Aí você pode imaginar que diminuiu o comércio. Errado. Houve um “ritmo alucinante da escravização ilegal”, nas palavras de Chalhoub. As consequências disso foram muito bem resumidas pelas estudiosas acima citadas, como segue:

“Essa atitude aberta e insidiosa contra o fim do tráfico contribuiu, ainda mais, para a precarização da liberdade, para a convivência com a escravização ilegal de africanos recém-chegados, e para que libertos e homens de cor livres não tivessem garantias contra a reescravização. Sobre eles recaia o ônus de ter que provar sua liberdade, isso em um país onde tal condição se transformava em “bem” raro e difícil de manter.”⁸

Essa questão de o negro ter que provar ser livre é importante para entendermos as tolerâncias do Estado com práticas de escravização ilegal. A fiscalização que o governo começou a fazer, no início da década de 1830, sobre os proprietários de escravos gerou um impacto de arrecadação. Entenda: cada proprietário pagava uma taxa anual proporcional ao montante de escravos que tinha. Para o cálculo, o senhor de escravos deveria apresentar os documentos de propriedade de cada pessoa escravizada. A partir de 1842 esse critério foi modificado pela contagem *in loco*, dispensando qualquer documentação. Essa era uma das formas de o Estado não aplicar a lei Feijó e, assim, ser diretamente conivente com a escravização ilegal de pessoas.

Assim, a relação senhor-escravo, muitas delas ilegais, era transposta para dentro da prática política contaminando a noção de cidadania com um “germe do autoritarismo”, uma noção distorcida de cidadãos de categorias distintas.

O professor José Murilo de Carvalho afirma, ainda, que a própria continuidade da estrutura econômica latifundiária e agroexportadora que marca o início do Brasil independente só foi possível devido à defesa e manutenção do uso de mão de obra escrava.

Nesse sentido, aponta que esse tema era uma pauta aglutinadora de toda a elite agrária, apesar das suas diferenças em relação a outras questões políticas. Por isso, a escravidão seria a condição da unidade territorial, em conjunto com a monarquia – arranjo capaz de evitar convulsões sociais, a exemplo do Haiti.

Por isso, e conforme os estudos de Starling e Schwarcz, pode-se afirmar que a escravidão está no centro da formação do Estado Nacional Brasileiro, por isso será um tema fundamental ao longo de todo o Império.

Voltaremos a esse assunto quando estudarmos a abolição da escravidão no Brasil.

3.3 - Religião

O Brasil herdou de Portugal acordos que a monarquia Portuguesa havia, há muito tempo, estabelecido com o papado de Roma. Estes acordos estabeleceram que, no período do Brasil Colônia e do

⁸ SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018, p.231.



Brasil Império (1500 a 1889) o catolicismo seria a religião oficial do Estado Brasileiro. Isso permitiu expurgar outras religiões, sobretudo, as de raiz africana e indígena.

Nesse sentido, PADROADO é concessão, pelo Papado, aos reis, *“considerados grande católicos e profundamente comprometidos com os interesses da Igreja, os “poderes pontifícios” para administrar, nos seus respectivos territórios, a instituição eclesiástica, promovendo e sustentando as obras religiosas estabelece-se assim um solene compromisso entre o Estado, na pessoa do rei, e a Santa Sé, tendo em vista a propagação da fé cristã e a consolidação da Igreja”*.⁹

Percebem que o rei, na prática, era o comandante da Igreja Católica? Nesse sentido, no Brasil, o catolicismo era a religião oficial, os clérigos eram espécie de funcionários do Estado e o Imperador, era o comandante da Igreja tendo o direito de administrar seus bens e fazer as nomeações para os cargos eclesiásticos.

O poder religioso do Imperador era tão grande que ele podia concordar ou não com alguma definição vinda do Papa. A essa prerrogativa damos o nome de **beneplácito**, ou seja, para que qualquer medida, orientação ou determinação tivesse vigência, no Brasil, o imperador precisaria concordar.

É muito poder para o Imperador, não acham?

3.4 - Política

Agora, nós começaremos a estudar as verdadeiras mudanças que ocorreram no período. Na escravidão, na monocultura e na grande propriedade não se tocava. Já quanto à política, a história foi outra. **Passada a euforia da Independência, as divisões entre as elites que se uniram para conquistar a soberania ganharam magnitude.**

Em 1822, antes da independência, os grupos políticos discutiam qual seria o formato do voto para eleição dos deputados que formariam a Assembleia Geral Constituinte Legislativa. De um lado os que defendiam o voto direto e popular, outros que defendiam o voto censitário. Ganhou o segundo.

Em maio de 1823 instalou-se a Assembleia Geral Constituinte Legislativa cujo objetivo era redigir a Primeira Constituição do Brasil. Nesse espaço, as divergências entre os diferentes grupos ficaram cada vez mais intensas e públicas. Havia três temas fundamentais em disputa:

- 1- **Papel dos portugueses no novo Estado.** Na prática, era o debate sobre quais cargos um estrangeiro poderia assumir. Esse foi um tema espinhoso, já que o próprio rei era português.
- 2- **Sobre a soberania. Quem é soberano? O rei ou a nação?** No caso, a nação seria o povo representado pelos eleitos por meio do voto – os deputados. Na prática, foi uma discussão sobre quem tem mais poder: o poder executivo, nesse caso, Dom Pedro I, ou o Poder Legislativo, nesse caso, os 152 deputados que comporiam o Parlamento.

⁹ Silva, Cristiano da costa e. A Igreja e a Monarquia no Brasil do Século XIX: Padroado e Devoção.



- 3- **Sobre a autonomia das províncias.** Qual o poder das Províncias para se autogovernarem? Na prática, foi a discussão de quanto poder as Províncias (atuais Estados) teriam para exercer as políticas locais. Na forma política isso é representado pelo embate entre centralização e descentralização do poder político e administrativo. Ou seja, a formação de um Estado Unitário (centralização) ou de um Estado Federalista (descentralização).

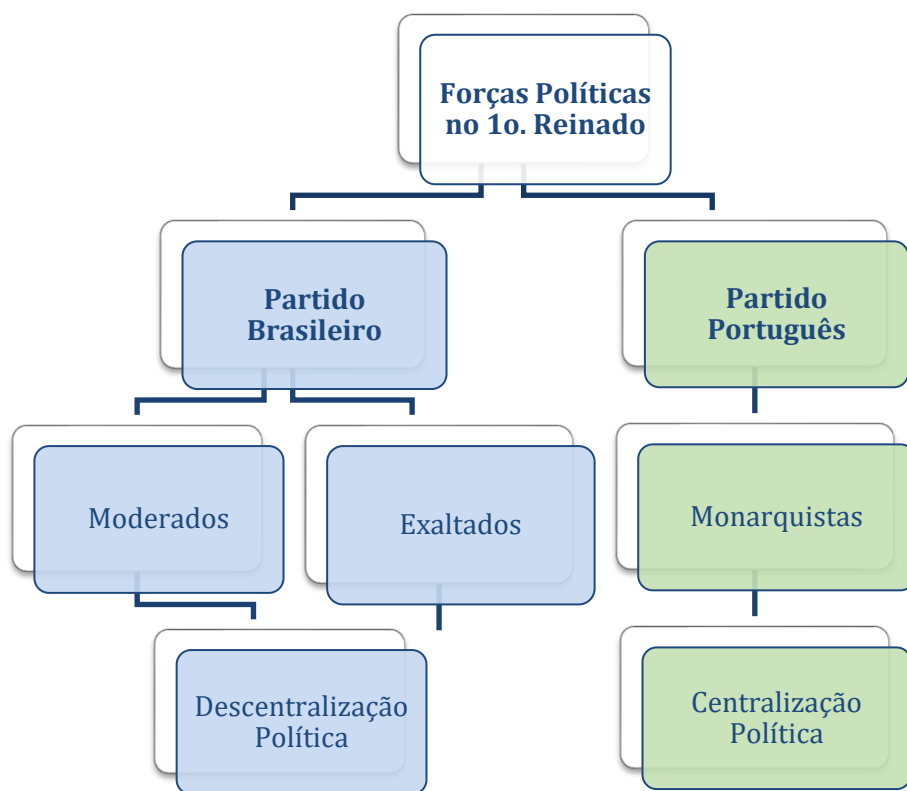
Entre os três pontos, com certeza o tema fundamental dos desacordos entre os grupos políticos era: **a divisão do poder entre a autoridade nacional e os governos provinciais.**



Nesse momento, existiam 2 “partidos” e 3 grupos políticos, conforme o esquema abaixo. Contudo preste atenção: quando falamos em “partidos”, estamos nos referindo a **correntes de opinião**, já que esses grupos não se organizavam como uma instituição estruturada, tal qual conhecemos hoje em dia. Durante o Primeiro Reinado, as pessoas se uniam a outras que compartilhavam das mesmas ideias, por isso, falamos em **correntes de opinião. Não eram partidos estruturados, mas organizavam pessoas com os mesmos objetivos e as mesmas formas de ver um problema.** Em geral, as correntes de opinião expressavam suas ideias por meio de jornais. Havia também os clubes de opinião ou associação, locais onde as pessoas se reuniam para trocar ideias, debates teorias, formular projetos políticos e, claro, organizar sua posição política em relação aos atos do Imperador.

De qualquer maneira, para efeitos de prova, vale a pena termos alguns esquemas e as características mais importantes dessas correntes de opinião. Você pode falar em “partidos”? Claro que sim, mas tenha cuidado com a definição deles nesse momento, está bem! Acompanhe os esqueminhas:





✚ **Partido Português – caramuru:** Reivindicavam poderes absolutos para Dom Pedro I. Portanto, um Estado extremamente centralizador.

- ✓ *Monarquia Absolutista*
- ✓ *Unidade territorial*
- ✓ *Manutenção da abolição*
- ✓ *Jornal: O Caramuru*
- ✓ *Associação: Sociedade Conservadora, depois, Sociedade Militar*

✚ **Partido Brasileiro – Grupo Moderados – chimangos:**

- ✓ *Monarquia Constitucional*
- ✓ *Voto censitário*
- ✓ *Autonomia do Poder Judiciário*
- ✓ *Unidade Territorial*
- ✓ *Autonomia das Províncias (descentralização política)*
- ✓ *Reformas políticas e civis limitadas (cidadania restrita)*
- ✓ *Manutenção da escravidão*
- ✓ *Jornal: A Aurora Fluminense*
- ✓ *Associação: Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*

✚ **Partido Brasileiro – Grupo Exaltados - farroupilhas ou jurujuba:** Algumas pautas dos exaltados são comuns com a dos moderados, como por exemplo, autonomia do poder judiciário e unidade territorial. Contudo, avançavam em maior autonomia para as províncias seguindo um modelo de república federalista do tipo dos Estados Unidos. Também reivindicavam reformas sociais mais amplas, como o voto universal.

- ✓ *República Federalista*
- ✓ *Voto Universal masculino*
- ✓ *Reformas sociais amplas (cidadania ampliada)*
- ✓ *Jornais: A República; A Malaqueta; A Sentinela da Liberdade.*
- ✓ *Associação: Sociedade Federalista*



A Constituinte votou a Carta Constitucional a partir de um esboço de Antônio Carlos Andrada, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva. Ele se baseou na Constituição Francesa de 1818 e na Norueguesa. Depois, o texto seguiu para o debate e votação.

Os integrantes do Partido Brasileiro se unificaram para aprovar pautas antilusitanas, como a proibição de que Portugueses ocupassem cargos públicos de representação nacional, como senador, deputado, diplomata.

Outras medidas aprovadas na Constituição da Mandioca:

Divisão do Poder em 3 esferas: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário: Nesse caso limitava o Poder do Executivo, pois proibia o Rei de dissolver o Parlamento e convocar o exército.

Parlamento formado por 2 Câmaras: Deputados e Senadores, sendo este cargo vitalício.

Critério Censitário para a participação política. Para votar era necessário 150 alqueire de plantação de mandioca. Para ser votado (receber votos) as faixas iam de 200 a 800 alqueires de mandioca, a depender do cargo ao qual a pessoa quisesse concorrer.

Laicidade do Estado.

Falava sobre abolição gradual da escravidão, mas não mencionava como.

Assim, percebemos que a Constituição da Mandioca, como ficou conhecida a primeira carta constitucional, era liberal-conservadora. Além disso, era uma espécie de provocação aos Portugueses e ao Rei que se julgava soberano e superior ao Parlamento.

Dom Pedro, ao abri-la teria dito: juro sim, a liberal Constituição, SE digna do Brasil e do seu imortal defensor. **Ou seja, dele mesmo. Daí em diante, o Imperador se aproximou dos Portugueses, se afastou de seus ex-aliados brasileiros**, como os irmãos Andradas, e passou a demonstrar sua faceta autoritária. Sinal dos tempos da restauração absolutista dos ventos europeus do Congresso de Viena.

O ambiente, no Rio de Janeiro, era nervoso. As demonstrações de xenofobismo contra os lusitanos aumentavam. Pairou no ar um medo de recolonização, a desconfiança com o Imperador também cresceu. Os jornais das correntes de opinião, do Rio de Janeiro e outras províncias, como Pernambuco, intensificaram sua circulação e, nos artigos, antecipavam alguma tentativa centralizadora de Dom Pedro. Cipriano Barata, em Pernambuco, no seu *Jornal Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco* falava na possibilidade de dissolução da Assembleia.

Para tornar o contexto mais tenso, da Europa chegava a notícia de um Golpe de Estado cometido em Portugal, a partir de 27 de maio de 1823, pelo irmão de Dom Pedro II, Dom Miguel, com sua mãe Carlota Joaquina. Membros da família e nobres se rebelaram contra O Governo Constitucional a fim de restaurar o absolutismo e a soberania do rei.



Esse levante conhecido como **Insurreição de Vila Franca**, ou Vilafrancada, acabou com a experiência da monarquia constitucional – em voga desde 1820 com a revolução do Porto, lembram? – e, assim, restaurou a Monarquia Absolutista em Portugal. Dom João VI retomou seu trono, contudo tentou impedir que os mais radicais absolutistas tivessem acesso aos cargos mais importantes da Corte. Para Dom João VI, aceitar as mudanças liberais era uma medida melhor para acomodar interesses do que forçar uma volta no tempo. Isso colocava Dom João, o pai, e Dom Miguel, o filho, em rota de colisão. Dom Miguel era um radical e conspirava abertamente contra o pai, porque o achava “mole demais”. Leia um trecho de uma declaração de Dom Miguel no contexto da Insurreição:

“Portugueses:

*É tempo de quebrar o férreo jugo em que vivemos (...) A força dos males nacionais, já sem limites, não me deixa escolha (...) Em lugar dos primitivos direitos nacionais que vos prometeram recuperar em 24 de Agosto de 1820, deram-vos a sua ruína e o Rei reduzido a um mero fantasma; (...) a nobreza (...) à qual deveis a vossa glória nas terras de África e nos mares da Ásia, reduzida ao abatimento e despojada do brilho que outrora obtivera do reconhecimento real; a religião e os seus ministros, objecto de mofa e de escárnio (...). Acho-me no meio de valentes e briosos portugueses, decididos como eu a morrer ou a restituir a Sua Majestade a sua liberdade e autoridade (...). Não hesiteis, eclesiásticos e cidadãos de todas as classes, vinde auxiliar a causa da religião, da realeza e de vós todos e juremos não tornar a beijar a real mão, senão depois de Sua Majestade ser restituído à sua autoridade. Vila Franca, 27 de Maio de 1823”.*¹⁰

Mais uma vez os ventos restauradores amedrontavam os brasileiros liberais, moderados e exaltados. No mesmo patamar, o medo da reunificação do Brasil com o reino de Portugal inspirava o sentimento antilusitano que se expressava em todo canto.

Contando com a ajuda e fidelidade do Exército Imperial, então, em **12 de novembro de 1823**, **Dom Pedro marchou pelo Rio de Janeiro, cercou o Parlamento e, assim, decretou a dissolução da Assembleia e a revogação da Constituição da Mandioca**. O episódio ficou conhecido como **Noite da Agonia** e resultou na prisão e posterior banimento de 6 deputados, entre eles os três irmãos Andradas. Cipriano Barata, Deputado por Pernambuco, ficou preso até 1830.

¹⁰ O Padre amaro; ou, Sovéla, politica, historica e literaria. [S.l.: s.n.] 1823. p. 248 https://books.google.com.br/books?id=WQYYAQAAIAAJ&pg=PA248&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso Disponível em: em 19-05-2019.





Dom Pedro I segurando a Constituição de 1824. Manuel de Araújo Porto Alegre, óleo sobre tela, 1826.

Então, para acalmar os ânimos e tentar passar um pano sobre a própria sujeira, Dom Pedro convocou uma “Comissão de Notáveis” formada por 10 brasileiros natos e juristas (nascidos no Brasil) para escrever uma outra Carta Constitucional. Tinha o texto da Constituição da Mandioca como base e o modelo da monarquia constitucional francesa como exemplo.

Em **25 de março de 1824**, foram concluídos os trabalhos e o Imperador **OUTORGOU, impôs, a 1ª Constituição do Brasil**. É importante frisar que esta foi a única Carta Constitucional de todo o Brasil Império. **Sofreu uma reforma durante o governo de Dom Pedro II no Segundo Reinado** e, depois, foi definitivamente **substituída em 1891** para dar forma à **República Brasileira**, proclamada em 1889.



ESCLARECENDO!

Veja, essa é a diferença essencial entre a Constituição da Mandioca, que foi revogada por Dom Pedro I, e a que ele mesmo outorgou: a primeira foi escrita pelos representantes eleitos pelos eleitores, por isso, emanava da vontade soberana da Nação por meio da ação de seus representantes. Já a Constituição

Outorgada de 1824 emanava do Imperador, por isso, a soberania partia dele. Ou seja, do ponto de vista da discussão sobre SOBERANIA, era uma constituição não-liberal, ou seja, guarda uma aproximação com a perspectiva do direito supremo do Rei, característica do Poder Absolutista do Antigo Regime.

Para justificar a medida arbitrária, de um rei que quer se fazer soberano em relação à nação e seus representantes, D. Pedro I fez um discurso em que conclamava aos brasileiros não esquecerem a causa da independência: a fidelidade ao rei supremo e à unidade territorial. Dom Pedro I criou uma visão de que a oposição ao seu poder representava um “perigo à nação”, pois a existência de “partidos” representava o “espírito de desunião, desordem e anarquia”. Na verdade, ele estava contra grupos críticos a seu governo.

Mas profe, o que tinha nessa constituição de 1824, afinal?

Como a Constituição Outorgada teve como base o texto da Constituição da Mandioca, do ponto de vista do conteúdo, em alguns pontos, ela não deixou de representar um avanço liberal, ou liberal-conservador.

Veja alguns itens mais relevantes da Carta Magna de 1824:



Direitos e Garantias Individuais:

- como a liberdade de expressão.
- liberdade de associação pacífica e desarmada.
- liberdade de ir e vir.
- liberdade de fé, mas o culto deveria ser particular, porque os templos religiosos não católicos eram proibidos.
- Manutenção da ordem escravista: não havia qualquer menção a abolição dessa instituição.
- Capacidade civil plena dos indivíduos era alcançada aos 21 anos. Mas se os filhos continuassem a morar com o pai ainda não alcançavam plenamente, pois prevalecia o pátrio poder.
- Capacidade civil da mulher passava do pai ao marido a ele sendo legal o poder marital. Assim podemos inferir: se a capacidade para os atos da vida civil se iniciava aos vinte e um anos completos; se os filhos que permaneciam sob poder patriarcal continuavam incapazes; se a mulher normalmente, por tradição do período histórico, saía de casa para se casar e se ao homem cabia o comando da sociedade conjugal; logo, **a mulher permanecia incapaz a maior parte de sua vida**.
- Indígenas não tinham capacidade civil, o Estado era o tutor, nesse caso.

Organização do sistema político.

Aqui moram as principais diferenças em relação à Constituição da Mandioca. A exemplo da constituição francesa, na qual o Rei era soberano em relação à nação, estando acima dela.

Mas profe, como podemos perceber que o imperador se colocava acima da nação?

- 1- Primeiro pela **organização do poder político**. Você lembra de que, no modelo de Montesquieu, o poder estava dividido em 3 esferas que são autônomos e independentes, ou seja, ninguém está acima de ninguém. Hoje em dia é assim, por isso, **o presidente da República não está acima** do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ou o Presidente do Congresso Nacional, que são os chefes dos outros poderes. Às vezes a gente confunde isso porque dos três chefes de poder o único que a população escolhe diretamente é o presidente. Mas na teoria liberal da divisão dos poderes cada um detém o poder de autogoverno não sendo permitido que um interfira nas decisões legais do outro. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, o Presidente, que é chefe do poder executivo, sequer pode propor leis, muito menos vetá-las. Aqui no Brasil o Presidente pode propor leis e vetá-las.
- 2- **Segundo, pelo direito do chefe do poder executivo** de controlar o Parlamento a partir da sua capacidade de vetar ou sancionar as leis propostas pelo poder legislativo (concordar ou não com elas) e de dissolver e convocar o Parlamento conforme sua vontade.

No caso da Constituição Outorgada de 1824, o Imperador tinha um poder extra, acima dos 3 poderes, o chamado **PODER MODERADOR**.



Segundo a professora Lúcia Bastos Pereira Neves¹¹, **este poder era chave de toda a organização política durante a fase do Brasil Imperial, uma vez que dava ao imperador o poder de:**

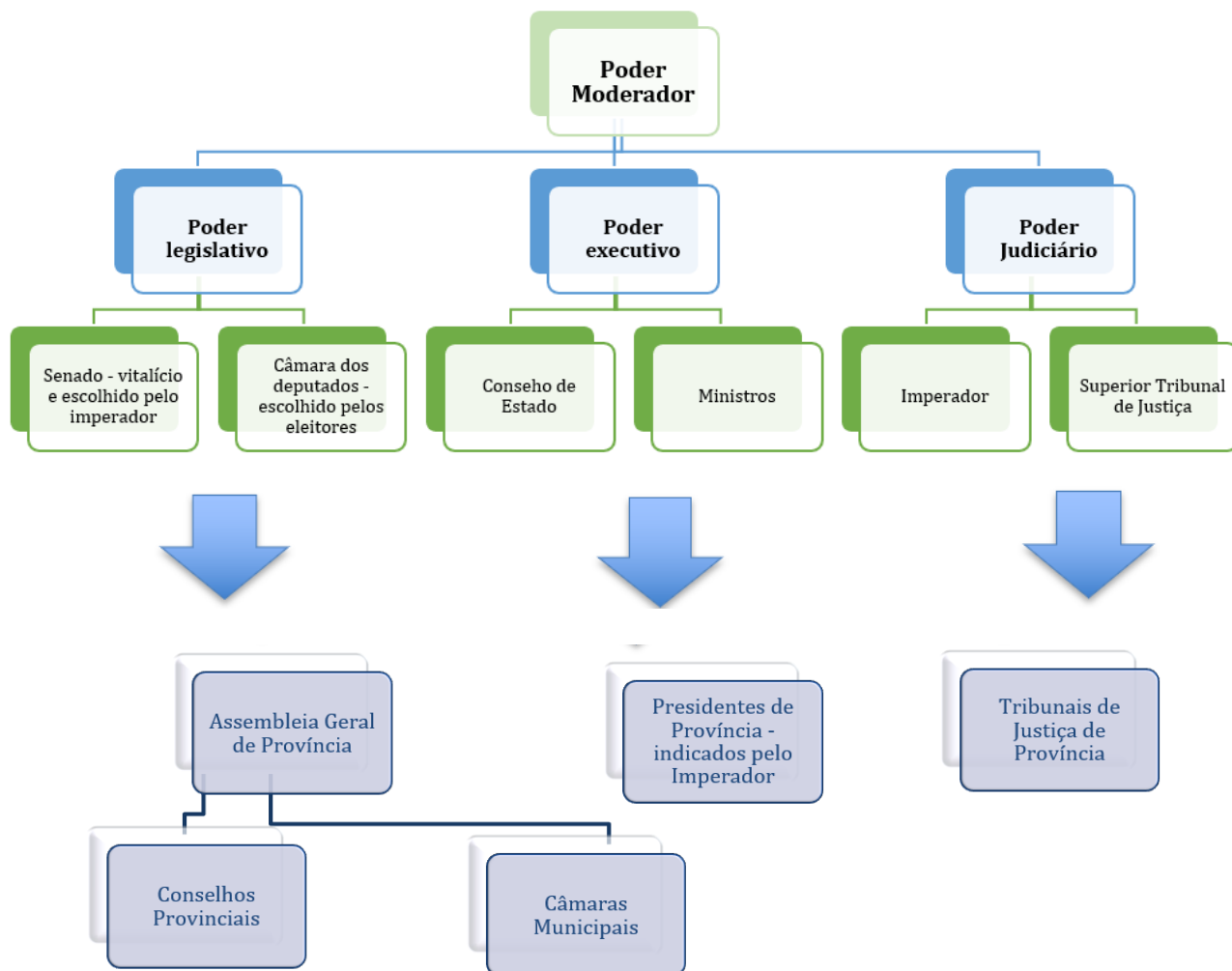
- nomear ministros, senadores, juízes, presidentes de província (cargo correspondente ao governador de Estado)
- dissolver a Câmara dos Deputados
- vetar alguma lei que lhe desagradasse.
- tomar algumas medidas sem o consentimento do parlamento, como, por exemplo, declarar Guerra, devendo para isso consultar o **Conselho de Estado** composto por conselheiros escolhidos por ele mesmo.

Então, veja como ele podia intervir e controlar todos os poderes do estado. Percebe?

Vejamos o esquema de divisão dos poderes no Brasil Império.

¹¹ NEVES, Lucia Bastos Pereira das Neves. A vida Política. In.....





🏗️ Organização do sistema eleitoral

Quem votava e podia ser votado no Império? Ou seja, quem era cidadão ativo e quem era passivo? Veja no esquema abaixo que o critério para a participação era a renda, o sexo e idade. Homens maiores de 25 anos com rendas variáveis conforme o cargo que gostariam de concorrer. Para votar a faixa de renda era sempre o mesmo.





+ **Cidadão passivo:** é o que pode receber voto. Direito de ser votado;

+ **Cidadão ativo é** quem pode votar. Aquele que tem direito de votar.

Como a Constituição **de 1824** foi outorgada, ela não passou pelos Deputados e Senadores, mas foi enviada às Câmaras Municipais para ser jurada. Ou seja, zero discussão, apenas obediência!

Apesar dessas medidas regressistas, a liberdade de imprensa e a organização dos grupos políticos em associações e jornais causaram um clima de intenso debate público sobre os acontecimentos e as posições do Imperador e de seu Ministério, majoritariamente ocupado por portugueses e amigos próximos. Dom Pedro I também usava um periódico para divulgar suas críticas em relação aos deputados, era o *Jornal a Gazeta do Brasil*, subvencionado com verbas públicas.

Esse cenário no qual Dom Pedro deixava clara sua veia autoritária causou uma série de revoltas pelo Império, especialmente, as Províncias do Nordeste, que eram profundamente contrários ao centralismo que vinha da Capital. Foi nesse contexto agitado que surgiu a Confederação do Equador.

3.4.1 – Confederação do Equador

As medidas políticas impostas pelo Imperador D. Pedro I, que reafirmavam a centralização do poder político e o autoritarismo governamental, acirraram os ânimos com setores da sociedade partidários de outras saídas para a organização do sistema político brasileiro e para a crise interna. Principalmente no Nordeste do Brasil, diversas províncias manifestaram desacordo com o fechamento da Assembleia Constituinte, com a imposição da Constituição de 1824 e com conjunto das medidas autoritárias do Imperador. Essa tensão foi elevada por conta dos altos impostos e pelas dificuldades financeiras passadas pelas províncias nordestinas após a crise açucareira e a do algodão.

Nesse contexto, em julho de 1824, em Pernambuco, lideranças liberais firmaram a **Confederação do Equador**, isto é, uma proposta de unir as províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba,



Alagoas e Sergipe, com o objetivo de romper com a Monarquia e fundar uma República. A localização geográfica dessas províncias, próxima à linha do Equador, deu origem ao nome do movimento. Esse movimento estava alimentado pelas ideias liberais e republicanas dos acontecimentos da Revolução de 1817 em Pernambuco, bem como pela influência dos demais países da América, pois todos se organizavam como república. Assim, pode-se afirmar que o movimento tinha caráter republicano.

O estopim da deflagração da Confederação do Equador foi a deposição do governador de Pernambuco Manuel de Carvalho Paes de Andrade. D. Pedro I nomeou outro político para o cargo, alguém mais próximo da Corte e, por isso, indesejado. Contudo, a nomeação de D. Pedro I não foi respeitada. A Corte enviou dois navios de guerra ao Recife para fazer valer sua determinação. Dessa forma, sob a liderança de Paes de Andrade, assim ficou expressa a indignação do movimento:

Não é preciso, brasileiros, neste momento fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do imperador, nem das desgraças que acarretamos sobre nossas cabeças por haveremos escolhido, enganados, ou preocupados, tal sistema de governo e tal chefe de poder executivo (...) Brasileiros! Salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjuros do imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas¹².

Em **2 de julho de 1824**, os revolucionários de Pernambuco proclamaram a independência da província. Teoricamente, o novo Estado federalista contaria com demais províncias do nordeste, mas, na prática, apenas algumas vilas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará aderiram ao movimento.

Dentre as medidas estabelecidas pelos republicanos se destacaram duas: a extinção do **tráfico** negreiro e a convocação da população para a formação de um exército contra a monarquia. A proposta dos revoltosos era elaborar uma Constituição semelhante à da Colômbia, a qual, por sua vez, era próxima à dos Estados Unidos.

Outros líderes de destaque da Confederação do Equador foram: Joaquim do Amor Divino Rebelo, o Frei Caneca; Cipriano Barata, conhecido como o “homem de todas as revoluções”; e o major Emiliano Munducuru, defensor de uma revolução radical como a do Haiti.

Frei Caneca era um padre de formação carmelita. Além da atividade religiosa, ele também foi professor e jornalista: “*de origem humilde e educado no seminário de Olinda, ele se transformou em um intelectual refinado e num ativista político vigorosos*”¹³. Liderou o jornal *Typhis Pernambucano*. Lembre-se de que na Revolução de 1817 os padres tiveram protagonismo, por isso, ela também foi conhecida como

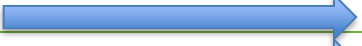
¹² Manifesto de Paes de Andrade. In: DELGADO, L. Gestos e vozes de Pernambuco. Recife. Ed. Da UFPE, 2008, p. 73.

¹³ SCHWARCZ, Lília M., STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, p. 236.



Revolução dos Padres. Aqui, em 1824, novamente, um padre foi referência. Frei Caneca criticava em seus textos a Constituição de 1824, especificamente, a ideia de poder moderador.

Guarde sobre a **Confederação do Equador**:

Caráter do movimento		Separatista
Orientação política		Republicana
Proposta de organização do Estado		Federação
Base social		Popular
Região do país		Pernambuco e províncias do nordeste

O movimento durou cerca de 2 meses. Em 12 de setembro forças terrestres derrotaram os revolucionários e líderes foram sentenciados à morte, como Frei Caneca.

3.4.2 – Política Externa

Nesse cenário de divergências e crises, iniciou-se novamente um conflito na região do rio da Prata, na Província da Cisplatina. Você se lembra de que Dom João VI, em 1816, ocupou a região e a anexou ao território brasileiro? Pois então. A questão é que a população nunca aceitou essa anexação.

Assim, em 1825, sob a liderança de João Antonio Lavalleja, iniciou-se um Movimento de Libertação Nacional com vistas a adquirir a Independência. Nesse contexto, a região da atual Argentina, na época chamada de Províncias Unidas do Rio do Prata, apoiou o movimento com vistas a promover a integração da Cisplatina ao território dessa confederação de províncias.

Em reação a essa aliança, Dom Pedro I declarou guerra à Argentina e enviou tropas à Cisplatina. Assim começou a Guerra da Cisplatina ocorrida entre 1825 e 1828.

Depois de 3 anos de Guerra sem vencidos e nem vencedores, a Inglaterra mediou um desfecho o qual nem Argentina e nem Brasil ficariam com o território da Cisplatina. Finalmente, a região ganhava autonomia e se transformava na República Oriental do Uruguai.

Para o Brasil esse desfecho foi um fracasso e pesou negativamente na imagem do Governo de Dom Pedro I.

Inclusive nesse contexto em que rolava a Guerra da Cisplatina, e o Estado gastava o dinheiro que não tinha, já que, como vimos no início da aula, era um tempo de crise econômica e dificuldades para atingir balança comercial favorável e superávit fiscal nas contas públicas, Dom Pedro I também se envolveu em outra questão de Política Externa: o problema de Golpe de Estado de seu irmão Miguel em Portugal que destronou sua filha Maria da Glória.

Oiiii.... Mas Profe o que Dom Pedro tem a ver com os problemas de Portugal?



Em 10 de Março de 1826, Dom João VI morreu em Portugal. Isso abriu uma crise de sucessão na qual o Imperador brasileiro fez questão de interferir, mesmo sendo uma atitude contrária à Constituição do Brasil, outorgada pelo próprio imperador. Dom Pedro I foi ao seu país de origem e assumiu o trono. A exemplo do que ele já havia feito no Brasil, convocou um grupo de juristas renomados e estes escreveram uma constituição liberal em poucas semanas.

Dom Pedro IV (como Dom Pedro era conhecido na linha sucessória portuguesa) a outorgou e abdicou do trono em favor de sua filha Maria da Glória com, então, 7 anos de idade. Como Regente de Portugal, até que Dona Maria completasse a maioridade e pudesse assumir o trono, ficaria seu irmão Dom Miguel. No acordo estava que Dona Maria da Glória se casaria com o tio quando fizesse 18 anos para que, assim, houvesse continuidade dinástica e Dom Miguel continuasse reinando oficialmente como rei.

Pois é, caros e caras. Mas Dom Miguel não queria esperar a menina crescer. Também não achava o acordo legítimo já que, para ele, seu irmão era um dos motivos da decadência portuguesa, afinal, lutara pela separação do Brasil de Portugal, em 1822. Então, D. Miguel traiu o irmão e se coroou rei de Portugal.

Com mais essa crise externa, Dom Pedro I ofereceu ajuda para os setores liberais portugueses na luta contra o Golpe de Dom Miguel. Ou seja, dinheiro público para uma disputa entre irmãos por um trono na Europa. Percebe o desgaste?

Esse contexto desagradava os brasileiros por vários motivos:

- 1- A unificação das coroas era um risco e foi entendida como uma forma de recolonização do Brasil.
- 2- Os gastos excessivos mantendo 2 guerras ao mesmo tempo era inviável para os cofres públicos já falidos.
- 3- A preocupação excessiva com Portugal mostrava que Dom Pedro não estava interessado no futuro do Brasil.

Portanto, entre 1825 e 1830, Dom Pedro ficou mais envolvido com as questões externas do que com os problemas gigantes que o Brasil enfrentava, especialmente na área econômica.

3.5 – Abdicação de Dom Pedro I

De forma sintética, passada a popularidade e a euforia dos eventos da proclamação da Independência, Dom Pedro I foi demonstrando sua tendência autoritária e, por isso se dispôs inclusive com os setores da elite que o ajudaram a liderar o processo de conquista da soberania. A população também não suportou mais uma figura que mais parecia com um reizinho mimado, violento e autoritário. Dom Pedro I abdicou em **07 de abril de 1831** em favor de seu filho Dom Pedro II, então, com 5 anos de idade. Vejamos os antecedentes da abdicação.

A imagem de Dom Pedro ficava cada dia mais esfacelada. Seu envolvimento com a fracassada Guerra da Cisplatina e com o Golpe do seu irmão em Miguel em Portugal, somados às crises das finanças públicas, foram um prato cheio para a oposição.



Para piorar sua imagem frente ao povo, **em novembro de 1826** sua esposa a Imperatriz Leopoldina ficou doente. Rumores de que sua doença tinha a ver com a falta de respeito com o qual o Imperador tratava a Soberana e suas relações extraconjugais com a Marquesa de Santos pegaram muito mal para Dom Pedro. Dona Maria Leopoldina, segundo os historiadores, era muito carismática e sua imagem era a de uma mulher que lutou pela Independência da Nação e abraçou o país como se fosse seu. No imaginário social ela era amada por seu povo. Há muitas cartas, testemunhos, diários que demonstram isso.

Por isso, sua doença causou comoção popular com pessoas lotando Igrejas e rezando por sua alma. Em dezembro ela faleceu. Sua morte causou um grande sentimento de revolta contra Pedro I. Rumores e boatos de que ele havia provocado sua morte se espalharam pelo Rio de Janeiro. Era difícil perdoar esse rei! A fofoca no Rio de Janeiro correu solta.

O cenário econômico foi ficando cada vez pior e, como vimos, em 1829 a falência do Banco do Brasil demonstrava uma grave crise econômica. Os cofres públicos estavam vazios. A inflação destruía as pequenas reservas das famílias.

Nesse clima, **já em 1830**, assumiram os Deputados da 2ª Legislatura Brasileira. E as eleições tinham acrescentado um número muito maior de liberais exaltados. Mesmo os moderados eram mais radicais. Havia uma geração mais jovem, menos conciliadora e mais antilusitana. Muitos tinham se formado em Coimbra e sofrido várias agressões em Portugal por ocasião da Independência Brasileira.

Para tornar o cenário mais dramático e, proporcionalmente, fortalecer a oposição ao Imperador, em julho de 1830, na França, ocorreu Revolução Gloriosa, ou Jornadas de Julho na França que derrubou Carlos X, colocou o rei-cidadão no trono instituindo uma Monarquia Constitucional e o sepultamento do absolutismo francês com o fim da dinastia dos Bourbon.

Então, a lógica foi: Cai lá, Cai cá!!! Para a oposição era fácil associar as duas situações!

Assim, podemos perceber que Dom Pedro, com suas medidas autoritárias e cercado por amigos portugueses, ficava cada vez mais isolado no Brasil, isso o levava a se aproximar cada vez mais dos assuntos de Portugal.

Um sentimento *republicanista* aparecia nos jornais, folhetins e periódicos. Aliás, esses diversos jornais tiveram um papel fundamental para não apenas fazer circular as ideias como também para organizar os opositores e conclamar ao povo a defesa da liberdade!

Contudo um fato trágico viria a gravar mais ainda a situação. Em São Paulo, em **novembro de 1830**, foi assassinado um importante jornalista republicano, crítico voraz às ações de Dom Pedro: Líbero Badaró! Ele era o dono de um dos principais jornais da época, "O Observador Constitucional". Muitos rumores espalharam um possível envolvimento de Dom Pedro I com o crime. Os jornais liberais não perdoaram.



No começo **de 1831**, para escapar da turbulência do Rio e São Paulo, o Imperador fez uma viagem para Minas Gerais, mas foi recebido com uma verdadeira revolta nas ruas. Teve que sair correndo da região. Para compensar, o Partido Português, ou os coimbrãos, organizaram um grande

56

129



ato de recepção para o Imperador no Rio. Mas para a agonia de Dom Pedro I e seus partidários, o ato de **13 de março de 1831** virou uma guerra entre portugueses e brasileiros que ficou conhecido como **A Noite das Garrafadas**.

Como resposta Dom Pedro fez uma reforma ministerial na qual nomeou apenas brasileiros. Mas o descontentamento continuou. A situação política de desagregação política era irreversível. Então, **em 05 de abril** ele demitiu todos os brasileiros e chamou outros portugueses.

Esse fato, a demissão do Ministério dos Brasileiros foi o estopim para uma das maiores manifestações públicas contra Dom Pedro I. Na capital do Império, 2 mil pessoas juntaram-se no Paço Imperial: liberais, moderados, jornalistas, o exército, os populares.

Então, Dom Pedro I, em 07 de abril de 1831, abdicou do trono em favor do seu filho Pedro de Alcântara, de apenas 5 anos. Como tutor do menino, Dom Pedro deixou o velho coimbrista José Bonifácio. Dom Pedro partia, sem título nobiliárquico, para Portugal a fim de defender o trono de sua filha Dona Maria da Glória.

O Brasil tornou-se uma Monarquia sem Rei. E assim, começou um outro capítulo cheio de tensões, disputas e rebeliões nas províncias.

Contudo, para a história, **o fim do Primeiro Reinado representou o fim das relações entre Portugal e Brasil**. Daí para frente, os governantes seriam todos brasileiros natos. Por isso, podemos afirmar que a abdicação do Imperador foi a derrota do Partido Português e do grupo dos coimbrãos.

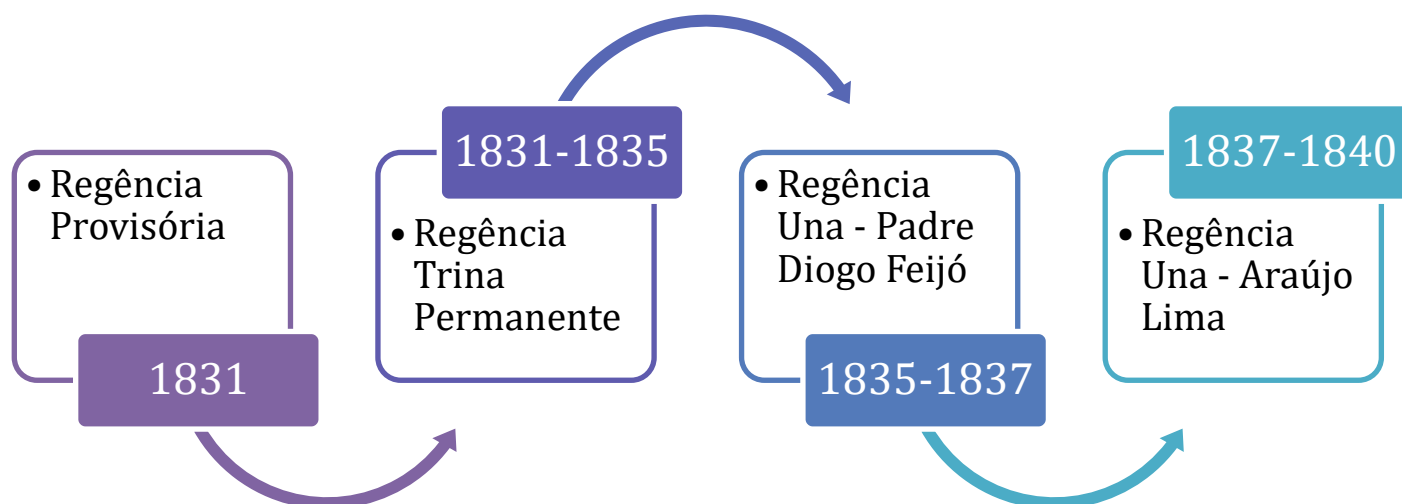
Quanto ao povo que foi às ruas pedindo a abdicação de Dom Pedro, no momento seguinte que ele deixou o país, essa massa de populares foi posta à margem da política novamente, prevalecendo os velhos critérios censitários. Contudo, como diria o físico Albert Einstein “A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”. Vejamos a seguir a próxima cena desse filme do Brasil Imperial: A Regência!



4. PERÍODO REGENCIAL

Dom Pedro abdicou do trono em favor de seu filho Dom Pedro de Alcântara. Você já sabe que ele era um menino pequeno, o *povorelo*. O pai foi embora para longe, sua mãe já havia morrido. Ficou no Brasil com a única tarefa de um dia ser o Rei dessas terras. Para isso foi educado. Mas até chegar esse dia, a Constituição determinava que se o rei fosse menor de 18 anos, o país deveria ser governado por **três pessoas** que regeriam, ou seja, **três regentes**. Estes deveriam ser escolhidos pela Assembleia Geral, ou seja, pelo Parlamento formado por Deputados e Senadores.

Antes de entrar propriamente no desenrolar dos fatos, quero lhe mostrar como a historiografia divide esse período entre o Primeiro e o Segundo Reinados. Observe no esquema abaixo que há uma mudança de Regência Trina para Regência Una. Isso é fruto de uma reforma constitucional, ok!

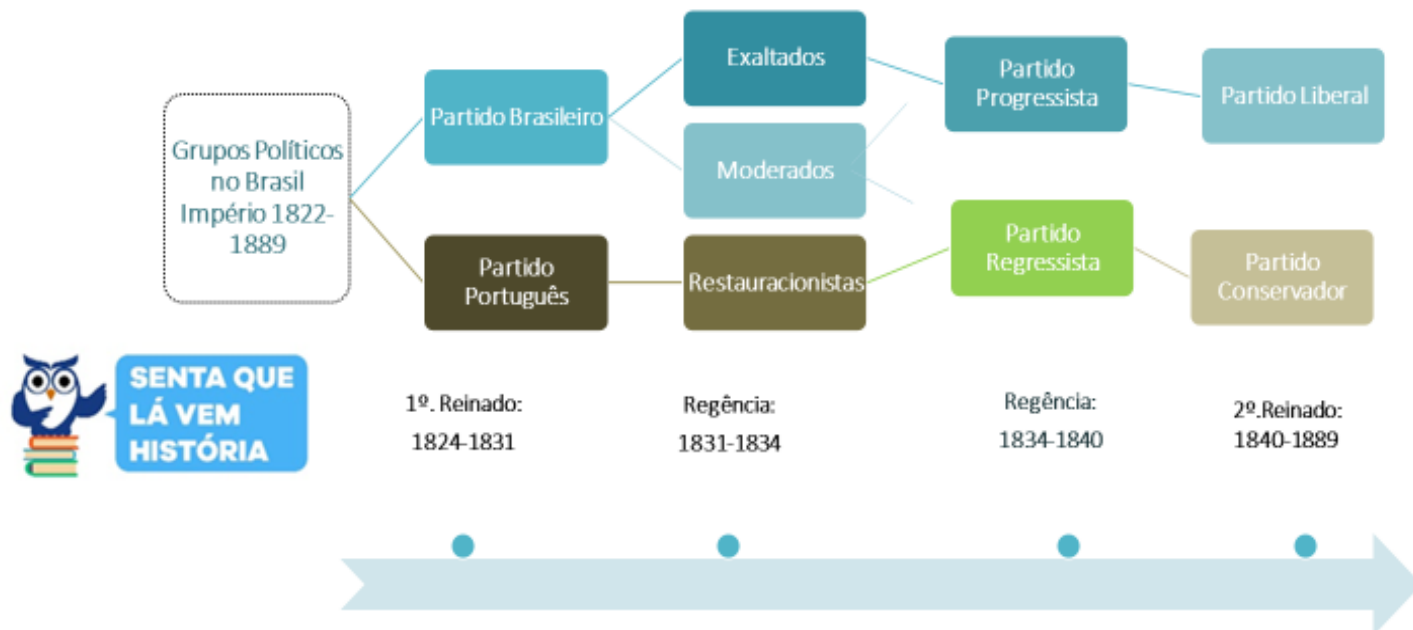


Agora quero que você repare a organização das correntes de opinião. No capítulo anterior vimos que os partidos, ou correntes de opinião, se dividiam em três grupos, mas que devido ao contexto de crise política e das medidas autoritárias o cenário político acabou se polarizando entre Portugueses e Brasileiros.

Contudo, esses grupos vão ganhando novas localizações, novas denominações, afinal, querido e querida, **quando o cenário político se modifica, as correntes se acomodam**. Veja no esquema abaixo as transformações que sofreram ao longo do Império. Salve essa imagem na sua memória, desenhe-a com suas mãos, enfim, entenda-a!!!



Grupos Políticos durante Brasil Império, 1822-1889



4.1 - Contextualização

Durante todo o período regencial o contexto foi tenso. Prevaleu a luta essencial: Centralização versus Descentralização.

Até 1834, quando Dom Pedro I morreu em Portugal, o **Partido dos Portugueses**, agora conhecido como **regressistas**, tentou restaurar a monarquia e a volta de Dom Pedro. Contudo, depois disso se aliaram aos setores mais conservadores entre os moderados. **Este grupo passou a defender a centralização do poder político no governo federal.** Nesse caso as Províncias teriam pouca liberdade. Um exemplo de suas ideias era que o chefe do Poder Executivo, o Regente ou, depois, o Rei, indicasse o governador da província.

O outro grupo formado ficou conhecido como **os progressistas**. Os liberais exaltados e os moderados mais progressistas se aliaram para defender uma maior descentralização do poder para que as Províncias tivessem mais autonomia e liberdade quanto às questões locais. Nesse grupo também se discutia a necessária mudança em algumas relações sociais, como a escravidão.

Contudo, **como a abdicação de Dom Pedro I** ficou marcada naquele contexto como a derrota dos regressistas, então, **alguns historiadores afirmam que até 1837** houve um **“avanço liberal”**, na medida em que a **corrente Progressista conseguiu ocupar mais cargos e implementar medidas descentralizadoras**. Por exemplo, defendiam que cada Província escolhesse seu próprio governo. Agora, esse avanço não foi apenas com negociações e diálogos, houve muito conflito físico, como veremos logo abaixo.



Dessa forma, **veremos que grande parte das tensões políticas se desenvolveram nas Províncias**. Muitos membros das classes dominantes provinciais reivindicavam mais liberdade e autonomia para decidir seus rumos. O Brasil, como sabemos, é muito grande e diverso, por isso, medidas centralizadoras demais acabaram ampliando as desigualdades entre as regiões, ao contrário do que imaginavam os regressistas.

Essa crise local, que se repetiu em muitas províncias diferentes, tomou dimensões muito radicais, sobretudo, quando as camadas médias e populares resolveram reivindicar o seu direito de participar da política.



Não esqueça de que o contexto internacional é de ampla agitação política com as classes populares passando ao primeiro plano das batalhas, no mundo todo. Assim, em alguns casos, os conflitos tiveram caráter popular, republicano e separatista.

Essa instabilidade foi muitas vezes chamada de anarquia pelos Regressistas e sua causa foi atribuída à plataforma da descentralização política defendida pelos Progressistas.

Do ponto de vista da economia, o Brasil continuava com os mesmos obstáculos de antes. Tendo sua estrutura produtiva apoiada na grande propriedade territorial e mão de obra escrava, sua balança comercial continuava negativa e o déficit fiscal se ampliava. A Inglaterra soube aproveitar essa fragilidade para renovar acordos e emprestar cada vez mais dinheiro ao Brasil de modo a acelerar seu endividamento externo.

Vejamos agora o desenrolar dos fatos e as principais ocorrências em cada um dos períodos.

4.2 – Regência Provisória

A Regência Provisória durou cerca de 3 meses e seus três membros foram nomeados pela Assembleia Legislativa (formada por deputados e senadores). Essa regência trina foi composta por José Joaquim Carneiro Campos (1768-1836, o Marquês de Caravelas), pelo então senador Nicolau Campos Vergueiro (1785-1853) e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (1785-1859). Foram 3 as principais medidas da Regência Trina:

- Readmissão do Ministério dos Brasileiros, que havia sido demitido por Dom Pedro I;
- Anistia aos presos políticos;
- Suspensão do Poder Moderador.

Foram realizadas eleições para a Regência Permanente em **17 de Junho de 1831**. Aqui, foram eleitos: os deputados moderados João Bráulio Muniz (1796-1835) e José Costa de Carvalho (1796-1860) e o brigadeiro Lima e Silva (1785-1853). Esses moderados, os “chimangos”, representavam os interesses dos latifundiários e comerciantes.

4.3 – Regência Permanente (1831-1835)

De um modo geral, essa Regência representou os interesses dos moderados, os extremos ficaram um pouco sem espaço nas disputas do poder na capital do Império. Isso não quer dizer que eles não estavam



articulados e expõem suas ideias. **De toda forma, a descentralização foi uma marca das medidas pretendidas por essa Regência Trina.** Dessa forma, a proposta de governo eram reformas político-institucionais com o objetivo de reduzir o poder do imperador e aumentar a força do Parlamento.

Dentro dos principais atos de reforma no campo político-institucional, o então Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó (1784-1843) **idealizou a criação da Guarda Nacional (1831) e o Ato Adicional de 1834.**

- + **Guarda Nacional de 1831:** a **Guarda Nacional foi uma força policial** criada para tratar dos conflitos locais que se intensificaram nesse período e manter a ordem pública. Dela fazia parte todo brasileiro que tivesse entre 21 e 60 anos e fosse cidadão ativo (renda líquida anual de 100 mil réis). Até 1837, os oficiais eram eleitos pela tropa e permaneciam no cargo por 4 anos.
- + **O Ato Adicional de 1834:** **tratou-se de uma reforma na Constituição de 1831.** Por meio dela a descentralização do poder político foi reforçada, pois o Poder Moderador foi suspenso, os Conselhos Gerais das Províncias foram substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais. Com isso, as oligarquias regionais ficaram satisfeitas, pois passaram a ter maior controle sobre o território regional.

Além dessas duas mudanças, também destaco a **criação do Código de Processo Criminal, em 1832.** Por meio dele, algumas garantias processuais foram criadas, como o estabelecimento do corpo de jurados e o *habeas corpus*.

4.4 – Regência Una

A Regência Trina acabou sendo transformada em Regência Una, isto é, comandada por uma única pessoa, a qual era eleita por voto censitário direto, com um mandato de 4 anos. O primeiro governante eleito foi Diogo Antônio Feijó. Para essa eleição, o colégio eleitoral era pequeno, veja: por volta de 5 mil pessoas votaram, menos de 0,1% da população da época.

De cara, Feijó precisou enfrentar as tensões em torno da questão da centralização versus descentralização. Algo que não foi fácil, pois diversas revoltas de natureza separatista começaram a pipocar no Brasil. Vamos vê-las, mas antes repare no quadro de comparativo entre a primeira e segunda eleição para Regente Uno:

Primeiras Eleições no Brasil

Cenário populacional das eleições regenciais de 1835 a 1838		
5 milhões de pessoas era a população do Brasil, incluindo-se escravos.		
	1835	1838
Cidadãos ativos	5.077 pessoas podiam votar	6.289
	Diogo Feijó recebeu 2826 votos e Holanda Cavalcanti 2251	Pedro de Araújo Lima recebeu 4308 votos e Holanda Cavalcanti 1981.



Feijó ficou no cargo até 1837, quando, então, ficou isolado politicamente, pois não conseguiu conter as revoltas separatistas. Dessa forma, renunciou.

4.5 - Revoltas no Período Regencial

As assim chamadas Revoltas Regenciais estiveram inseridas em um contexto em que a questão fundamental da distribuição de poder oscilava entre a autoridade nacional no Rio de Janeiro e os governos provinciais.

Dentre as divergências dos provincianos estava a forma de escolha do presidente da província, pois, com a Constituição de 1824, os processos eleitorais regionais foram abolidos.

No lugar de eleições pelos próprios provincianos, o imperador indicava e nomeava o presidente de província.



Contudo, em 1834, o Ato Adicional que reformou a Constituição de 1824 concedeu certa autonomia às províncias, pois permitiu que cada uma contasse com sua própria Assembleia e orçamento próprio. Essa mesma reforma constitucional retirou uma das principais atribuições do Poder Moderador, qual seja, o de dissolver a Câmara.

Com efeito, repare que havia uma oscilação entre centralização e descentralização (federalismo).

De acordo com Lucia Bastos Pereira das Neves, os políticos contrários à descentralização manifestavam um caráter despótico de poder “que decorria da herança portuguesa do imperador e de seu círculo de áulicos¹⁴”. Em geral, o atrito entre palacianos próximos à Corte e brasileiros, já estabelecido no Primeiro Reinado, assim podia ser resumido, conforme já frisado mais acima na aula:

Coimbrãos (ou portugueses)	Brasilienses
A soberania deveria ser dividida entre o imperador e a Assembleia; as tendências democráticas deveriam ser afastadas.	A soberania residia na nação; o imperador deveria ser submetido a um poder de veto; o imperador deveria ser impedido de dissolver o Parlamento.

Agora, essa polêmica política foi tema de disputas em todas as províncias, com ênfase no Período Regencial. Ademais, após a reforma constitucional de 1834, a situação ficou um pouco mais favorável aos liberais federalistas.

Dessa forma, a questão da centralização x descentralização, o rechaço aos portugueses – principalmente os “coimbrãos”, o conflito entre liberais e conservadores, as insatisfações populares, entre outras questões, deram motivos para rebeliões no Período Regencial (1831-1840).

¹⁴ Áulicos significa cortesão, palaciano.



Sob o Governo Regencial, portanto, diversas mobilizações políticas pipocaram no Brasil.

Dentre as principais, destaco quatro **de caráter separatista**:



- a Sabinada na Bahia;
- a Cabanagem no Pará;
- a Farroupilha no Rio Grande do Sul;
- a Balaiada no Maranhão.

Em particular, o movimento do Rio Grande do Sul proclamou a república e se manteve independente do Brasil até 1845. Já os outros movimentos foram derrotados logo no início. Nem todos esses movimentos defenderam abertamente um sistema federativo de organização do poder, mas, o conteúdo deles, questionava frontalmente o sistema político do momento.

Vamos ver cada um deles:

- **Cabanagem no Pará, em 1835.** Esse conflito deu sequência à luta entre liberais e

portugueses que marcou os conflitos políticos da região desde a independência, em 1822. Em 1835, o presidente da província foi assassinado e, a partir desse fato, seguiu-se uma batalha civil sangüinária. Conforme José Murilo de Carvalho,

Líderes populares assumiram o controle da luta, tomaram a capital, Belém, e declararam a independência da província. Tropas do governo central retomaram a cidade e se engajaram em uma luta de guerrilhas contra os rebeldes embrenhados na selva amazônica, onde, sendo a maioria deles de origem indígena, se sentiam à vontade. Foi uma das lutas mais sangrentas da história do país, comparável apenas à Canudos, na Bahia, em 1897. Soldados do governo desfilavam nas ruas da capital [Belém] exibindo colares feitos de orelhas dos revoltosos. Calculou-se, talvez com algum exagero, que teriam perecido na luta cerca de 30 mil pessoas, ou 20% da população total da província¹⁵.

O principal alvo dos cabanos (índios, caboclos e escravos) eram os portugueses e brancos. Segundo o professor José Murilo de Carvalho a Cabanagem foi uma explosão popular contra a opressão secular de que o povo pobre havia sido vítima, inclusive por ser excluído do sistema político. Só podia ser uma luta contra portugueses, mesmo.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, J.M (org). A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre. 2018, p. 91.



- **A Balaiada, no Maranhão, de 1838 a 1841.** Na verdade, esse movimento foi o ápice de lutas que ocorriam desde 1831. Nesse período, a população da província era de 200 mil pessoas, sendo que 50% era escravo, a mais alta proporção em todo território brasileiro. Tal como a Cabanagem, essa revolta foi tipicamente popular e esteve ligada às disputas entre liberais e conservadores. Os conservadores detinham o monopólio das indicações dos cargos políticos e para a administração pública, fato que gerava muitos atritos. O estopim do movimento foi a invasão de uma cadeia para liberar correligionários do movimento. Em uma mistura complexa entre liberais e setores populares, inclusive quilombolas, os assim chamados fazedores de cestos (os balaies) ganharam destaque na Balaiada. Um dos líderes da Balaiada foi Cosme Bento de Chagas, o Preto Cosme, o qual liderou um grupo de 3 mil escravos fugidos. Cosme se intitulava “Tutor e Imperador das Liberdades Bentevis” (dos liberais). Com 11 mil homens, os balaies tomaram algumas cidades. Porém, um desentendimento entre Preto Cosme e outro líder, Raimundo Gomes, um vaqueiro, rachou o movimento e facilitou a repressão.

Repare que um dos motivos das divergências no movimento era quanto à escravidão. Enquanto uma parte era favorável ao fim da escravidão, outra não.

- **A Sabinada, na Bahia, entre 1837 a 1838.** O nome da revolta é devido ao seu líder Dr. Sabino Barroso, professor da Escola de Medicina de Salvador. Esse movimento contou com um caráter separatista mais explícito. A capital foi tomada pelos partidários do movimento, o presidente da província foi deposto e a Câmara Municipal declarou a independência. Salvador foi sitiada por terra – por tropas dos barões do açúcar – e por mar pela Marinha Imperial. Em dezembro de 1838 uma batalha de 3 dias em Salvador resultou em 1200 revolucionários mortos e 600 membros das tropas do governo. Diferentemente da Balaiada e da Cabanagem, além das camadas populares, esse movimento contou com camadas médias da sociedade, como professores, médicos e advogados. A principal motivação da Sabinada foi, de fato, o federalismo.

Quanto à escravidão, aqui também não havia consenso entre os participantes da rebelião. Ao mesmo tempo que os sabinos prometeram a alforria dos escravos nascidos no Brasil, desde que lutassem pela causa, o movimento não prometia abertamente a abolição da escravidão. Apesar dessa dubiedade, só o fato de ter sido construído um batalhão de pretos e de serem feitas promessas aos escravos fez com que os senhores de terra apoiassem a repressão do governo.

- **A Farroupilha, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, entre 1835 e 1845.** Diferentemente das revoltas anteriores, aqui a participação popular foi bem reduzida. Na verdade, o movimento foi liderado por uma oligarquia formada por pecuaristas. Essa elite questionava a centralização do poder no Rio de Janeiro e as imposições da Coroa quanto ao comércio de charque. Os assim chamados *estancieiros* queriam condições mais favoráveis para o comércio de gado e para o fortalecimento do charque no mercado brasileiro. Dessa forma, a insurreição começou com a deposição do presidente da província do Rio Grande do Sul, que fora nomeado pelo governo regencial. O líder Bento Gonçalves da Silva (1788-1847), filho de um rico proprietário de terra, invadiu a cidade de Porto Alegre. Em setembro de 1836 o movimento proclamou a República de Piratini e Bento Gonçalves sagrou-se presidente. Em 1839 o movimento atingiu a região de Santa Catarina sob a liderança de Davi Canabarro (1796-1867) e de Giuseppe Garibaldi (1807-1882). Com isso, foi proclamada a República Catarinense ou Juliana.

Importante frisar que o caráter elitista do movimento fez com que a repressão fosse mais amena. A Coroa não foi para cima desses revoltosos com a mesma mão pesada com que reprimiu as revoltas regenciais mais populares. Por isso, o movimento durou anos e o desfecho foi por meio de uma saída negociada, um acordo ao estilo de um armistício (uma trégua). Nas cláusulas do armistício, celebrado



em 1845, o governo do Rio de Janeiro concordou em sobretaxar o charque importado em 25%, como forma de estimular o charque gaúcho, e os farrapos foram anistiados.

Além desses movimentos, também destaco a **Guerra dos Cabanos, de 1832, em Pernambuco**, e a conhecida **Revolta dos Malês, na Bahia**. Esses processos tiveram características populares mais marcantes, pois foram movimentos protagonizados pelas camadas pobres. No caso da Guerra dos Cabanos participaram indígenas, escravos e trabalhadores rurais livres. Porém, o curioso é que foram os conservadores que incitaram essa população contra a ascensão dos liberais na região. Posteriormente, com o aumento da repressão e a “ficha caída”, a aliança entre os conservadores (proprietários de terra) e população rural pobre foi rompida. O movimento termina com repressão¹⁶.

Já a Revolta dos Malês, vamos vê-la um pouco mais de perto no box abaixo...



A **Revolta dos Malês** ocorreu em 1835, na Bahia. O movimento foi planejado pelos Malês, **africanos mulçumanos** (em geral etnia nagô) que eram mantidos como escravos. Na província baiana, cerca de 42% da população era negra e apenas 22% branca. O conflito foi gerado em razão do acúmulo de opressão e exploração e, também, por conta da perseguição religiosa. Ocorre que, esses africanos tinham conhecimento militar e, por isso, fizeram uma insurreição com bastante eficiência. O medo da elite branca de Salvador e das fazendas era de que movimento caminhasse ao que foi a Revolução no Haiti.

A repressão foi violenta. Além das perseguições e mortes, foram aprovadas leis que agilizavam a condenação dos escravos. Mas, atenção, a pressão dos escravocratas era para que os capturados não fossem mortos, pois, na condição de escravos, os negros eram vistos como propriedade.

Importante você saber que o século XIX no Brasil contou com diversas rebeliões escravas. Esses movimentos reforçaram a permanência das comunidades quilombolas, pois os negros que conseguiam fugir buscavam refúgio nos Quilombos.

¹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes, GUGLIELMO, Mariana, FRANCO, Renato. História em Curso. São Paulo: Editora do Brasil. 2016, p. 421.



5. QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

1. (CESGRANRIO - 2011 - SEEC-RN - Professor - História)

A historiografia recente sobre a Independência do Brasil tem destacado que o Grito do Ipiranga constituiu mero desfecho formal de um processo inaugurado com a transferência da Corte para o Brasil e a abertura dos portos em 1808. Entre a chegada da Corte ao Rio de Janeiro e o Grito de Ipiranga, essa historiografia tem desvelado tensões sociais complexas, que atravessaram a economia, a política e a constituição de uma identidade nacional. Qual o aspecto econômico desse processo que contribui para a compreensão da complexidade das tensões desse período?

- a) A política externa joanina, materializada pelos Tratados de 1810 com a Inglaterra
- b) A chegada da missão artística francesa (1815), liderada por Joachim Lebreton
- c) A expansão do liberalismo econômico, com a eclosão da Revolução do Porto (1820)
- d) A rebelião das tropas baianas de 1821, fiéis às decisões das Cortes de Lisboa
- e) A declaração do “Fico” em janeiro de 1822, precursora do 7 de setembro

2. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - História)

Defendi para a Inglaterra o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo, e de exigir obediência a ser paga como o preço de proteção.

Lord Strangford, 1807. *Apud* FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1958, v.1, p. 94.

A declaração de Lord Strangford, por ocasião da partida da família real portuguesa em direção ao Brasil, em finais de 1807, representou, na prática, o estabelecimento de um conjunto de ações, dentre as quais se identifica a(o)

- (A) restrição ao tráfico intercontinental de escravos, culminando com a proibição integral e efetiva do mesmo em 1830.
- (B) garantia de direitos de cidadania plena por meio da naturalização para os súditos ingleses que viessem a residir no Brasil.
- (C) criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, cláusula validada pelos Tratados de 1810.
- (D) apoio aos governos de D. João VI e de D. Pedro I quanto à manutenção da província Cisplatina no território do Império do Brasil.
- (E) cerceamento das relações diplomáticas entre os governos do Brasil e da França, nos quadros das decisões do Congresso de Viena.

3. (CESGRANRIO - 2011 - SEEC-RN - Professor - História)



A década de 20 do século XIX viveu sob o signo da reação antiliberal, após as guerras napoleônicas. Esse contexto internacional marcou, sobremaneira, a construção do Estado brasileiro.

Que aspecto da Constituição de 1824 reforçava diretrizes autoritárias em voga?

- a) O censo eleitoral por alqueires de mandioca
- b) O federalismo
- c) O Poder Moderador
- d) A liberdade de expressão
- e) A separação de poderes

4. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1974, p. 213.

A declaração de Saint-Hilaire, naturalista, que percorreu províncias do Brasil entre 1816 e 1822, se refere, entre outros significados, à seguinte característica da cidadania instaurada por ocasião da independência política:

- a) interdição dos direitos civis dos escravos e dos forros sob a alegação de sua condição estrangeira como africanos.
- b) reconhecimento da nacionalidade brasileira a todos os portugueses de nascimento, residentes no Brasil à época da emancipação.
- c) negligência das populações indígenas, consideradas como fator de impedimento para o controle das regiões interiores.
- d) utilização da religião católica como instrumento de legitimação do pertencimento nacional frente à proibição da liberdade de culto no âmbito privado.
- e) exclusões relativas ao uso dos princípios da liberdade e da propriedade para regular direitos civis e políticos.

5. (CESGRANRIO - Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Governo do Rio Grande do Norte – 2011)

Considere o texto abaixo para responder à questão:
Desde o início do período regencial, a burocracia governamental do Rio de Janeiro, respaldada nos interesses das elites dessa província, de São Paulo e de Minas Gerais, buscou implantar um modelo centralizador de Estado. Houve resistência armada das oligarquias regionais, sendo a mais longa e grave a da Farroupilha, no Rio Grande do Sul [...]. Em 1840, porém, consolidou-se no Brasil o bloco de poder que tinha como núcleo a oligarquia enriquecida com a produção de

67

129



café nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse setor oligárquico hegemônico aliou-se à burocracia governamental na defesa do Estado centralizado, para o qual obteve legitimidade ao colocar à frente do seu governo, antecipadamente, D. Pedro II.

DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). Textos de História, vol. 16, n. 2, p. 217-247, 2008, p. 223. Adaptado.

Além da Farroupilha, diversas outras revoltas eclodiram no Brasil, principalmente entre 1835 e 1848, em oposição à centralização política que as elites do Centro-Sul do Império tentavam promover.

Qual foi a mais importante rebelião iniciada nesse período que NÃO se enquadra na caracterização apresentada no texto acima?

- (A) Revolta dos Malês, Bahia, 1835
- (B) Sabinada, Bahia, 1837
- (C) Balaiada, Maranhão, 1838
- (D) Revolta dos Liberais de Minas Gerais e São Paulo, em 1842.
- (E) Revolução Praieira, Pernambuco, 1848

6. (VUNESP 2010)

A Independência do Brasil do domínio português significou o rompimento com

- a) a economia europeia, sustentada pela exploração econômica dos países periféricos.
- b) o padrão da economia colonial, baseado na exportação de produtos primários.
- c) a exploração do trabalho escravo e compulsório de índios e povos africanos.
- d) o liberalismo econômico e a adoção da política metalista ou mercantilista.
- e) o sistema de exclusivo metropolitano, orientado pela política mercantilista.

7. (FGV 2017)

Sobre a regência do paulista Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837, é correto afirmar que

- a) o regente conseguiu vencer a eleição devido ao apoio recebido dos produtores de algodão do Nordeste, classe emergente nos anos 1830, o que possibilitou o combate às rebeliões regenciais e o início do processo de centralização político-administrativa.
- b) o apoio inicial que Feijó recebeu de todas as forças políticas do Império foi, progressivamente, sendo corroído porque o regente eleito mostrou simpatia pelo projeto político da Balaiada, que defendia uma Monarquia baseada no voto universal.



- c) a opção de Feijó em negociar com os farroupilhas e com a liderança popular da Cabanagem provocou forte reação dos grupos mais conservadores, especialmente do Partido Conservador, que organizaram a queda de Feijó por meio de um golpe de Estado.
- d) o isolamento político do regente Feijó, que provocou a sua renúncia do mandato, relacionou-se com a sua incapacidade de conter as rebeliões que se espalhavam por várias províncias do Império e com a vitória eleitoral do grupo regressista.
- e) as condições econômicas brasileiras foram se deteriorando durante a década de 1830 e provocaram um forte desgaste da regência de Feijó, que renunciou ao cargo depois de um acordo para uma reforma constitucional.

8. (FGV 2016)

“Chiquinha Gonzaga alinha-se a outras figuras femininas do Império (...) como a Imperatriz Leopoldina e Anita Garibaldi. Todas as três, embora de diferentes maneiras, de diferente proveniência social e, em diferentes épocas, desempenharam um papel político que, certamente, contribuiu para as mudanças por elas defendidas e as inscreveu na História do Brasil”. (Suely Robles Reis de Queiroz, Política e cultura no império brasileiro. 2010).

Em termos políticos, a Imperatriz Leopoldina, Anita Garibaldi e Chiquinha Gonzaga, respectivamente:

- a) atuou, ao lado de Dom Pedro e de José Bonifácio, no processo de emancipação política do Brasil; participou da mais longa rebelião regencial, a Farroupilha; militou pela abolição da escravidão e pela queda da Monarquia.
- b) articulou a bancada constitucional brasileira na Assembleia Constituinte; organizou as forças populares participantes da rebelião regencial ocorrida no Grão-Pará, a Cabanagem; foi a primeira mulher brasileira a se eleger para o Senado durante o Império.
- c) convenceu Dom Pedro I a assumir o trono português após a morte do rei Dom João VI; defendeu a ampliação dos direitos de cidadania durante a reforma constitucional que instituiu o Ato Adicional; liderou uma frente parlamentar de apoio às leis abolicionistas.
- d) participou como diplomata do Império brasileiro na Guerra da Cisplatina; foi a primeira mulher a trabalhar como jornalista e romancista durante o Segundo Reinado; tornou-se uma importante liderança política na defesa do fim do tráfico de escravos para as Américas.
- e) articulou com os diplomatas ingleses o reconhecimento da Independência do Brasil junto a Portugal; foi uma importante liderança militar no processo de Guerra de Independência da Bahia; criou a primeira associação política em defesa do voto feminino no Brasil.

9. (FGV 2015)

Sobre as revoltas no Brasil na primeira metade do século XIX, é correto afirmar:

- a) A Balaiada (1838-1840) manteve-se, até o final, dirigida pelas elites maranhenses.
- b) A Cabanagem (1835-1840) e a Sabinada (1837-1838) foram revoltas restauradoras.



- c) A Revolta dos Malês, em Salvador, (1835) é um exemplo de revolta popular.
- d) A revolta dos Cabanos (1832-1835) foi uma revolta iniciada por populares e depois dirigida por restauradores.
- e) Todas as revoltas tinham como motivação a revogação da Lei de Terras e o livre acesso à propriedade fundiária.

10. (FGV 2014)

A Farroupilha foi uma revolta

- a) separatista, que contou com o apoio dos cafeicultores paulistas interessados no mercado da região do Prata.
- b) popular, que tinha como objetivo o fim da escravidão no Brasil e o rompimento com a Inglaterra.
- c) popular, cujos líderes foram duramente punidos com penas de exílio e enforcamento.
- d) socialista, liderada por Giuseppe Garibaldi, que pretendia estabelecer uma reforma agrária no Brasil.
- e) separatista, que proclamou a República no Rio Grande do Sul, em 1836, e em Santa Catarina, em 1839.

11. (FGV 2013)

A independência oficial do Brasil, prevalecendo sobre a libertação sonhada pelos patriotas — para usar uma palavra em voga na época — frustrou grande parte da população. A independência oficial sedimentou uma estrutura econômica e política herdada da Colônia, pouco alterando a situação das massas e, por adotar um centralismo autoritário, pressionava também o sistema político nas províncias. A oportunidade perdida de democratizar a prática política, de um lado, e a insistência em manter inalterado o instituto da escravidão, de outro, praticamente fizeram aflorar todo o anacronismo do Estado brasileiro, provocando várias reações. Entre elas a Sabinada (...) (Júlio José Chiavenato, As lutas do povo brasileiro)

É correto caracterizar essa rebelião como

- a) um movimento apoiado pelas camadas médias e baixas de Salvador, que tomou o poder da cidade e separou a província da Bahia do resto do Império do Brasil provisoriamente até a maioria de D. Pedro de Alcântara.
- b) a mais radical revolução social ocorrida no Brasil do século XIX, já que o governo sabino foi efetivamente revolucionário, tendo como uma das primeiras ações a extinção do trabalho cativo em terras baianas.
- c) um episódio marcado pelo ingênuo republicanismo dos rebeldes baianos, derivado das reformas políticas ocorridas nos Estados Unidos do presidente Monroe e que defendia o poder advindo das classes populares.



d) uma rebelião elitista, apoiada nos setores da elite baiana — brancos, proprietários e letrados —, que defendia o separatismo como forma de preservar os interesses econômicos da mais rica província nordestina.

e) uma revolução liberal radical, inspirada no parlamentarismo inglês, que exigia a imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a proclamação de uma república federalista.

12. (FGV 2013)

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, *Uma breve história do Brasil*)

Esse poder

a) ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.

b) permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.

c) sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.

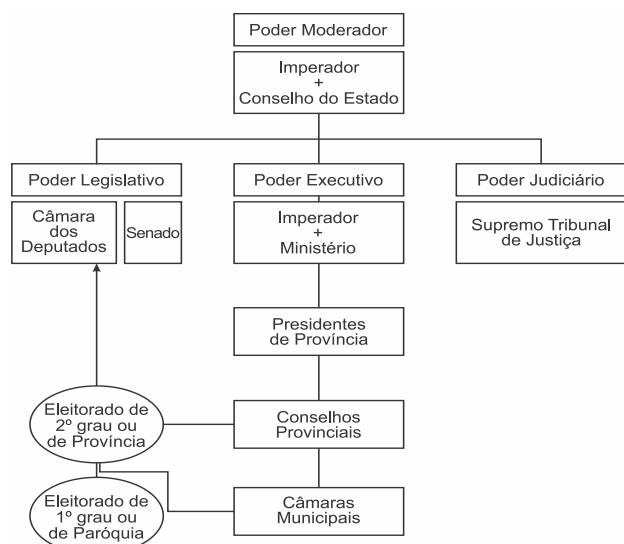
d) proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.

e) oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

13. (FGV/2009)

Observe o quadro.





(Flavio de Campos e Miriam Dolhnikoff, *Atlas História do Brasil*)

O quadro apresenta:

a) as transformações institucionais originárias da reforma constitucional de 1834, chamada de Ato Adicional.

b) a mais importante reforma constitucional do Brasil monárquico, com a instituição da eleição direta a partir de 1850.

c) a reorganização do poder político, determinada pela efetivação do Brasil como Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815.

d) a organização de um parlamentarismo às avessas, em que as principais decisões derivavam do poder legislativo.

e) a organização do Estado brasileiro, segundo as determinações da Constituição outorgada de 1824.

14. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2014)

Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram *malês*, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos. Embora durasse pouco tempo, apenas algumas horas, foi o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista. (REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003)

O episódio descrito no trecho contribuiu para

a) a longa duração do tráfico negreiro, pois, diante do crescente conflito social, os defensores do escravismo reconheceram que era necessário trazer mais escravos para o Brasil.

b) a abolição da escravidão poucos anos depois, pois os grandes proprietários sentiram-se ameaçados e inseguros e perceberam a necessidade de adotar o trabalho livre.

c) a intensificação das tensões no interior da elite de grandes proprietários no contexto da Regência, incomodados com as diversas revoltas que explodiram à época.

d) o aprofundamento da crise que levou à renúncia de Dom Pedro I, considerado um monarca politicamente inábil e incapaz de manter a imensa população de escravos sob controle.

e) a crise política que levou ao Golpe da República e ao início da Primeira República, devido ao descontentamento dos grandes proprietários com a gestão liberal do período regencial.

15. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2014)



“Um boato corre, há dias, pela cidade que tem enchido a uns de pavor, e a outros de indignação, em cujo último número me coloco”, desabafou o médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868), diante do clima de pânico instaurado no Rio de Janeiro em 1831. Rumores crescentes garantiam estar em andamento, na capital do Império, uma trama conspiratória inspirada na Revolução do Haiti (1791-1825). (Iuri Lapa, O Haiti é aqui?. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 03.03.2010)

O clima instaurado na ocasião tinha origem

- a) na propaganda abolicionista promovida pelos revolucionários haitianos e pela população do norte dos EUA, mais afeita ao trabalho livre, à pequena propriedade e à policultura, e defensora da libertação dos escravos em todo o continente americano.
- b) na defesa da revolução realizada pelos herdeiros políticos da Revolução Francesa, que defendiam que o governo francês exportasse a radicalidade revolucionária para o outro lado do Atlântico, ameaçando a existência institucional do Império no Brasil.
- c) na aproximação política entre os líderes republicanos da independência de alguns países da América Latina, como Bolívar (Venezuela), San Martín (Argentina) e Toussaint--Louverture (Haiti), que queriam transformar o Brasil em uma República.
- d) no fantasma que assombrou por décadas os senhores escravistas do Brasil, receosos de que se repetisse aqui o movimento haitiano, no qual convergiram abolição da escravidão e proclamação da independência, incluindo o massacre de brancos.
- e) no sentimento anticomunista existente no Brasil desde o início do século XIX, quando a elite escravista assistiu assustada à tomada do poder no Haiti por revolucionários socialistas, inspirados nas ideias do socialismo utópico de Saint-Simon.

16. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2013)

Para responder à questão, leia um trecho adaptado de uma entrevista concedida pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello ao *Jornal do Commercio*, de Recife, em 22 de janeiro de 2008, por ocasião do bicentenário da chegada da família real ao Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

EVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental.

JORNAL DO COMMERCIO – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para o Nordeste?

EVALDO CABRAL DE MELLO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto, segundo, houve a espoliação das províncias promovida pela família real, em



terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas.

Entre as reações à política estabelecida pela família real, é possível citar

a) a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, que questionavam a espoliação fiscal e a centralização do poder promovidas pelo Rio de Janeiro, capital do Império Português a partir de 1808 e, depois de 1822, capital do Império do Brasil.

b) o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-38), ambos na Bahia, que questionavam de forma radical a ordem escravista e colocavam em xeque o poder dos grandes proprietários da região, tendo obtido, nos dois casos, apoio massivo de escravos e ex-escravos.

c) a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão, que objetivavam estabelecer, no Brasil, uma república jacobina nos moldes da república existente na França, na tentativa de radicalizar as lutas sociais existentes no período regencial.

d) a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, que tinham como princípio político fundamental a defesa do separatismo e da formação de repúblicas democráticas em que não haveria escravidão.

e) o Golpe da Maioridade (1840) e a Política de Conciliação (1850-1870), que buscavam romper com a herança política de D. João VI e D. Pedro I a partir de uma proposta de implementar no Brasil o federalismo, que descentralizava o poder e garantia autonomia às províncias

17. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2011)

[Foi] uma das revoltas que evidenciaram, no período regencial, as crises que marcaram a organização do país independente, mobilizando a província do Rio Grande de São Pedro e alcançando Santa Catarina, entre 1835 e 1845. (...) À diferença da repressão da maioria das rebeliões do período regencial, nas quais a participação popular e dos grupos médios urbanos foi expressiva, o governo imperial assumiu, nesse caso, postura que aliou negociação e repressão. (Ronaldo Vainfas (org). Dicionário do Brasil Imperial, 2002.)

O fragmento apresenta a

- a) Confederação do Equador.
- b) Farroupilha.
- c) Sabinada.
- d) Balaiada.
- e) Revolta dos Malês.

18. (CESPE/CEBRASPE - 2008 - Instituto Rio Branco - Diplomata - 1ª Etapa ÁGUA)



No período joanino (1808-1821), foi encaminhado o processo de Independência, visto que a situação política, econômica e jurídica do Brasil orientava-se nesse sentido. Assinale a opção incorreta acerca desse período.

- a) Importantes pensadores ou dirigentes portugueses haviam concebido, de tempos em tempos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a qual não ocorreu em 1807 apenas por pressão inglesa.
- b) A promoção das manufaturas era considerada como componente nocivo aos interesses de Portugal e, por tal razão, esteve ausente na política de D. João no Brasil.
- c) A Corte do Rio de Janeiro fez-se representar no Congresso de Viena, que traçou a ordem internacional após a era napoleônica.
- d) No Rio de Janeiro, D. João concebia a expansão ao norte e ao sul do Brasil, por meio de invasões de territórios sob dominação francesa ou espanhola, com o fim de robustecer o império luso na América.
- e) O retorno de D. João a Portugal, em 1821, ocorreu por exigência de Lisboa, onde se instalara um governo dito revolucionário.

19. (FCC – Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – 2017)

Em plena vigência do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte aos países europeus e suas colônias, D. João, recém-chegado ao Brasil com a família real,

- a) assinou o Decreto de abertura dos portos, em 28 de janeiro de 1808.
- b) nomeou um ministério integrado só por brasileiros, em janeiro de 1809.
- c) expulsou as tropas portuguesas fixadas no Rio de Janeiro, em 1808.
- d) convocou o Conselho dos Procuradores das Províncias, em 1815.
- e) convocou a Assembleia Constituinte para assessorar o Rei, em 1824.

20. (IADES – CACD – 2023)

A respeito da presença da família real portuguesa no Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

() A vinda de d. João e de sua corte ao Brasil justificou-se pela necessidade de exercer maior controle da fiscalização e coleta de impostos da exploração aurífera em Minas Gerais, espaço que fornecia, por intermédio do contrabando de metais preciosos, um alto volume de ouro sem lastro para a Europa, direcionados em especial à França e à Inglaterra, e recebia produtos manufaturados em troca para serem comercializados no Brasil.

() A chegada da família real ao Brasil permitiu uma nova orientação das relações entre colônia e metrópole, graças ao aumento da importância que o Rio de Janeiro desempenhou no conjunto do Império português. Esse dado confirma-se por meio da implantação de órgãos da justiça lusitana, como a Casa de Suplicação, bem como da instalação de equipamentos urbanos,



por exemplo, o Jardim Botânico e instituições como a Real Academia Militar e a Real Fábrica de Pólvora.

() A criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815 foi fundamental para a consolidação da posição da colônia frente aos negócios do império português. Isto ocasionou dúvidas em torno da permanência da família real na América entre políticos portugueses, que viram na derrota definitiva de Napoleão Bonaparte e na formalização dos princípios absolutistas no Congresso de Viena argumentos para que o retorno de d. João a Lisboa ocorresse de modo imediato.

() A presença lusitana no Brasil e as ações despóticas de d. João VI contribuíram para a adoção de um forte sentimento republicano entre comerciantes luso-brasileiros que viviam no centro-sul da colônia onde um Partido Republicano foi criado com sede no Rio de Janeiro, e vários adeptos uniram-se contra a monarquia em 1822, o que teve por consequência a expulsão da família real portuguesa dos territórios do Brasil rumo a Lisboa, sem direito a indenização.

21. (FCC – Soldado PM da Bahia – 2023)

A Independência do Brasil foi fruto de um processo histórico permeado por fatores externos e internos importantes. São exemplos de um fator externo e um fator interno que impactaram na relação entre Portugal e Brasil, respectivamente,

a) as Cortes de Cádiz, que obrigaram o pronto retorno de Dom João VI a Portugal, e a circulação de ideias liberais e republicanas na imprensa das principais províncias brasileiras.

b) a leva de independências ocorrida na América Hispânica, na década anterior, e as manifestações urbanas contra os privilégios da Coroa Portuguesa nos anos 1820, como a Noite das Garrafadas.

c) a crise política interna de Portugal, devido à invasão de Napoleão, e a pressão popular provocada pelo assassinato de Líbero Badaró, jornalista militante da causa independentista.

d) o aumento da exploração colonial devido à situação econômica de Portugal após ações de combate, por parte da Inglaterra, ao tráfico negreiro por meio da lei conhecida como Bill Aberdeen, e a criação das Juntas Provisórias nas províncias.

e) a Revolução Liberal do Porto e o crescimento de mobilizações pela independência em várias regiões da América portuguesa, que demonstravam grande descontentamento por parte das elites locais.

22. (FCC – Secretaria de Administração do Estado da Bahia – 2017)

O processo de separação política entre Brasil e Portugal teve contornos específicos na Bahia, uma vez que ali ocorreu



- a) um enfrentamento entre os grupos nativistas de proprietários rurais e os comerciantes portugueses, que se transformou em uma guerra separatista que visava proclamar a república na Bahia e separá-la do Império do Brasil.
- b) uma violenta rebelião popular, seguida do acordo entre os grupos nativistas e os portugueses apoiados por D. Pedro I, com o objetivo de pacificar e reunificar a Bahia sob o comando das Cortes Portuguesas.
- c) uma guerra civil de grandes proporções, que dividiu, de um lado, os grandes proprietários que contavam com apoio do Rei de Portugal, e, de outro, homens livres pobres, com apoio das Cortes Portuguesas e dos jacobinos franceses.
- d) um conflito armado entre grupos locais, apoiados por tropas enviadas por D. Pedro I, e as tropas portuguesas, que visavam impedir a consolidação da independência da América Portuguesa, sob o controle do Rio de Janeiro.
- e) uma revolta da população negra liderada por escravos muçulmanos que lutavam por abolição e não aceitavam a religião católica como religião oficial do novo Império do Brasil.

23. (FGV - 2022 - Professor (SEAD AP)/Educação Básica Profissional/História)

No 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, nos arredores de São Paulo, quando Dom Pedro, herdeiro do trono português, gritou “independência ou morte”, estava exagerando. A questão, em 1822, não era certamente a “morte” e, apenas indiretamente, a “independência”.

Kenneth Maxwell apud *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. SP: Ed. SENAC, 2000, p. 186.

Considerando a situação interna e externa do Brasil em 1822, pode-se dizer que a questão era indiretamente a independência, pois

- a) a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, havia encerrado, de fato e de direito, a condição jurídica brasileira de colônia.
- b) a abertura dos portos, em 1808, equivalia à independência econômica do Brasil, antes impossibilitada pelo regime de exclusivo colonial.
- c) as Cortes portuguesas, em 1820, ao denunciar o status de colônia a que Portugal havia sido reduzido, preferiram conceder a liberdade política ao Brasil.
- d) a diplomacia brasileira obtivera o reconhecimento tácito da independência junto à Inglaterra, desde os Tratados de Comércio de 1810.
- e) a adesão do Brasil à proibição do tráfico negreiro no Atlântico Sul (1815) fortalecera a classe industrial, preocupada em criar um mercado de consumo interno.

24. (IADES – CACD – 2023)

Em suma, a partir de agosto de 1820, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi sacudido por um movimento que minou os últimos pilares do Antigo Regime luso-brasileiro. Centrado



na defesa do constitucionalismo e na oposição ao despotismo, advogando uma nova compreensão sobre a soberania, o movimento se irradiou de Portugal para o Brasil, levando à constituição de Juntas Provisórias de governo, ao retorno de d. João VI para Lisboa e à emergência de debates e de projetos distintos de organização do Reino Unido.

(VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português** (1788-1822). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 233.)

Acerca dos anos 1820-1822 e da emancipação do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

() A partir do Rio de Janeiro, com a integração de São Paulo e Minas Gerais, um movimento, nacional na essência, aglutinou e consolidou, sem maiores embaraços, a aliança entre as diversas forças políticas do restante da América portuguesa.

() Para parte das elites coloniais, as ideias do constitucionalismo liberal foram aclimatadas com vistas a aniquilar o residual e subjacente estatuto colonial e fortalecer a autonomia das províncias, inclusive dentro dos quadros do Reino Unido e sob uma monarquia constitucional.

() Em províncias como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará, a elite colonial, composta por nobres e grandes comerciantes, assim como populares, queriam restabelecer a centralidade geopolítica e econômica de Lisboa no conjunto do Império.

() Em Pernambuco, um arraigado e disseminado sentimento de repulsa e desconfiança com o governo do Rio de Janeiro inviabilizou a adesão dessa província ao projeto separatista liderado pelo príncipe do Brasil, d. Pedro, em 1822.

25. (IADES - 2022 - Professor (SEDUC GO)/História)

À luz da historiografia recente relacionada ao processo da independência e à construção do Estado e da Nação no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Ao contrário do ocorrido nas colônias hispânicas, a independência do Brasil decorreu de um sólido consenso entre as elites coloniais, e isso impediu episódios de violência.
- b) No Brasil, a independência e a unidade nacional não nasceram juntas, ao passo que a diversidade regional, a variedade dos interesses e a apropriação local dos constitucionalismos liberais que circulavam pelo Atlântico foram marcas essenciais desse processo histórico até pelo menos 1831.
- c) A Revolução de 1817, ocorrida em Pernambuco e nas províncias vizinhas, foi um movimento influenciado pelos ideais iluministas, que propôs a ruptura com Lisboa, bem como a criação de uma monarquia sob o reinado de D. Pedro de Alcântara.
- d) A fuga da família real e a respectiva instalação no Rio de Janeiro, em 1808, representaram um evento importante da expansão napoleônica na Europa, porém, esse fato não possui nenhuma relação com a Independência do Brasil.



- e) Revoltas coloniais como a Inconfidência Mineira revelam que o sentimento nacional brasileiro, ao final do século 18, encontrava-se amadurecido e que a separação entre Brasil e Portugal era iminente, como provou o 7 de setembro de 1822.

26. (CESPE/CEBRASPE – CACD – 2017)

O processo de independência do Brasil resultou de um contexto complexo, determinado por fatores externos e internos. Com relação a esse assunto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

- () Fez parte da estratégia política em favor da independência brasileira o esvaziamento da influência das cortes legislativas portuguesas, por meio da criação de uma corte similar no Brasil.
- () Ao promoverem a industrialização de Portugal, as reformas pombalinas atingiram os interesses da elite mercantil brasileira, cujos ganhos estavam relacionados à importação de manufaturados da Inglaterra.
- () Movimentos de revolta restritos ao ambiente regional, a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, e a Revolução Pernambucana de 1817 não visavam à emancipação de todo o território brasileiro.
- () A determinação para que se procedesse à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, foi uma das medidas tomadas pela Inglaterra com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de práticas e de instituições liberais no Brasil.

27. (FGV - 2023 - Professor de Educação Básica (SEDUC TO)/História)

Para todos os efeitos, percebe-se como os tempos que estavam sendo reinventados no Brasil das décadas de 1810 e 1820 mesclavam concepções antigas e novas, promovendo continuidades e rupturas de acordo com as particularidades daquele contexto no qual, definitivamente, a Independência, personificada por D. Pedro, se constituía como uma revolução do tempo.

PIMENTA, João Paulo. **As revoluções de independência como revoluções do tempo**: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX, Revista Tempo, 27 (1), 2021. Adaptado.

A Independência foi vivenciada, por seus contemporâneos como um momento de ruptura e início de um novo tempo, em função das mudanças que a acompanhavam. Assinale a opção que identifica corretamente um dos efeitos da Independência do Brasil.

- a) Mudança da casa nobiliárquico-governativa.
- b) Democratização do sistema político de governo.
- c) Estabelecimento de armistício na sociedade brasileira.



- d) Endividamento do país com a Inglaterra.
- e) Fim do monopólio comercial português.

28. (AMEOSC - 2023 - Prefeitura de Bandeirante - SC - Professor de História)

A Constituição de 1824, também conhecida como a "Constituição Política do Império do Brasil", foi a primeira constituição do Brasil como nação independente e soberana, tendo estabelecido as bases do sistema político e jurídico do Império do Brasil. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I. A Constituição de 1824 estabeleceu o Brasil como uma monarquia constitucional, onde o imperador detinha o poder executivo, parte do poder legislativo e parte do poder judicial, enquanto um sistema representativo composto apenas por deputados.

II. Embora a Constituição de 1824 tenha garantido a liberdade religiosa para outras crenças, o catolicismo era a religião predominante e gozava de certos privilégios.

III. O Imperador tinha o poder de nomear ministros, dissolver a Câmara dos Deputados, mas não poderia intervir nos assuntos legislativos.

IV. A Constituição de 1824 foi caracterizada por uma centralização do poder no imperador e na elite aristocrática.

Está(ão) correta(s) a(s) proposição(ões):

- a) Apenas, I e II.
- b) Apenas, III e IV.
- c) Apenas, IV.
- d) Apenas, II e IV.

29. (FCC – TRT-SP 15ª região – 2018)

Leia os artigos 98 e 99 da Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.

(Grafia original extraída de
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

Conforme os artigos acima, o Poder Moderador era

80

129



- a) equivalente aos outros Poderes políticos, embora fosse delegado ao Imperador, que estava sujeito ao controle da Assembleia.
- b) uma forma de tutela política sobre os outros poderes, exclusiva ao Imperador, que não poderia ser submetido a nenhum controle constitucional ou jurídico.
- c) superior aos Poderes Políticos mas exclusivo ao Poder Executivo, devendo ser utilizado para resolver conflitos no seio do Império.
- d) um modelo de organização política que viabilizava a Independência, considerada sagrada pela Constituição, e que tinha como função prática substituir o Poder Judiciário.
- e) presidido pelo Imperador, que estava acima da constituição, e exercido de forma colegiada com os outros Poderes Políticos, visando a harmonia da organização política nacional

30. (CESPE/CEBRASPE – Pref. Municipal de São Cristóvão (SE) – 2019)

A respeito do Primeiro Reinado e do processo de independência do Brasil, julgue o itens seguintes

- () O Primeiro Reinado foi marcado por atos voluntaristas de D. Pedro I e pela inércia do Poder Legislativo no que diz respeito à construção de um aparato institucional do império brasileiro.
- () As adesões do Maranhão, do Pará, da Bahia e da Cisplatina ao projeto de independência liderado pelo príncipe D. Pedro foram resultado de conflito bélico
- () A imprensa periódica brasileira teve papel irrelevante durante o processo de independência do Brasil, em razão do alto índice de analfabetismo da população.

31. (IADES – CACD – 2023)

No âmbito externo, o monarca manteve a política expansionista de seu pai, que pretendia estender as fronteiras meridionais do Brasil até as margens do Prata. O resultado foi a continuidade da guerra na Cisplatina com a Argentina. A província Cisplatina transformou-se no atual Uruguai, e os dois contendores saíram igualmente derrotados, com seus cofres públicos literalmente arrombados.

(SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 239, com adaptações.)

Em relação à guerra da Cisplatina e à política externa do Primeiro Reinado (1822 – 1831), julgue (C ou E) os itens a seguir.

- () A província Cisplatina foi formalmente anexada ao território do Reino de Portugal, Brasil e Algarves em 1821 e, em 1825, o conflito foi deflagrado a partir da invasão de um grupo de militares à Banda Oriental apoiados pelo governo de Buenos Aires, com o objetivo de separar a Cisplatina do império brasileiro.
- () O território da então província Cisplatina era estratégico para os interesses do Brasil desde o período da colonização, tanto pelo importante comércio de gado desenvolvido na região



quanto pela importância do rio da Prata para a manutenção de comunicações entre o Rio de Janeiro e as províncias do interior da colônia.

() O conflito reflete algumas fragilidades da condução política e institucional do Império do Brasil, sob o governo de d. Pedro I, visto que os problemas particulares da monarquia afetavam de modo direto as questões de Estado, dificultando o processo de consolidação do território nacional entre os rios Amazonas e Prata.

() A resolução para o conflito cisplatino deu-se graças à intervenção militar estadunidense no rio da Prata, à adoção de um governo monárquico no Uruguai e à concessão de empréstimos aos países envolvidos na guerra, de modo a fortalecer as economias da região entre 1830 e 1850.

32. (CESPE/CEBRASPE – CACD – 2017)

Durante o Primeiro Reinado consolidou-se a independência nacional, construiu-se o arcabouço institucional do Império do Brasil e estabeleceram-se relações diplomáticas com diversos países. Acerca desse período da história do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

() O Senado era fator de estabilidade política no Império, tanto pelo caráter vitalício dos mandatos dos senadores, quanto por ter prerrogativas constitucionais como a de aprovar a nomeação de presidentes das províncias e a de assinar tratados internacionais.

() Nas negociações para o reconhecimento da independência brasileira pela Grã-Bretanha, foi importante o interesse de Pedro I em preservar sua dinastia.

() Originalmente uma questão concernente apenas ao eixo das relações simétricas entre os Estados envolvidos, a Guerra da Cisplatina encerrou-se com a interferência de uma potência externa ao conflito.

() Contribuíram para a consolidação da independência brasileira importantes ações militares contra tropas leais a Lisboa.

33. (FGV - 2023 - Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes - PE - Professor 2 - História)

A organização política do império brasileiro assentava no princípio da divisão dos poderes e no estabelecimento de um poder moderador considerado pela Coroa como o poder capaz de equilibrar os demais poderes do Estado e assegurar a estabilidade e a harmonia do Império.

Assinale a opção que apresenta atribuições conferidas ao monarca pelo poder moderador.

a) Nomear senadores e aconselhar o imperador a respeito de declarações de guerra e ajustes de paz.

b) Convocar a Assembleia Geral extraordinariamente e suspender magistrados.

c) Nomear ministros e apresentar à Câmara dos Deputados um balanço geral da receita e despesa do tesouro nacional.



- d) Conceder anistia e nomear os juízes de paz que atuavam nos tribunais provinciais.
- e) Aprovar ou suspender as resoluções dos Conselhos Provinciais e nomear cardeais.

34. (IADES – CACD – 2023)

Fase mais conturbada da história do Brasil, o período regencial é tradicionalmente visto sob perspectiva negativa, que o caracteriza como época anárquica e anômala, como empecilho à formação e à preservação da nação brasileira.

(BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In.: GRINBERG, K.; SALLES, R. [org.]. O Brasil imperial. Vol. II, 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55.)

A respeito do processo político que se estendeu da abdicação de d. Pedro I, em 1831, ao Período Regencial, julgue (C ou E) o item a seguir.

() Em 1831, a vacância do trono deu lugar a um período de agitações de rua, movimentação na imprensa e acirradas disputas pelo poder regencial, envolvendo ainda grande pressão popular.

() “Desquite amigável”, como definira Joaquim Nabuco, a abdicação foi um notável pacto intraelites e não teve nenhum potencial de mobilizar a participação ativa de setores populares ou da soldadesca, nem mesmo da imprensa, na sociedade aristocrática e escravista da época.

() No Período Regencial, os políticos moderados, leitores de Rousseau e Paine, pretendiam transformações sociais mais profundas com a ampliação da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão e até propostas de reforma agrária e instalação de um sistema federativo de governo.

() Embora orquestrado pelos moderados, o Ato Adicional de 1834, como movimento conciliatório, também buscou conferir margem maior de poder e autoridade às elites das províncias, especialmente com a criação das assembleias provinciais.

35. (FCC – Câmara Municipal de Fortaleza (CE) – 2019)

Considere o texto.

Os balaíos chegaram a ocupar Caxias, segunda cidade da província. De suas raras proclamações por escrito constam vivas à religião católica, à Constituição, a Dom Pedro II, à “santa causa da liberdade”.

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p. 167)

As informações contidas no texto contribuem para que se compreenda a Balaiada como

- a) uma revolta regencial que se caracterizou pela aliança interclassista expressa em suas diversas bandeiras de luta.



- b) um movimento popular que assumiu o controle de cidades importantes do Maranhão e se restringiu a reivindicações econômicas
- c) uma revolta de natureza religiosa e de apoio ao jovem Imperador, contra o domínio de Portugal na região, que foi a mais longa do Nordeste
- d) um movimento constituído principalmente por escravos que lutavam pela proclamação da República e pela Abolição
- e) uma revolução conduzida pela elite liberal, que obteve êxito graças ao apoio das províncias vizinhas ao Maranhão.

36. (FCC – Secretaria de Estado de Administração do Amapá – 2018)

A Cabanagem foi um episódio marcante na história do Amapá e na história da região Norte, pois

- a) ameaçou a hegemonia do governo Imperial durante a fase da regência, mobilizando proprietários, comerciantes, índios e negros em defesa de um projeto republicano e de maior autonomia provincial.
- b) dividiu de forma radical todas as províncias da região norte e nordeste, provocando uma guerra civil entre os que eram favoráveis e fiéis ao governo português e os defensores de um novo governo brasileiro, democrático.
- c) foi um movimento com forte participação popular que se alastrou por uma área hoje correspondente a diversos estados, expressando o descontentamento social e político com a situação da região e as tensões com o governo de Dom Pedro I.
- d) resultou na decretação da independência do Grão-Pará em relação ao centro do Império, e na instalação de um governo provisório que logo foi reconhecido pelas demais províncias, ao propor o projeto de criação da Confederação do Equador.
- e) demonstrou a capacidade de organização e luta das classes populares, uma vez que os cabanos chegaram a tomar o poder e proclamaram um governo republicano, que resistiu mesmo após investidas das forças imperiais, levando Dom Pedro I a assinar um pacto de paz.

37. (FCC – Secretaria de Estado de Administração do Amapá – 2018)

Relacione as revoltas populares ocorridas no período imperial da História do Brasil à descrição de seus eventos.

1. Cabanagem.
2. Balaiada.
3. Revolta dos Malês.



() Ocorreu no atual Estado do Maranhão, contra o poder ruralista vinculado ao cultivo de algodão, tendo se iniciado a partir da “Lei dos Prefeitos”.

() Foi organizada por praticantes de uma determinada religião e seu planejamento foi elaborado na língua vernácula de seus participantes.

() Contou com a participação de diversos grupos sociais que lutaram contra o abandono do Grão Pará e aspiravam à independência da região em relação ao governo central.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 3 – 2 – 1.

b) 2 – 3 – 1.

c) 1 – 2 – 3.

d) 3 – 1 – 2.

e) 1 – 3 – 2.

38. (FCC – Polícia Civil do Estado do Amapá – 2017)

Durante o movimento social conhecido como Cabanagem, houve a

a) tomada, por parte dos rebeldes, da cidade de Belém, onde foi constituído um governo republicano, que proclamou a independência do Grão Pará com apoio de Portugal e Inglaterra.

b) morte de milhares de pessoas, a maioria delas provenientes das classes mais desfavorecidas, ao longo de cinco anos de violentos conflitos que se espalharam pelas principais cidades da região norte.

c) pronta adesão das autoridades locais amapaenses às propostas dos cabanos, o que obrigou o governo federal a combater com prioridade o núcleo dirigente do movimento, estabelecido em Macapá.

d) condução das massas revoltosas por padres católicos e líderes messiânicos, que defendiam a instituição de uma nova monarquia sem relações com o Vaticano, que garantisse melhores condições de vida para os pobres.

e) defesa dos princípios da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – junto com o consenso de que se deveria formar um governo exclusivamente popular, sem a participação das elites.

39. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Professor – História)

Com relação às várias revoltas que ocorreram no Brasil durante o período regencial, julgue os itens a seguir.

() A Cabanagem ocorreu na Bahia, em decorrência da revolta dos escravizados.



- () O movimento conhecido como Balaiada ocorreu na província do Maranhão, e um de seus principais motivos foram as péssimas condições de vida das populações mais pobres.
- () Durante a Revolução Farroupilha, foi declarada a República de Piratini.
- () A Revolta dos Malês foi parcialmente vitoriosa na Bahia, uma vez que obteve o reconhecimento oficial dos direitos dos rebelados.

6. GABARITO

- | | |
|-------------|-------------|
| 1. A | 21. E |
| 2. C | 22. D |
| 3. C | 23. B |
| 4. E | 24. E,C,E,E |
| 5. A | 25. B |
| 6. E | 26. C,E,C,E |
| 7. D | 27. D |
| 8. A | 28. D |
| 9. C | 29. B |
| 10. E | 30. E,C,E |
| 11. A | 31. C,C,C,E |
| 12. E | 32. C,C,E,C |
| 13. E | 33. C |
| 14. C | 34. C,E,E,C |
| 15. D | 35. A |
| 16. A | 36. C |
| 17. B | 37. B |
| 18. B | 38. B |
| 19. A | 39. E,C,C,E |
| 20. E,C,C,E | |



7. QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESGRANRIO - 2011 - SEEC-RN - Professor - História)

A historiografia recente sobre a Independência do Brasil tem destacado que o Grito do Ipiranga constituiu mero desfecho formal de um processo inaugurado com a transferência da Corte para o Brasil e a abertura dos portos em 1808. Entre a chegada da Corte ao Rio de Janeiro e o Grito de Ipiranga, essa historiografia tem desvelado tensões sociais complexas, que atravessaram a economia, a política e a constituição de uma identidade nacional. Qual o aspecto econômico desse processo que contribui para a compreensão da complexidade das tensões desse período?

- a) A política externa joanina, materializada pelos Tratados de 1810 com a Inglaterra
- b) A chegada da missão artística francesa (1815), liderada por Joachim Lebreton
- c) A expansão do liberalismo econômico, com a eclosão da Revolução do Porto (1820)
- d) A rebelião das tropas baianas de 1821, fiéis às decisões das Cortes de Lisboa
- e) A declaração do “Fico” em janeiro de 1822, precursora do 7 de setembro

Comentários:

A questão aborda o aspecto econômico do processo de independência do Brasil, a partir da historiografia recente que considera o Grito do Ipiranga como mero desfecho formal de um processo mais amplo.

(A) Correta. A alternativa está correta porque a política externa joanina, materializada pelos Tratados de 1810 com a Inglaterra, foi um dos principais fatores que contribuíram para a complexidade das tensões do período. Esses tratados abriram os portos brasileiros ao comércio internacional, o que provocou uma série de mudanças na economia colonial, com a entrada de novos produtos e a concorrência com a produção local. Essas mudanças afetaram diretamente os interesses de diferentes grupos sociais, gerando tensões e conflitos.

(B) Incorreta. A chegada da missão artística francesa (1815), liderada por Joachim Lebreton, não teve impacto significativo na economia do período. A missão foi responsável pela introdução de novas ideias artísticas e culturais no Brasil, mas não teve impacto direto na economia.

(C) Incorreta. A expansão do liberalismo econômico, com a eclosão da Revolução do Porto (1820), também contribuiu para a complexidade das tensões do período. A Revolução do Porto instaurou um regime liberal em Portugal, que passou a pressionar pela adoção de medidas liberais no Brasil. Essas medidas, como a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, provocaram ainda mais tensões e conflitos. Mas são motivos políticos esses e o comando pediu motivos econômicos.



(D) Incorreta. A rebelião das tropas baianas de 1821, fiéis às decisões das Cortes de Lisboa, foi um evento político que não teve impacto significativo na economia do período. A rebelião foi motivada por razões políticas, como a oposição às medidas liberais das Cortes de Lisboa.

(E) Incorreta. A declaração do “Fico” em janeiro de 1822, precursora do 7 de setembro, também não teve impacto significativo na economia do período. A declaração foi um evento político que marcou a decisão de D. Pedro I de permanecer no Brasil, mas não teve impacto direto na economia.

Gabarito: A.

2. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

Defendi para a Inglaterra o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo, e de exigir obediência a ser paga como o preço de proteção.

Lord Strangford, 1807. *Apud* FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1958, v.1, p. 94.

A declaração de Lord Strangford, por ocasião da partida da família real portuguesa em direção ao Brasil, em finais de 1807, representou, na prática, o estabelecimento de um conjunto de ações, dentre as quais se identifica a(o)

(A) restrição ao tráfico intercontinental de escravos, culminando com a proibição integral e efetiva do mesmo em 1830.

(B) garantia de direitos de cidadania plena por meio da naturalização para os súditos ingleses que viessem a residir no Brasil.

(C) criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, cláusula validada pelos Tratados de 1810.

(D) apoio aos governos de D. João VI e de D. Pedro I quanto à manutenção da província Cisplatina no território do Império do Brasil.

(E) cerceamento das relações diplomáticas entre os governos do Brasil e da França, nos quadros das decisões do Congresso de Viena.

Comentários:

A questão aborda a declaração de Lord Strangford, embaixador britânico no Rio de Janeiro, por ocasião da partida da família real portuguesa em direção ao Brasil, em finais de 1807. A declaração de Strangford expressava o interesse da Inglaterra em estabelecer relações privilegiadas com o Brasil, em troca de sua proteção.

(A) Incorreta. A Inglaterra não se comprometeu a restringir o tráfico intercontinental de escravos. Pelo contrário, a Inglaterra continuou a ser um dos principais fornecedores de escravos para o Brasil.



(B) Incorreta. A Inglaterra não concedeu direitos de cidadania plena para os súditos ingleses que viessem a residir no Brasil. Os súditos ingleses no Brasil mantiveram sua cidadania inglesa, mas também adquiriram direitos e privilégios especiais, como a isenção de impostos e o direito de livre comércio.

(C) Correta. A criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses foi uma das cláusulas dos Tratados de 1810, assinados pelo Brasil e pela Inglaterra. Esses tratados foram uma conquista importante para a Inglaterra, pois garantiram a ela um acesso privilegiado ao mercado brasileiro.

(D) Incorreta. A Inglaterra apoiou os governos de D. João VI e de D. Pedro I quanto à manutenção da província Cisplatina no território do Império do Brasil, mas esse apoio não foi uma consequência direta da declaração de Strangford.

(E) Incorreta. A Inglaterra não se comprometeu a cercear as relações diplomáticas entre os governos do Brasil e da França. Pelo contrário, a Inglaterra apoiou a independência do Brasil e a manutenção de relações diplomáticas entre os dois países.

Gabarito: C.

3. (CESGRANRIO - 2011 - SEEC-RN - Professor - História)

A década de 20 do século XIX viveu sob o signo da reação antiliberal, após as guerras napoleônicas. Esse contexto internacional marcou, sobretudo, a construção do Estado brasileiro.

Que aspecto da Constituição de 1824 reforçava diretrizes autoritárias em voga?

- a) O censo eleitoral por alqueires de mandioca
- b) O federalismo
- c) O Poder Moderador
- d) A liberdade de expressão
- e) A separação de poderes

Comentários:

A questão aborda o contexto internacional da década de 1820, marcado pela reação antiliberal, e o impacto desse contexto na construção do Estado brasileiro, com destaque para a Constituição de 1824.

(A) Incorreta. O censo eleitoral por alqueires de mandioca era um mecanismo de exclusão política, mas não era uma medida autoritária.

(B) Incorreta. O federalismo era uma medida liberal, que conferia autonomia às províncias. Não foi implementado na Constituição de 1824.



(C) Correta. O Poder Moderador era um poder pessoal do imperador, que lhe conferia amplos poderes, inclusive o de suspender as leis e a Constituição. O Poder Moderador era, portanto, uma medida autoritária, que reforçava as diretrizes autoritárias em voga na década de 1820.

(D) Incorreta. A liberdade de expressão era uma medida liberal, que garantia o direito dos cidadãos à expressão de suas opiniões. Não foi implementada na Constituição de 1824.

(E) Incorreta. A separação de poderes era uma medida liberal, que buscava evitar o acúmulo de poderes nas mãos de um único indivíduo ou grupo.

Gabarito: C.

4. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1974, p. 213.

A declaração de Saint-Hilaire, naturalista, que percorreu províncias do Brasil entre 1816 e 1822, se refere, entre outros significados, à seguinte característica da cidadania instaurada por ocasião da independência política:

- a) interdição dos direitos civis dos escravos e dos forros sob a alegação de sua condição estrangeira como africanos.
- b) reconhecimento da nacionalidade brasileira a todos os portugueses de nascimento, residentes no Brasil à época da emancipação.
- c) negligência das populações indígenas, consideradas como fator de impedimento para o controle das regiões interiores.
- d) utilização da religião católica como instrumento de legitimação do pertencimento nacional frente à proibição da liberdade de culto no âmbito privado.
- e) exclusões relativas ao uso dos princípios da liberdade e da propriedade para regular direitos civis e políticos.

Comentários:

A questão aborda a declaração do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire sobre a ausência de brasileiros no Brasil, à época da independência política.

Análise das alternativas

(A) Incorreta. A independência política não alterou a condição de escravo ou forro, que continuaram não tendo direitos civis.



(B) Incorreta. A independência política não alterou a condição de cidadão português dos nascidos no Brasil, que continuaram a ser considerados portugueses.

(C) Incorreta. A independência política não alterou a condição das populações indígenas, que continuaram a ser excluídas da cidadania.

(D) Incorreta. A Constituição de 1824 estabeleceu a religião católica como a religião oficial do Império, mas não proibiu a liberdade de culto no âmbito privado.

(E) Correta. A declaração de Saint-Hilaire refere-se, entre outros significados, à exclusão de grande parte da população brasileira da cidadania, em virtude do uso dos princípios da liberdade e da propriedade para regular direitos civis e políticos.

A Constituição de 1824, que organizou o Estado brasileiro após a independência, estabeleceu que a cidadania era um direito dos cidadãos brasileiros, definidos como os indivíduos livres, maiores de 25 anos, com renda anual mínima de 200 mil réis. Esses critérios excluía grande parte da população brasileira, incluindo os escravos, os libertos, as mulheres, os pobres e as populações indígenas.

Gabarito: E.

5. (CESGRANRIO - Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Governo do Rio Grande do Norte – 2011)

Considere o texto abaixo para responder à questão:
Desde o início do período regencial, a burocracia governamental do Rio de Janeiro, respaldada nos interesses das elites dessa província, de São Paulo e de Minas Gerais, buscou implantar um modelo centralizador de Estado. Houve resistência armada das oligarquias regionais, sendo a mais longa e grave a da Farroupilha, no Rio Grande do Sul [...]. Em 1840, porém, consolidou-se no Brasil o bloco de poder que tinha como núcleo a oligarquia enriquecida com a produção de café nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse setor oligárquico hegemônico aliou-se à burocracia governamental na defesa do Estado centralizado, para o qual obteve legitimidade ao colocar à frente do seu governo, antecipadamente, D. Pedro II.

DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). Textos de História, vol. 16, n. 2, p. 217-247, 2008, p. 223. Adaptado.

Além da Farroupilha, diversas outras revoltas eclodiram no Brasil, principalmente entre 1835 e 1848, em oposição à centralização política que as elites do Centro-Sul do Império tentavam promover.

Qual foi a mais importante rebelião iniciada nesse período que NÃO se enquadra na caracterização apresentada no texto acima?

(A) Revolta dos Malês, Bahia, 1835

(B) Sabinada, Bahia, 1837



- (C) Balaiada, Maranhão, 1838
- (D) Revolta dos Liberais de Minas Gerais e São Paulo, em 1842.
- (E) Revolução Praieira, Pernambuco, 1848

Comentários:

A questão aborda o contexto das revoltas regenciais, destacando a Revolta dos Malês como uma rebelião que não se enquadra na caracterização apresentada no texto de apoio.

(A) Correta. A Revolta dos Malês foi uma rebelião de escravos muçulmanos da Bahia, em 1835. A rebelião não tinha como objetivo a defesa de um modelo federalista de Estado, mas sim a libertação dos escravos e a implantação de um Estado islâmico.

(B) Incorreta. A Sabinada foi uma revolta liberal na Bahia, em 1837. A revolta tinha como objetivo a defesa de um modelo federalista de Estado, assim como as demais revoltas regenciais mencionadas nas alternativas.

(C) Incorreta. A Balaiada foi uma revolta popular no Maranhão, em 1838. A revolta tinha como objetivo a defesa de um modelo federalista de Estado, assim como as demais revoltas regenciais mencionadas nas alternativas.

(D) Incorreta. A Revolta dos Liberais de Minas Gerais e São Paulo foi uma revolta liberal nas duas províncias, em 1842. A revolta tinha como objetivo a defesa de um modelo federalista de Estado, assim como as demais revoltas regenciais mencionadas nas alternativas.

(E) Incorreta. A Revolução Praieira foi uma revolta liberal em Pernambuco, em 1848. A revolta tinha como objetivo a defesa de um modelo federalista de Estado, assim como as demais revoltas regenciais mencionadas nas alternativas.

Gabarito: A.

6. (VUNESP 2010)

- A Independência do Brasil do domínio português significou o rompimento com
- a) a economia europeia, sustentada pela exploração econômica dos países periféricos.
 - b) o padrão da economia colonial, baseado na exportação de produtos primários.
 - c) a exploração do trabalho escravo e compulsório de índios e povos africanos.
 - d) o liberalismo econômico e a adoção da política metalista ou mercantilista.
 - e) o sistema de exclusivo metropolitano, orientado pela política mercantilista.

Comentário



Veja, é uma pergunta bem fácil e serve para recordarmos as continuidades e mudanças advindas do processo de independência. Dentro do modelo mercantilista, função da colônia era garantir o enriquecimento da metrópole por meio do pacto (exclusivo) colonial.

Assim sendo, ao libertar-se do domínio português, o Brasil rompia com a submissão econômica imposta pelos preceitos mercantilistas. Cabe observar que a ruptura com o exclusivo colonial ocorreu já com a “abertura dos portos brasileiros às nações amigas” decretada por dom João VI em 1808 e, portanto, antecede a Independência. Mas isso não significou uma ruptura com o modelo econômico agroexportador, uma vez que a Inglaterra funcionou como abastecedora de produtos industrializados. A estrutura interna continuou a mesma, o Brasil continuou sendo uma região agroexportadora e importadora de manufaturas e produtos industrializados.

Vejamos com o que se rompeu:

- a- Com a economia europeia? Não.
- b- O padrão da economia colonial? Não, como acabamos de comentar.
- c- Com o trabalho escravo? Sabemos que não.
- d- Esse item está ilógico porque atribui práticas mercantilistas ao liberalismo.
- e- Item correto, o que mudou foram as relações de comércio entre o Brasil e os demais países além de Portugal.

Gabarito: E

7. (FGV 2017)

Sobre a regência do paulista Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837, é correto afirmar que

- a) o regente conseguiu vencer a eleição devido ao apoio recebido dos produtores de algodão do Nordeste, classe emergente nos anos 1830, o que possibilitou o combate às rebeliões regenciais e o início do processo de centralização político-administrativa.
- b) o apoio inicial que Feijó recebeu de todas as forças políticas do Império foi, progressivamente, sendo corroído porque o regente eleito mostrou simpatia pelo projeto político da Balaiada, que defendia uma Monarquia baseada no voto universal.
- c) a opção de Feijó em negociar com os farroupilhas e com a liderança popular da Cabanagem provocou forte reação dos grupos mais conservadores, especialmente do Partido Conservador, que organizaram a queda de Feijó por meio de um golpe de Estado.
- d) o isolamento político do regente Feijó, que provocou a sua renúncia do mandato, relacionou-se com a sua incapacidade de conter as rebeliões que se espalhavam por várias províncias do Império e com a vitória eleitoral do grupo regressista.
- e) as condições econômicas brasileiras foram se deteriorando durante a década de 1830 e provocaram um forte desgaste da regência de Feijó, que renunciou ao cargo depois de um acordo para uma reforma constitucional.



Comentários

Assim que assumiu, o Regente Feijó precisou enfrentar as tensões em torno da questão da centralização versus descentralização. Algo que não foi fácil, pois diversas revoltas de natureza separatista começaram a pipocar no Brasil. Feijó ficou no cargo até 1837, quando, então, ficou isolado politicamente, pois não conseguiu conter as revoltas separatistas. Dessa forma, renunciou. Nesse sentido, o Gabarito é a alternativa D.

A alternativa A não poderia ser a correta porque o processo de centralização política começou com D. Pedro I. A B afirma erradamente que o Padre apoiava o projeto da Balaiada. No mesmo sentido, a alternativa C estava errada, além de afirmar erradamente que Feijó foi derrubado por um Golpe. Na verdade, ele renunciou. Sua renúncia não estava relacionada a um acordo para reforma constitucional, por isso a E está errada.

Gabarito: D

8. (FGV 2016)

“Chiquinha Gonzaga alinha-se a outras figuras femininas do Império (...) como a Imperatriz Leopoldina e Anita Garibaldi. Todas as três, embora de diferentes maneiras, de diferente proveniência social e, em diferentes épocas, desempenharam um papel político que, certamente, contribuiu para as mudanças por elas defendidas e as inscreveu na História do Brasil”. (Suely Robles Reis de Queiroz, Política e cultura no império brasileiro. 2010).

Em termos políticos, a Imperatriz Leopoldina, Anita Garibaldi e Chiquinha Gonzaga, respectivamente:

- a) atuou, ao lado de Dom Pedro e de José Bonifácio, no processo de emancipação política do Brasil; participou da mais longa rebelião regencial, a Farroupilha; militou pela abolição da escravidão e pela queda da Monarquia.
- b) articulou a bancada constitucional brasileira na Assembleia Constituinte; organizou as forças populares participantes da rebelião regencial ocorrida no Grão-Pará, a Cabanagem; foi a primeira mulher brasileira a se eleger para o Senado durante o Império.
- c) convenceu Dom Pedro I a assumir o trono português após a morte do rei Dom João VI; defendeu a ampliação dos direitos de cidadania durante a reforma constitucional que instituiu o Ato Adicional; liderou uma frente parlamentar de apoio às leis abolicionistas.
- d) participou como diplomata do Império brasileiro na Guerra da Cisplatina; foi a primeira mulher a trabalhar como jornalista e romancista durante o Segundo Reinado; tornou-se uma importante liderança política na defesa do fim do tráfico de escravos para as Américas.
- e) articulou com os diplomatas ingleses o reconhecimento da Independência do Brasil junto a Portugal; foi uma importante liderança militar no processo de Guerra de Independência da Bahia; criou a primeira associação política em defesa do voto feminino no Brasil.

Comentários



Sobre a Imperatriz Leopoldina, vimos o papel dela na aula anterior, de Independência. Você lembra do “bilhetinho” que ela enviou a D. Pedro I quando ele estava em São Paulo? Pois é, ela teve papel de destaque proclamação da Independência, em 1822. Anita Garibaldi atuou na Revolução Farroupilha (1845), no sul do país, e defendeu a separação deste território e a instalação de uma República. Chiquinha Gonzaga, pianista, embora não seja alvo desta aula, participou ativamente da campanha republicana e abolicionista. Trouxe esta questão para você perceber que é importante conhecer algumas personalidades femininas e relacioná-las com o respectivo contexto histórico.

Gabarito: A

9. (FGV 2015)

Sobre as revoltas no Brasil na primeira metade do século XIX, é correto afirmar:

- a) A Balaiada (1838-1840) manteve-se, até o final, dirigida pelas elites maranhenses.
- b) A Cabanagem (1835-1840) e a Sabinada (1837-1838) foram revoltas restauradoras.
- c) A Revolta dos Malês, em Salvador, (1835) é um exemplo de revolta popular.
- d) A revolta dos Cabanos (1832-1835) foi uma revolta iniciada por populares e depois dirigida por restauradores.
- e) Todas as revoltas tinham como motivação a revogação da Lei de Terras e o livre acesso à propriedade fundiária.

Comentários

Em geral, as Revoltas do Período Regencial tiveram caráter popular, como a Balaiada, a Cabanagem e a dos Malês. Da mesma forma, em geral, elas não reivindicavam restaurar a Monarquia Constitucional. Na verdade, elas lutavam por maior autonomia, fato que as colocava no campo da descentralização política e da república. Quanto à posse de terra, não dá para afirmar que todas defendiam um maior acesso à terra por parte da população. A Farroupilha, por exemplo, foi um movimento liderados pelos estancieiros, os proprietários de terras do sul.

Gabarito: C

10. (FGV 2014)

A Farroupilha foi uma revolta

- a) separatista, que contou com o apoio dos cafeicultores paulistas interessados no mercado da região do Prata.
- b) popular, que tinha como objetivo o fim da escravidão no Brasil e o rompimento com a Inglaterra.
- c) popular, cujos líderes foram duramente punidos com penas de exílio e enforcamento.



d) socialista, liderada por Giuseppe Garibaldi, que pretendia estabelecer uma reforma agrária no Brasil.

e) separatista, que proclamou a República no Rio Grande do Sul, em 1836, e em Santa Catarina, em 1839.

Comentários

A Farroupilha se enquadra nos movimentos **do Período Regencial**. Ela foi iniciada em 1835 e terminou em 1845, no sul do Brasil. As elites locais estavam combatendo a centralização do poder político e as decisões da capital Rio de Janeiro. Com efeito, eles não receberam apoio da elite paulista. Os farrapos adotaram ideias republicanas, e não socialistas como afirma a letra D. Além disso, diferentemente de outras revoltas, os líderes não foram mortos ou exilados, pois por serem de um importante setor econômico (agropecuária) a eles foi concedida anistia. Veja o que escrevi na aula:

Nas cláusulas do armistício, celebrado em 1845, o governo do Rio de Janeiro concordou em sobretaxar o charque importado em 25%, como forma de estimular o charque gaúcho, e os farrapos foram anistiados

Por fim, eles não tinham como objetivo o fim da escravidão.

Gabarito: E

11. (FGV 2013)

A independência oficial do Brasil, prevalecendo sobre a libertação sonhada pelos patriotas — para usar uma palavra em voga na época — frustrou grande parte da população. A independência oficial sedimentou uma estrutura econômica e política herdada da Colônia, pouco alterando a situação das massas e, por adotar um centralismo autoritário, pressionava também o sistema político nas províncias. A oportunidade perdida de democratizar a prática política, de um lado, e a insistência em manter inalterado o instituto da escravidão, de outro, praticamente fizeram aflorar todo o anacronismo do Estado brasileiro, provocando várias reações. Entre elas a Sabinada (...) (Júlio José Chiavenato, *As lutas do povo brasileiro*)

É correto caracterizar essa rebelião como

- a) um movimento apoiado pelas camadas médias e baixas de Salvador, que tomou o poder da cidade e separou a província da Bahia do resto do Império do Brasil provisoriamente até a maioria de D. Pedro de Alcântara.
- b) a mais radical revolução social ocorrida no Brasil do século XIX, já que o governo sabino foi efetivamente revolucionário, tendo como uma das primeiras ações a extinção do trabalho cativo em terras baianas.
- c) um episódio marcado pelo ingênuo republicanismo dos rebeldes baianos, derivado das reformas políticas ocorridas nos Estados Unidos do presidente Monroe e que defendia o poder advindo das classes populares.



d) uma rebelião elitista, apoiada nos setores da elite baiana — brancos, proprietários e letrados —, que defendia o separatismo como forma de preservar os interesses econômicos da mais rica província nordestina.

e) uma revolução liberal radical, inspirada no parlamentarismo inglês, que exigia a imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a proclamação de uma república federalista.

Comentários

A primeira característica que podemos associar à Sabinada e que pode nos ajudar a resolver a questão é: o movimento foi promovido pelas camadas médias urbanas, recebeu apoio popular e defendia a monarquia. Assim, já podemos descartar a letra D, a E, a C. O foco da Sabinada foi a luta contra a concentração do poder na aristocracia da província. Sobre a B, a ideia de que o governo sabino era efetivamente revolucionário não condiz com a proposta monarquista que fazia parte do ideal do movimento.

Gabarito: A

12. (FGV 2013)

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, *Uma breve história do Brasil*)

Esse poder

- a) ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.
- b) permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.
- c) sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.
- d) proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.
- e) oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

Comentário

Essa é uma questão conceitual e contextual. Era preciso saber sobre o contexto político inicial do pós-independência e, nele, identificar o tipo de poder semelhante ao poder absoluto dos reis europeus.



Nesse sentido, sabemos que Dom Pedro I, após ver a proposta de Constituição elaborada pela Assembleia constituinte, fechou o Parlamento e, na sequência, outorgou a Constituição de 1824 que trazia uma “inovação constitucional” o chamado 4º. Poder.

De um modo geral, você precisa memorizar que este poder expressava um poder político acima dos demais poderes e, ao ser exercido pelo Imperador, colocava-o sobre todas as instituições. Na prática, o poder moderador expressa a centralização e acúmulo de poder político.

Assim, todas as alternativas que expressem contrariedade a essa tendência geral devem ser eliminadas

Isso é importante porque você pode não se lembrar de pontos específicos que, por consequência ficam nas mãos do imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

Tendo isso em vista, vamos à análise das alternativas:

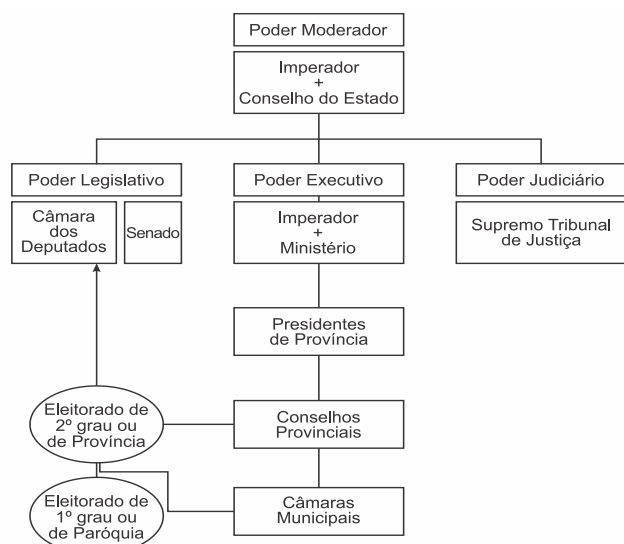
- a- As assembleias provinciais nem existiam ainda. Elas foram criadas na regência. E mesmo se você não lembrasse disso, a ampliação de direitos descentralizados está em oposição ao sentido geral do Poder Moderador que é a centralização do poder político.
- b- O imperador poderia mudar a constituição, mas não por decreto-lei – que não existia. Além disso, o imperador não poderia escolher os deputados provinciais.
- c- Como vimos ao longo da aula, como herança ainda das relações entre a Igreja e a Monarquia Portuguesa, no Brasil Imperial, também prevaleceram o padroado e o beneplácito que davam poder de o Imperador intervir nos assuntos eclesiásticos.
- d- Como estamos falando, o Poder Moderador concentrou poderes nas mãos do Imperador. Isso fez com que as províncias tivessem menos autonomia.
- e- Certo. Trata-se de uma série de coisas que o imperador poderia fazer porque tinha um poder concentrado fruto do exercício do Poder Moderador.

Gabarito: E

13. (FGV/2009)

Observe o quadro.





(Flavio de Campos e Miriam Dolhnikoff, *Atlas História do Brasil*)

O quadro apresenta:

a) as transformações institucionais originárias da reforma constitucional de 1834, chamada de Ato Adicional.

b) a mais importante reforma constitucional do Brasil monárquico, com a instituição da eleição direta a partir de 1850.

c) a reorganização do poder político, determinada pela efetivação do Brasil como Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815.

d) a organização de um parlamentarismo às avessas, em que as principais decisões derivavam do poder legislativo.

e) a organização do Estado brasileiro, segundo as determinações da Constituição outorgada de 1824.

Comentário

Queridos, essa é uma questão de caracterização de um período, ou seja, contextualização, mas de forma mais aprofundada. Por meio da leitura da imagem do quadro, você precisava identificar pontos importantes que caracterizam o período. Nesse caso, trata-se da estruturação política do 1º. Reinado, mais precisamente, a estruturação definida pela Constituição outorgada de 1824.

Mas como você sabe isso, Alê?

Vejam que na cabeça do quadro tem o Poder Moderador. Em que momento ele foi instituído? Em 1824, na constituição imposta por dom Pedro I.

Tendo isso em mente, você precisaria ir atrás dessa caracterização nas alternativas. Vejamos:

- a- Não poderia ser porque com o Ato Adicional de 1834, o Poder Moderado foi suspenso.
- b- Em 1850 não foi instituído eleição direta, além do que não é possível depreender tal informação do quadro.
- c- Aqui você precisava saber que o poder moderador é de 1824, pós independência, para excluir essa alternativa.
- d- O parlamentarismo às avessas é uma experiência política do II Reinado, quando, no lugar dos conselhos de províncias existia as Assembleias Legislativas provinciais.
- e- Bingo, caracterização precisa do quadro: organização do estado brasileiro instituída em 1824 e, para que você não esqueça, vigente até a Reforma Constitucional de 1834, com o Ato Adicional.

Gabarito: E



14. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2014)

Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram *malês*, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos. Embora durasse pouco tempo, apenas algumas horas, foi o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista. (REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003)

O episódio descrito no trecho contribuiu para

- a) a longa duração do tráfico negreiro, pois, diante do crescente conflito social, os defensores do escravismo reconheceram que era necessário trazer mais escravos para o Brasil.
- b) a abolição da escravidão poucos anos depois, pois os grandes proprietários sentiram-se ameaçados e inseguros e perceberam a necessidade de adotar o trabalho livre.
- c) a intensificação das tensões no interior da elite de grandes proprietários no contexto da Regência, incomodados com as diversas revoltas que explodiram à época.
- d) o aprofundamento da crise que levou à renúncia de Dom Pedro I, considerado um monarca politicamente inábil e incapaz de manter a imensa população de escravos sob controle.
- e) a crise política que levou ao Golpe da República e ao início da Primeira República, devido ao descontentamento dos grandes proprietários com a gestão liberal do período regencial.

Comentários

A questão tem como tema a Revolta dos Malês e seu legado para o contexto social e político brasileiro. Vamos lembrar o que aconteceu:

A Revolta dos Malês ocorreu em 1835, na Bahia. O movimento foi planejado pelos Malês, africanos mulçumanos (em geral etnia nagô) que eram mantidos como escravos. Na província baiana, cerca de 42% da população era negra e apenas 22% branca. O conflito foi gerado em razão do acúmulo de opressão e exploração e, também, por conta da perseguição religiosa. Ocorre que, esses africanos tinham conhecimento militar e, por isso, fizeram uma insurreição com bastante eficiência. O medo da elite branca de Salvador e das fazendas era de que movimento caminhasse ao que foi a Revolução no Haiti.

A repressão foi violenta. Além das perseguições e mortes, foram aprovadas leis que agilizavam a condenação dos escravos. Mas, atenção, a pressão dos escravocratas era para que os capturados não fossem mortos, pois, na condição de escravos, os negros eram vistos como propriedade.

Importante você saber que o século XIX no Brasil contou com diversas rebeliões escravas. Esses movimentos reforçaram a permanência das comunidades quilombolas, pois os negros que conseguiam fugir buscavam refúgio nos Quilombos.

Diante disso, vamos para as alternativas:



- a) Incorreta. O Tráfico Negreiro foi abolido alguns anos depois, especificamente em 1850 a partir da Lei Eusébio de Queiroz.
- b) Incorreta. A abolição da escravidão ocorreu apenas em 1888.
- c) Correta. O Período Regencial foi marcado pela eclosão de uma série de Revoltas. A Revolta dos Malês contribuiu para aumentar a tensão no interior da elite dos grandes proprietários.
- d) Incorreta. Dom Pedro I abdicou do cargo de Imperador em 1831, anos antes do movimento citado.
- e) Incorreta. Estaria parcialmente certo se a alternativa tivesse citado o Golpe da Maioridade de 1840. No entanto, a República Brasileira só foi proclamada em 1889 e o momento não ficou conhecido como Golpe da República.

Gabarito: C

15. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2014)

“Um boato corre, há dias, pela cidade que tem enchido a uns de pavor, e a outros de indignação, em cujo último número me coloco”, desabafou o médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868), diante do clima de pânico instaurado no Rio de Janeiro em 1831. Rumores crescentes garantiam estar em andamento, na capital do Império, uma trama conspiratória inspirada na Revolução do Haiti (1791-1825). (Iuri Lapa, O Haiti é aqui?. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 03.03.2010)

O clima instaurado na ocasião tinha origem

- a) na propaganda abolicionista promovida pelos revolucionários haitianos e pela população do norte dos EUA, mais afeita ao trabalho livre, à pequena propriedade e à policultura, e defensora da libertação dos escravos em todo o continente americano.
- b) na defesa da revolução realizada pelos herdeiros políticos da Revolução Francesa, que defendiam que o governo francês exportasse a radicalidade revolucionária para o outro lado do Atlântico, ameaçando a existência institucional do Império no Brasil.
- c) na aproximação política entre os líderes republicanos da independência de alguns países da América Latina, como Bolívar (Venezuela), San Martín (Argentina) e Toussaint--Louverture (Haiti), que queriam transformar o Brasil em uma República.
- d) no fantasma que assombrou por décadas os senhores escravistas do Brasil, receosos de que se repetisse aqui o movimento haitiano, no qual convergiram abolição da escravidão e proclamação da independência, incluindo o massacre de brancos.
- e) no sentimento anticomunista existente no Brasil desde o início do século XIX, quando a elite escravista assistiu assustada à tomada do poder no Haiti por revolucionários socialistas, inspirados nas ideias do socialismo utópico de Saint-Simon.

Comentários

101

129



Para responder à questão, era necessário ter conhecimento sobre a Revolução Haitiana. Bom, a Revolução Haitiana foi uma grande rebelião de escravos e negros libertos que aconteceu na colônia francesa de São Domingos a partir de 1791. Essa rebelião conduziu a colônia francesa de São Domingos à independência e foi motivada pela grande exploração e violência do sistema colonial escravista francês naquela região. No decorrer dos acontecimentos no Haiti, todo o ódio que havia sido represado durante anos pelos escravos e negros libertos levou os escravos a cometerem atos de violência contra franceses. Foram comuns nesse período ataques de escravos e negros libertos contra propriedades de franceses, em que os donos e sua família eram mortos. Esse movimento instaurou um medo generalizado entre os proprietários de escravos da América, que temiam algo parecido em seus domínios. Assim, sabemos que a alternativa correta é letra d).

Gabarito: D

16. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2013)

Para responder à questão, leia um trecho adaptado de uma entrevista concedida pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello ao *Jornal do Commercio*, de Recife, em 22 de janeiro de 2008, por ocasião do bicentenário da chegada da família real ao Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

EVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental.

JORNAL DO COMMERCIO – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para o Nordeste?

EVALDO CABRAL DE MELLO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto, segundo, houve a espoliação das províncias promovida pela família real, em terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas.

Entre as reações à política estabelecida pela família real, é possível citar

a) a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, que questionavam a espoliação fiscal e a centralização do poder promovidas pelo Rio de Janeiro, capital do Império Português a partir de 1808 e, depois de 1822, capital do Império do Brasil.

b) o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-38), ambos na Bahia, que questionavam de forma radical a ordem escravista e colocavam em xeque o poder dos grandes proprietários da região, tendo obtido, nos dois casos, apoio massivo de escravos e ex-escravos.



- c) a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão, que objetivavam estabelecer, no Brasil, uma república jacobina nos moldes da república existente na França, na tentativa de radicalizar as lutas sociais existentes no período regencial.
- d) a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, que tinham como princípio político fundamental a defesa do separatismo e da formação de repúblicas democráticas em que não haveria escravidão.
- e) o Golpe da Maioridade (1840) e a Política de Conciliação (1850-1870), que buscavam romper com a herança política de D. João VI e D. Pedro I a partir de uma proposta de implementar no Brasil o federalismo, que descentralizava o poder e garantia autonomia às províncias

Comentários

A vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, em decorrência das invasões napoleônicas à Portugal, representou um novo tipo de administração para a colônia. Primeiramente, mantinha os privilégios dos grupos políticos mais influentes no Brasil: os comerciantes portugueses e os membros das elites rurais brasileiras. Em segundo lugar, a administração da colônia era diretamente influenciada pelas transformações europeias, o que se pode evidenciar pela expansão de grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, que passou a ocupar o lugar de capital do império português. Neste contexto, a criação de um aparelho estatal centralizador, que transferiu a capital do império de Salvador para o Rio de Janeiro, trouxe medidas por parte da corte portuguesa que desagradaram aos brasileiros: os gastos da Corte, o aumento dos impostos e a ocupação de cargos públicos, predominantemente, por portugueses, foram fatores que deixaram a população insatisfeita. Assim, os revoltosos de Pernambuco, insatisfeitos com a situação, sob a liderança de Domingos José Martins, ocuparam Recife e prenderam o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, dando início, em 1817, à Revolução Pernambucana, de caráter separatista. Outro acontecimento daí decorrente foi a Confederação do Equador (1824), fruto da transferência do eixo econômico brasileiro, que passou da região nordeste para a sudeste, após um período de crises no abastecimento e do baixo crescimento no século XIX, e da dissolução da Assembleia Constituinte e respectiva outorga da Constituição de 1824, feitas por D. Pedro I. Sob a liderança de Frei Caneca e Cipriano Barata, seria adotado um regime republicano e de caráter liberal. O movimento não resultou como o esperado e os envolvidos foram condenados. Portanto, nosso gabarito é letra a).

Gabarito: A

17. (VUNESP/Aluno-Oficial PM-SP/2011)

[Foi] uma das revoltas que evidenciaram, no período regencial, as crises que marcaram a organização do país independente, mobilizando a província do Rio Grande de São Pedro e alcançando Santa Catarina, entre 1835 e 1845. (...) À diferença da repressão da maioria das rebeliões do período regencial, nas quais a participação popular e dos grupos médios urbanos foi expressiva, o governo imperial assumiu, nesse caso, postura que aliou negociação e repressão. (Ronaldo Vainfas (org). Dicionário do Brasil Imperial, 2002.)

O fragmento apresenta a



- a) Confederação do Equador.
- b) Farroupilha.
- c) Sabinada.
- d) Balaiada.
- e) Revolta dos Malês.

Comentários

O texto descreve **uma revolta do Período Regencial** ocorrida no Sul do país entre 1835 e 1845. Outra dica que temos sobre o movimento é o fato de o governo imperial ter aliado uma postura de negociação com repressão. Bom, estamos falando da Revolução Farroupilha. Vamos aproveitar a questão para relembrar um pouco mais sobre esse movimento:

Diferentemente das revoltas anteriores, aqui a participação popular foi bem reduzida. Na verdade, o movimento foi liderado por uma oligarquia formada por pecuaristas. Essa elite questionava a centralização do poder no Rio de Janeiro e as imposições da Coroa quanto ao comércio de charque. Os assim chamados estancieiros queriam condições mais favoráveis para o comércio de gado e para o fortalecimento do charque no mercado brasileiro. Dessa forma, a insurreição começou com a deposição do presidente da província do Rio Grande do Sul, que fora nomeado pelo governo regencial. O líder Bento Gonçalves da Silva (1788-1847), filho de um rico proprietário de terra, invadiu a cidade de Porto Alegre. Em setembro de 1836 o movimento proclamou a República de Piratini e Bento Gonçalves sagrou-se presidente. Em 1839 o movimento atingiu a região de Santa Catarina sob a liderança de Davi Canabarro (1796-1867) e de Giuseppe Garibaldi (1807-1882). Com isso, foi proclamada a República Catarinense ou Juliana.

Importante frisar que o caráter elitista do movimento fez com que a repressão fosse mais amena. A Coroa não foi para cima desses revoltosos com a mesma mão pesada com que reprimiu as revoltas regenciais mais populares. Por isso, o movimento durou anos e o desfecho foi por meio de uma saída negociada, um acordo ao estilo de um armistício (uma trégua). Nas cláusulas do armistício, celebrado em 1845, o governo do Rio de Janeiro concordou em sobretaxar o charque importado em 25%, como forma de estimular o charque gaúcho, e os farrapos foram anistiados.

Dessa maneira, nosso gabarito é letra b).

Gabarito: B

18. (CESPE/CEBRASPE - 2008 - Instituto Rio Branco - Diplomata - 1ª Etapa ÁGUA)

No período joanino (1808-1821), foi encaminhado o processo de Independência, visto que a situação política, econômica e jurídica do Brasil orientava-se nesse sentido. Assinale a opção incorreta acerca desse período.

- a) Importantes pensadores ou dirigentes portugueses haviam concebido, de tempos em tempos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a qual não ocorreu em 1807 apenas por pressão inglesa.



- b) A promoção das manufaturas era considerada como componente nocivo aos interesses de Portugal e, por tal razão, esteve ausente na política de D. João no Brasil.
- c) A Corte do Rio de Janeiro fez-se representar no Congresso de Viena, que traçou a ordem internacional após a era napoleônica.
- d) No Rio de Janeiro, D. João concebia a expansão ao norte e ao sul do Brasil, por meio de invasões de territórios sob dominação francesa ou espanhola, com o fim de robustecer o império luso na América.
- e) O retorno de D. João a Portugal, em 1821, ocorreu por exigência de Lisboa, onde se instalara um governo dito revolucionário.

Comentários:

O período joanino (1808-1821) foi crucial na história do Brasil, marcado por transformações significativas. A chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, devido às invasões napoleônicas, abriu os portos, estimulando o comércio e a disseminação de ideais liberais. A criação de instituições como a Imprensa Régia e a Academia Militar fomentou o conhecimento e formou uma elite intelectual. Politicamente, houve centralização do poder a partir do Rio de Janeiro. A permanência da família real no Brasil gerou discussões sobre sua continuidade, culminando na independência em 1822. Esse período marcou uma transição em direção à autonomia brasileira, com implicações políticas, econômicas e culturais duradouras.

- a) Correta. A ideia de transferir a Corte portuguesa para o Brasil não era nova e já havia sido considerada por importantes pensadores e dirigentes portugueses ao longo do tempo. A transferência ocorreu em 1807 não apenas devido à pressão inglesa, mas também devido à iminente ameaça da invasão napoleônica, que tornou o Brasil um refúgio seguro.
- b) Incorreta. Durante o período joanino, houve sim promoção das manufaturas no Brasil. Essa política visava estimular a produção local e contrariava os interesses de Portugal, que temia a concorrência com suas próprias indústrias.
- c) Correta. A Corte do Rio de Janeiro se fez representar no Congresso de Viena, um importante evento que traçou a ordem internacional após as Guerras Napoleônicas. A participação da Corte do Rio de Janeiro nesse congresso refletiu a relevância do Brasil como parte integrante do Império Português.
- d) Correta. D. João concebia a expansão do Brasil ao norte e ao sul por meio de invasões de territórios sob domínio francês ou espanhol. Essas ações tinham o objetivo de fortalecer a presença lusa na América e ampliar o território sob controle português.
- e) Correta. O retorno de D. João a Portugal em 1821 ocorreu em resposta às pressões de Lisboa, onde um governo dito revolucionário estava tomando o poder. Esse movimento político em Portugal influenciou a decisão de D. João de retornar à metrópole.

Gabarito: B



19. (FCC – Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – 2017)

Em plena vigência do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte aos países europeus e suas colônias, D. João, recém-chegado ao Brasil com a família real,

- a) assinou o Decreto de abertura dos portos, em 28 de janeiro de 1808.
- b) nomeou um ministério integrado só por brasileiros, em janeiro de 1809.
- c) expulsou as tropas portuguesas fixadas no Rio de Janeiro, em 1808.
- d) convocou o Conselho dos Procuradores das Províncias, em 1815.
- e) convocou a Assembleia Constituinte para assessorar o Rei, em 1824.

Comentários:

O período do Brasil Império é uma parte significativa da história do país que abrange o período de 1822 a 1889. Durante esse tempo, o Brasil passou por diversas transformações políticas, sociais e econômicas, desde a sua independência de Portugal em 1822 até a Proclamação da República em 1889. Esses anos foram marcados por acontecimentos importantes, como a consolidação do governo imperial, a expansão da economia do café, o debate sobre a escravidão, entre outros.

a) Certa. D. João assinou o Decreto de Abertura dos Portos em 1808, um evento crucial que representou a abertura do Brasil ao comércio internacional. Essa medida pôs fim ao sistema de exclusividade comercial com Portugal, estimulando o comércio com outras nações e promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil.

b) Errada. Não há registros de que D. João tenha nomeado um ministério composto apenas por brasileiros em janeiro de 1809. Na época, o governo português ainda controlava a administração do Brasil, e a independência não havia sido proclamada.

c) Errada. Não há evidências de que D. João tenha expulsado as tropas portuguesas fixadas no Rio de Janeiro em 1808. Pelo contrário, ele trouxe consigo um grande número de nobres, funcionários e tropas portuguesas quando se transferiu para o Brasil, devido às ameaças napoleônicas na Europa.

d) Errada. O Conselho dos Procuradores das Províncias não foi convocado por D. João, mas sim por seu filho D. Pedro I, em 1822. Esse Conselho desempenhou um papel importante nas discussões sobre a independência do Brasil e na consolidação do governo imperial.

e) Errada. A Assembleia Constituinte não foi convocada por D. João, mas sim por seu filho D. Pedro I, em 1823. Embora tenha ocorrido a convocação da Assembleia Constituinte, ela foi dissolvida no mesmo ano, e a Constituição de 1824 foi outorgada por D. Pedro I, consolidando seu poder como imperador do Brasil.

Gabarito: A.

20. (IADES – CACD – 2023)



A respeito da presença da família real portuguesa no Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

() A vinda de d. João e de sua corte ao Brasil justificou-se pela necessidade de exercer maior controle da fiscalização e coleta de impostos da exploração aurífera em Minas Gerais, espaço que fornecia, por intermédio do contrabando de metais preciosos, um alto volume de ouro sem lastro para a Europa, direcionados em especial à França e à Inglaterra, e recebia produtos manufaturados em troca para serem comercializados no Brasil.

() A chegada da família real ao Brasil permitiu uma nova orientação das relações entre colônia e metrópole, graças ao aumento da importância que o Rio de Janeiro desempenhou no conjunto do Império português. Esse dado confirma-se por meio da implantação de órgãos da justiça lusitana, como a Casa de Suplicação, bem como da instalação de equipamentos urbanos, por exemplo, o Jardim Botânico e instituições como a Real Academia Militar e a Real Fábrica de Pólvora.

() A criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815 foi fundamental para a consolidação da posição da colônia frente aos negócios do império português. Isto ocasionou dúvidas em torno da permanência da família real na América entre políticos portugueses, que viram na derrota definitiva de Napoleão Bonaparte e na formalização dos princípios absolutistas no Congresso de Viena argumentos para que o retorno de d. João a Lisboa ocorresse de modo imediato.

() A presença lusitana no Brasil e as ações despóticas de d. João VI contribuíram para a adoção de um forte sentimento republicano entre comerciantes luso-brasileiros que viviam no centro-sul da colônia onde um Partido Republicano foi criado com sede no Rio de Janeiro, e vários adeptos uniram-se contra a monarquia em 1822, o que teve por consequência a expulsão da família real portuguesa dos territórios do Brasil rumo a Lisboa, sem direito a indenização.

Comentários:

O período da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil é um capítulo significativo da história brasileira. Nesse contexto, D. João VI e sua família se estabeleceram no Rio de Janeiro devido à ameaça de invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte. Isso marcou o início de uma série de mudanças nas relações entre a colônia e a metrópole portuguesa.

(Errada) A vinda de D. João VI para o Brasil não ocorreu com o objetivo de exercer maior controle sobre a fiscalização e a coleta de impostos da exploração aurífera em Minas Gerais, que no período já estava em pleno declínio. A principal motivação foi a ameaça iminente de invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, levando a família real a buscar refúgio no Brasil.

(Correta) A chegada da família real ao Brasil desempenhou um papel fundamental na reconfiguração das relações entre a colônia e a metrópole. O Rio de Janeiro se tornou uma peça central no Império português, abrigando instituições como a Casa de Suplicação e promovendo o desenvolvimento urbano; afinal, tornou-se de fato a capital do Império.

(Correta) A criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815 teve um impacto significativo na posição do Brasil em relação ao império português. Essa mudança levantou questões

107

129



sobre a permanência da família real na América, dividindo opiniões entre políticos portugueses. Além disso, consolidou a presença da família real portuguesa na antiga colônia.

(Errada) Não existem registros históricos que comprovem que a presença lusitana no Brasil e as ações despóticas de D. João VI tenham contribuído para o surgimento de um forte sentimento republicano entre os comerciantes luso-brasileiros no centro-sul da colônia. Além disso, o Partido Republicano no Brasil só foi criado em 1870, ganhando força ao fim do XIX, durante o processo de crise do Império.

Gabarito: E C C E.

21. (FCC – Soldado PM da Bahia – 2023)

A Independência do Brasil foi fruto de um processo histórico permeado por fatores externos e internos importantes. São exemplos de um fator externo e um fator interno que impactaram na relação entre Portugal e Brasil, respectivamente,

- a) as Cortes de Cádiz, que obrigaram o pronto retorno de Dom João VI a Portugal, e a circulação de ideias liberais e republicanas na imprensa das principais províncias brasileiras.
- b) a leva de independências ocorrida na América Hispânica, na década anterior, e as manifestações urbanas contra os privilégios da Coroa Portuguesa nos anos 1820, como a Noite das Garrafadas.
- c) a crise política interna de Portugal, devido à invasão de Napoleão, e a pressão popular provocada pelo assassinato de Líbero Badaró, jornalista militante da causa independentista.
- d) o aumento da exploração colonial devido à situação econômica de Portugal após ações de combate, por parte da Inglaterra, ao tráfico negreiro por meio da lei conhecida como Bill Aberdeen, e a criação das Juntas Provisórias nas províncias.
- e) a Revolução Liberal do Porto e o crescimento de mobilizações pela independência em várias regiões da América portuguesa, que demonstravam grande descontentamento por parte das elites locais.

Comentários:

O período que antecedeu a independência do Brasil (1808-1822) foi marcado pela vinda da família real portuguesa devido à ameaça de Napoleão. Influências externas, como a Revolução Liberal do Porto e as independências na América Hispânica, tiveram impacto no processo. Ideias liberais circularam na imprensa, mas não foram o principal fator. A independência foi desencadeada pelo "Fico" de Dom Pedro I em 1822. A independência do Brasil resultou de uma complexa interação de fatores internos e externos.

- a) Incorreta. As Cortes de Cádiz não foram responsáveis pelo retorno de Dom João VI a Portugal, afinal, elas ocorreram na Espanha. Foi a chamada Revolução Liberal do Porto, em 1820, foi o



evento que o pressionou a voltar. A circulação de ideias liberais na imprensa brasileira desempenhou um papel, mas não foi o principal fator interno para a independência.

- b) Incorreta. Embora as independências na América Hispânica tenham influenciado o processo de independência do Brasil, elas não foram o fator determinante. Além disso, a Noite das Garrafadas ocorreu após a independência, em 1831.
- c) Incorreta. A crise política em Portugal, desencadeada pela invasão de Napoleão, foi um fator significativo para a vinda da família real para o Brasil, mas o assassinato de Líbero Badaró ocorreu depois da independência, em 1830.
- d) Incorreta. A exploração colonial aumentou após a vinda da família real para o Brasil, mas a Lei Bill Aberdeen só entrou em vigor em 1845, após a independência. As Juntas Provisórias surgiram em 1821, mas não foram um fator determinante para a independência.
- e) Correta. A Revolução Liberal do Porto desempenhou um papel crucial no processo de independência do Brasil. Pressionou Dom João VI a retornar a Portugal, desencadeando uma série de eventos que contribuíram para a independência. Além disso, as crescentes mobilizações pela independência em várias regiões da América portuguesa tiveram impacto na busca pela autonomia.

Gabarito: E.

22. (FCC – Secretaria de Administração do Estado da Bahia – 2017)

O processo de separação política entre Brasil e Portugal teve contornos específicos na Bahia, uma vez que ali ocorreu

- a) um enfrentamento entre os grupos nativistas de proprietários rurais e os comerciantes portugueses, que se transformou em uma guerra separatista que visava proclamar a república na Bahia e separá-la do Império do Brasil.
- b) uma violenta rebelião popular, seguida do acordo entre os grupos nativistas e os portugueses apoiados por D. Pedro I, com o objetivo de pacificar e reunificar a Bahia sob o comando das Cortes Portuguesas.
- c) uma guerra civil de grandes proporções, que dividiu, de um lado, os grandes proprietários que contavam com apoio do Rei de Portugal, e, de outro, homens livres pobres, com apoio das Cortes Portuguesas e dos jacobinos franceses.
- d) um conflito armado entre grupos locais, apoiados por tropas enviadas por D. Pedro I, e as tropas portuguesas, que visavam impedir a consolidação da independência da América Portuguesa, sob o controle do Rio de Janeiro.
- e) uma revolta da população negra liderada por escravos muçulmanos que lutavam por abolição e não aceitavam a religião católica como religião oficial do novo Império do Brasil.

Comentários:

O processo de Independência do Brasil na Bahia ocorreu entre 19 de fevereiro e 2 de julho de 1823, motivada pelo sentimento emancipador do povo baiano insatisfeito com o domínio português. Os conflitos intensificaram-se após o 7 de setembro de 1822 e só se concretizaram quase um ano depois.

109

129



Diferentemente da independência pacífica às margens do riacho Ipiranga, a Bahia alcançou sua independência após conflitos sangrentos por terra e mar. A captura de Salvador em 2 de julho de 1823 marcou esse importante marco, consolidando a adesão da província à unidade nacional brasileira.

a) Incorreta. Essa alternativa sugere um enfrentamento entre grupos nativistas de proprietários rurais e comerciantes portugueses visando proclamar a república na Bahia. No entanto, esse não é o contexto histórico real da independência da Bahia. Não houve um movimento republicano nesse sentido na Bahia durante o processo de independência.

b) Incorreta. Esta alternativa menciona uma rebelião popular seguida de um acordo entre grupos nativistas e os portugueses apoiados por D. Pedro I. Isso não corresponde aos eventos reais da independência da Bahia. A independência da Bahia envolveu confrontos armados e não resultou de um acordo entre as partes.

c) Incorreta. Nesta alternativa, sugere-se que houve uma guerra civil de grandes proporções na Bahia, envolvendo grandes proprietários apoiados pelo Rei de Portugal e homens livres pobres. No entanto, o processo de independência na Bahia não foi uma guerra civil nesse sentido. Embora tenha havido conflitos, eles não foram entre esses grupos.

d) Correta. Durante o processo de independência da Bahia, houve um conflito armado entre grupos locais, apoiados por tropas enviadas por D. Pedro I, e as tropas portuguesas. Isso desempenhou um papel importante na luta pela independência da Bahia.

e) Incorreta. Nesta alternativa, sugere-se que a revolta da população negra liderada por escravos muçulmanos não estava diretamente relacionada com a independência da Bahia. Embora tenha havido outras revoltas envolvendo a população negra na Bahia, a principal delas conhecida como “Revolta dos Malês” em 1835, elas não estavam diretamente ligadas ao processo de independência, que era principalmente um conflito entre as forças brasileiras e as tropas portuguesas.

Gabarito: D.

23. (FGV - 2022 - Professor (SEAD AP)/Educação Básica Profissional/História)

No 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, nos arredores de São Paulo, quando Dom Pedro, herdeiro do trono português, gritou “independência ou morte”, estava exagerando. A questão, em 1822, não era certamente a “morte” e, apenas indiretamente, a “independência”.

Kenneth Maxwell apud *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. SP: Ed. SENAC, 2000, p. 186.

Considerando a situação interna e externa do Brasil em 1822, pode-se dizer que a questão era indiretamente a independência, pois

a) a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, havia encerrado, de fato e de direito, a condição jurídica brasileira de colônia.

b) a abertura dos portos, em 1808, equivalia à independência econômica do Brasil, antes impossibilitada pelo regime de exclusivo colonial.



- c) as Cortes portuguesas, em 1820, ao denunciar o status de colônia a que Portugal havia sido reduzido, preferiram conceder a liberdade política ao Brasil.
- d) a diplomacia brasileira obtivera o reconhecimento tácito da independência junto à Inglaterra, desde os Tratados de Comércio de 1810.
- e) a adesão do Brasil à proibição do tráfico negreiro no Atlântico Sul (1815) fortalecera a classe industrial, preocupada em criar um mercado de consumo interno.

Comentários

O período abordado está situado no contexto das mudanças significativas que ocorreram no Brasil durante o início do século XIX. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 foi um evento de grande relevância, pois marcou o começo de uma série de transformações políticas, econômicas e culturais no Brasil colonial.

- a) Incorreta. A transferência da Corte não encerrou a condição de colônia do Brasil. Embora tenha trazido transformações significativas, como a abertura dos portos, o país ainda era considerado uma colônia de Portugal. A independência só ocorreria mais tarde.
- b) Correta. A abertura dos portos em 1808 representou um importante passo em direção à independência econômica do Brasil. Ao permitir o comércio com outras nações, essa medida quebrou o exclusivo colonial que limitava o comércio do Brasil apenas com Portugal.
- c) Incorreta. As Cortes portuguesas em 1820 não concederam liberdade política ao Brasil. Na verdade, elas exigiam a revogação das medidas adotadas no Brasil e o retorno do príncipe regente, demonstrando uma intenção de recolonizar o país.
- d) Incorreta. O reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra ocorreu em 1825, após a assinatura o Brasil reassinar os Tratados de 1810, que davam primazia comercial e tarifária aos ingleses no país.
- e) Incorreta. A proibição do tráfico negreiro no Atlântico Sul em 1815 não resultou diretamente no fortalecimento da classe industrial brasileira. O tráfico de escravos continuou ativo até 1850, embora sob pressões britânicas para sua abolição.

Gabarito: B.

24. (IADES – CACD – 2023)

Em suma, a partir de agosto de 1820, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi sacudido por um movimento que minou os últimos pilares do Antigo Regime luso-brasileiro. Centrado na defesa do constitucionalismo e na oposição ao despotismo, advogando uma nova compreensão sobre a soberania, o movimento se irradiou de Portugal para o Brasil, levando à



constituição de Juntas Provisórias de governo, ao retorno de d. João VI para Lisboa e à emergência de debates e de projetos distintos de organização do Reino Unido.

(VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português** (1788-1822). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, p. 233.)

Acerca dos anos 1820-1822 e da emancipação do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

() A partir do Rio de Janeiro, com a integração de São Paulo e Minas Gerais, um movimento, nacional na essência, aglutinou e consolidou, sem maiores embaraços, a aliança entre as diversas forças políticas do restante da América portuguesa.

() Para parte das elites coloniais, as ideias do constitucionalismo liberal foram aclimatadas com vistas a aniquilar o residual e subjacente estatuto colonial e fortalecer a autonomia das províncias, inclusive dentro dos quadros do Reino Unido e sob uma monarquia constitucional.

() Em províncias como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará, a elite colonial, composta por nobres e grandes comerciantes, assim como populares, queriam restabelecer a centralidade geopolítica e econômica de Lisboa no conjunto do Império.

() Em Pernambuco, um arraigado e disseminado sentimento de repulsa e desconfiança com o governo do Rio de Janeiro inviabilizou a adesão dessa província ao projeto separatista liderado pelo príncipe do Brasil, d. Pedro, em 1822.

Comentários:

O período abordado refere-se a um momento fundamental na história do Brasil, a independência. Durante esse processo, as províncias do país estavam lidando com questões complexas e multifacetadas. A análise das afirmativas revela as nuances da integração de São Paulo e Minas Gerais ao movimento de independência. Essas províncias enfrentaram desafios significativos devido a tensões regionais e divergências políticas.

(Errada) A integração das províncias de São Paulo e Minas Gerais à causa da independência não ocorreu de maneira simples. Tensões regionais e divergências políticas dificultaram uma adesão unificada ao movimento separatista.

(Correta) As elites coloniais dessas províncias buscaram adaptar os princípios do constitucionalismo liberal para fortalecer a autonomia provincial e eliminar o sistema colonial, mesmo dentro do contexto de uma monarquia constitucional.

(Errada) As elites coloniais não tinham o objetivo de restabelecer a centralidade de Lisboa, mas sim de promover a autonomia local e a independência do Brasil como um todo.

(Errada) Pernambuco aderiu ao projeto separatista liderado por Dom Pedro I, apesar das tensões e desconfianças com o governo central do Rio de Janeiro. A província desempenhou um papel importante na independência do Brasil.

Gabarito: E C E E.



25. (IADES - 2022 - Professor (SEDUC GO)/História)

À luz da historiografia recente relacionada ao processo da independência e à construção do Estado e da Nação no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Ao contrário do ocorrido nas colônias hispânicas, a independência do Brasil decorreu de um sólido consenso entre as elites coloniais, e isso impediu episódios de violência.
- b) No Brasil, a independência e a unidade nacional não nasceram juntas, ao passo que a diversidade regional, a variedade dos interesses e a apropriação local dos constitucionalismos liberais que circulavam pelo Atlântico foram marcas essenciais desse processo histórico até pelo menos 1831.
- c) A Revolução de 1817, ocorrida em Pernambuco e nas províncias vizinhas, foi um movimento influenciado pelos ideais iluministas, que propôs a ruptura com Lisboa, bem como a criação de uma monarquia sob o reinado de D. Pedro de Alcântara.
- d) A fuga da família real e a respectiva instalação no Rio de Janeiro, em 1808, representaram um evento importante da expansão napoleônica na Europa, porém, esse fato não possuiu nenhuma relação com a Independência do Brasil.
- e) Revoltas coloniais como a Inconfidência Mineira revelam que o sentimento nacional brasileiro, ao final do século 18, encontrava-se amadurecido e que a separação entre Brasil e Portugal era iminente, como provou o 7 de setembro de 1822.

Comentários:

A questão em foco aborda um tema crucial: a independência do Brasil e a construção do Estado e da Nação nesse período histórico. Ela destaca a complexidade desse processo, enfatizando que não foi uma jornada pacífica, mas sim marcada por conflitos e resistências, como a Guerra da Independência. As diferenças regionais desempenharam um papel fundamental e perduraram mesmo após a independência, até pelo menos 1831. A vinda da família real para o Brasil em 1808, influenciada pela expansão napoleônica na Europa, teve uma relação direta com a independência, assim como a Revolução de 1817 em Pernambuco, que propôs a criação de uma república. Além disso, a Inconfidência Mineira revelou que havia descontentamento com o domínio português, mas não necessariamente indicava que o sentimento nacional brasileiro estava amadurecido ou que a separação era iminente. Portanto, a questão destaca a multiplicidade de fatores que contribuíram para a independência e a formação da identidade nacional no Brasil.

- a) Incorreta. A independência do Brasil não foi um processo pacífico e consensual entre as elites coloniais, mas sim marcado por conflitos e resistências, como a Guerra da Independência.
- b) Correta. A independência e a unidade nacional brasileira não foram processos simultâneos, e as diferenças regionais e os interesses variados desempenharam um papel importante nesse período, persistindo até pelo menos 1831.
- c) Incorreta. A Revolução de 1817 em Pernambuco foi influenciada pelos ideais iluministas e propôs a criação de uma república, não uma monarquia sob o reinado de D. Pedro de Alcântara.

113

129



d) Incorreta. A vinda da família real para o Brasil em 1808 ocorreu devido à expansão napoleônica na Europa, mas teve relação direta com a Independência do Brasil.

e) Incorreta. A Inconfidência Mineira indicou descontentamento com o domínio português, mas não necessariamente sinalizou que o sentimento nacional brasileiro estava maduro ou que a separação era iminente.

Gabarito: B.

26. (CESPE/CEBRASPE – CACD – 2017)

O processo de independência do Brasil resultou de um contexto complexo, determinado por fatores externos e internos. Com relação a esse assunto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

() Fez parte da estratégia política em favor da independência brasileira o esvaziamento da influência das cortes legislativas portuguesas, por meio da criação de uma corte similar no Brasil.

() Ao promoverem a industrialização de Portugal, as reformas pombalinas atingiram os interesses da elite mercantil brasileira, cujos ganhos estavam relacionados à importação de manufaturados da Inglaterra.

() Movimentos de revolta restritos ao ambiente regional, a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, e a Revolução Pernambucana de 1817 não visavam à emancipação de todo o território brasileiro.

() A determinação para que se procedesse à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, foi uma das medidas tomadas pela Inglaterra com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de práticas e de instituições liberais no Brasil.

Comentários:

(Correta) Essa afirmativa ressalta a estratégia política adotada para alcançar a independência do Brasil, destacando a criação de uma corte similar no país, que contribuiu para enfraquecer a influência das cortes legislativas portuguesas. Isso demonstra a importância das ações políticas e institucionais nesse processo de emancipação.

(Errada) As reformas pombalinas tinham como objetivo modernizar a administração do Império português e aumentar as receitas obtidas com a exploração colonial, não promovendo diretamente a industrialização de Portugal. Portanto, essa afirmativa aponta para uma compreensão equivocada desse período histórico.

(Correta) De fato, esses movimentos eram caracterizados por revoltas locais e não tinham como objetivo a emancipação de todo o território brasileiro. Isso evidencia a diversidade de contextos e reivindicações nas diferentes regiões do Brasil pré-independência.

(Errada) A afirmativa relaciona a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, ocorrida em 1808, a uma suposta imposição da Inglaterra. No entanto, essa medida foi uma decisão do príncipe regente de Portugal, João VI, como parte de uma série de reformas administrativas e econômicas para fortalecer a



economia do Brasil. Portanto, a relação com a Inglaterra não envolveu uma imposição, mas sim uma estratégia de desenvolvimento econômico.

Gabarito: C; E; C; E.

27. (FGV - 2023 - Professor de Educação Básica (SEDUC TO)/História)

Para todos os efeitos, percebe-se como os tempos que estavam sendo reinventados no Brasil das décadas de 1810 e 1820 mesclavam concepções antigas e novas, promovendo continuidades e rupturas de acordo com as particularidades daquele contexto no qual, definitivamente, a Independência, personificada por D. Pedro, se constituía como uma revolução do tempo.

PIMENTA, João Paulo. **As revoluções de independência como revoluções do tempo**: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX, Revista Tempo, 27 (1), 2021. Adaptado.

A Independência foi vivenciada, por seus contemporâneos como um momento de ruptura e início de um novo tempo, em função das mudanças que a acompanhavam. Assinale a opção que identifica corretamente um dos efeitos da Independência do Brasil.

- a) Mudança da casa nobiliárquico-governativa.
- b) Democratização do sistema político de governo.
- c) Estabelecimento de armistício na sociedade brasileira.
- d) Endividamento do país com a Inglaterra.
- e) Fim do monopólio comercial português.

Comentários:

A Independência do Brasil marcou uma mudança significativa na história do país, mas é fundamental compreender que essa transformação não se traduziu automaticamente em uma democracia ou no fim de todos os conflitos. Vamos analisar as afirmativas:

- a) Incorreta. A Independência do Brasil não trouxe mudanças na estrutura de poder, uma vez que D. Pedro I, que pertencia à casa real portuguesa, tornou-se o imperador do Brasil. A casa nobiliárquica e governativa permaneceu em grande parte inalterada.
- b) Incorreta. A Independência do Brasil não resultou em democratização, já que o país tornou-se um império sob o governo de um monarca, D. Pedro I.
- c) Incorreta. A Independência não trouxe um período de armistício e paz automático. Pelo contrário, o processo de independência esteve repleto de conflitos e revoltas, e o país continuou a enfrentar desafios internos e externos.



d) Correta. A Independência do Brasil resultou em dívidas significativas com a Inglaterra. A Inglaterra exigiu que o Brasil assumisse as dívidas portuguesas, uma condição para reconhecer a independência do Brasil. Isso teve implicações econômicas importantes para o novo país.

e) Incorreta. O fim do monopólio comercial português ocorreu mais de 10 anos antes da independência, com a Abertura dos Portos às Nações Amigas, que foi o marco para o fim do chamado monopólio exclusivo comercial.

Gabarito: D.

28. (AMEOSC - 2023 - Prefeitura de Bandeirante - SC - Professor de História)

A Constituição de 1824, também conhecida como a "Constituição Política do Império do Brasil", foi a primeira constituição do Brasil como nação independente e soberana, tendo estabelecido as bases do sistema político e jurídico do Império do Brasil. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I. A Constituição de 1824 estabeleceu o Brasil como uma monarquia constitucional, onde o imperador detinha o poder executivo, parte do poder legislativo e parte do poder judicial, enquanto um sistema representativo composto apenas por deputados.

II. Embora a Constituição de 1824 tenha garantido a liberdade religiosa para outras crenças, o catolicismo era a religião predominante e gozava de certos privilégios.

III. O Imperador tinha o poder de nomear ministros, dissolver a Câmara dos Deputados, mas não poderia intervir nos assuntos legislativos.

IV. A Constituição de 1824 foi caracterizada por uma centralização do poder no imperador e na elite aristocrática.

Está(ão) correta(s) a(s) proposição(ões):

- a) Apenas, I e II.
- b) Apenas, III e IV.
- c) Apenas, IV.
- d) Apenas, II e IV.

Comentários:

A Constituição de 1824 foi outorgada por Dom Pedro I, que tinha como objetivo garantir a sua permanência no poder e a unidade territorial do Brasil. A Carta Magna estabelecia o Brasil como uma monarquia constitucional hereditária, com quatro poderes: o executivo, o legislativo, o judiciário e o moderador. O poder moderador era exercido pelo imperador, que tinha o poder de nomear ministros, dissolver a Câmara dos Deputados, suspender as leis e convocar novas eleições.



I. Incorreta. O monarca não detinha o poder Executivo, ele detinha o chamado poder Moderador. O poder Executivo era composto pelo chefe dos ministros, escolhido pelo imperador. O poder legislativo era dividido entre a Assembleia Geral, composta por duas câmaras (a Câmara dos Deputados e o Senado), e o imperador. O poder judiciário era exercido por juízes nomeados pelo imperador.

II. Correta. A Constituição de 1824 de fato garantiu a liberdade religiosa para outras crenças, mas o catolicismo era a religião predominante e gozava de certos privilégios, como o reconhecimento como religião oficial do Estado e o monopólio do ensino religioso.

III. Incorreta. O imperador tinha o poder de nomear ministros, dissolver a Câmara dos Deputados e suspender as leis. Além disso, ele também tinha o poder de vetar leis aprovadas pela Assembleia Geral. Todo esse conjunto de poderes chamava-se “poder Moderador”.

IV. Correta. A Constituição de 1824 foi caracterizada por uma centralização do poder no imperador e na elite aristocrática. O imperador tinha amplos poderes e a elite aristocrática, composta por grandes proprietários de terras e comerciantes, controlava o poder legislativo.

Portanto, a resposta correta é (d), apenas as proposições II e IV estão corretas.

Gabarito: D.

29. (FCC – TRT-SP 15ª região – 2018)

Leia os artigos 98 e 99 da Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.

(Grafia original extraída de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

Conforme os artigos acima, o Poder Moderador era

a) equivalente aos outros Poderes políticos, embora fosse delegado ao Imperador, que estava sujeito ao controle da Assembleia.

b) uma forma de tutela política sobre os outros poderes, exclusiva ao Imperador, que não poderia ser submetido a nenhum controle constitucional ou jurídico.

c) superior aos Poderes Políticos mas exclusivo ao Poder Executivo, devendo ser utilizado para resolver conflitos no seio do Império.



- d) um modelo de organização política que viabilizava a Independência, considerada sagrada pela Constituição, e que tinha como função prática substituir o Poder Judiciário.
- e) presidido pelo Imperador, que estava acima da constituição, e exercido de forma colegiada com os outros Poderes Políticos, visando a harmonia da organização política nacional

Comentários

Os artigos 98 e 99 da Constituição de 1824 atribuíam ao Poder Moderador, exercido pelo Imperador, poderes sobre os outros poderes políticos, inclusive o poder de dissolver a Assembleia Geral e suspender as leis. Além disso, o artigo 99 estabelecia que a pessoa do Imperador era inviolável, ou seja, ele não podia ser responsabilizado por seus atos, mesmo que estes fossem considerados ilegais.

Com base nessas disposições, é possível concluir que o Poder Moderador era uma forma de tutela política sobre os outros poderes, exclusiva ao Imperador, que não poderia ser submetido a nenhum controle constitucional ou jurídico.

- a) Incorreta. O poder Moderador não era equivalente, e sim superior aos outros poderes, atuando como mediador entre as forças políticas e a burocracia do Estado imperial.
- b) Correta. Essa é a definição constitucional do poder moderador
- c) Incorreta. O Poder Moderador não era exclusivo do Poder Executivo, e não tinham relação direta. Ele podia ser exercido pelo Imperador para resolver conflitos entre os poderes, inclusive entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.
- d) Incorreta. O Poder Moderador não tinha como função substituir o Poder Judiciário. O Poder Moderador era um poder político, enquanto o Poder Judiciário era um poder jurídico.
- e) Incorreta. O Poder Moderador não era exercido de forma colegiada com os outros poderes. Ele era exercido exclusivamente pelo Imperador.

Gabarito: B.

30. (CESPE/CEBRASPE – Pref. Municipal de São Cristóvão (SE) – 2019)

A respeito do Primeiro Reinado e do processo de independência do Brasil, julgue o itens seguintes

- () O Primeiro Reinado foi marcado por atos voluntaristas de D. Pedro I e pela inércia do Poder Legislativo no que diz respeito à construção de um aparato institucional do império brasileiro.
- () As adesões do Maranhão, do Pará, da Bahia e da Cisplatina ao projeto de independência liderado pelo príncipe D. Pedro foram resultado de conflito bélico
- () A imprensa periódica brasileira teve papel irrelevante durante o processo de independência do Brasil, em razão do alto índice de analfabetismo da população.

Comentários:



O Primeiro Reinado foi um período marcado por conflitos políticos e sociais, que culminaram na abdicação de D. Pedro I em 1831. O processo de independência do Brasil também foi um período conturbado, com conflitos entre as forças pró-independência e as forças pró-colônia.

(Errada) D. Pedro I era um homem de personalidade forte e autoritária, que não costumava consultar o Poder Legislativo antes de tomar decisões. Isso levou a conflitos entre o Imperador e o Legislativo, que se recusou a aprovar algumas das leis propostas por D. Pedro I. Além disso, o Poder Legislativo foi lento na construção de um aparato institucional do império, o que contribuiu para a instabilidade política do período. Exemplos de atos voluntaristas de D. Pedro I incluem: a outorga da Constituição de 1824, que concentrava o poder nas mãos do Imperador; a declaração da guerra à Argentina em defesa da Cisplatina, que acabou resultando na independência do Uruguai; a dissolução da Assembleia Geral em 1823.

(Certa) As adesões do Maranhão, do Pará e da Bahia ao projeto de independência foram resultado de fatores políticos e sociais, como o descontentamento com o domínio português e a influência das ideias liberais. No caso da Cisplatina, a adesão ao projeto de independência foi resultado de um conflito bélico, mas esse conflito ocorreu após a declaração de independência do Brasil. Exemplos de fatores políticos e sociais que contribuíram para as adesões ao projeto de independência incluem: o descontentamento com o domínio português, que era caracterizado por um sistema tributário injusto e pela falta de autonomia política; a influência das ideias liberais, que defendiam a independência dos povos e a soberania popular; a atuação de líderes locais, como José Bonifácio de Andrada e Silva e Bernardo de Vasconcelos, que defendiam a independência do Brasil.

(Errada) A imprensa periódica brasileira teve um papel importante no processo de independência do Brasil, disseminando as ideias liberais e contribuindo para a mobilização da população. Apesar do alto índice de analfabetismo, a imprensa periódica era lida por uma parcela significativa da população, incluindo pessoas alfabetizadas, letradas e semiletradas. Exemplos de jornais que atuaram no processo de independência incluem: Correio Braziliense, fundado por Hipólito da Costa; Aurora Fluminense, fundado por José Clemente Pereira; Verdadeiro Patriota, fundado por Bernardo de Vasconcelos.

Gabarito: E; C; E.

31. (IADES – CACD – 2023)

No âmbito externo, o monarca manteve a política expansionista de seu pai, que pretendia estender as fronteiras meridionais do Brasil até as margens do Prata. O resultado foi a continuidade da guerra na Cisplatina com a Argentina. A província Cisplatina transformou-se no atual Uruguai, e os dois contendores saíram igualmente derrotados, com seus cofres públicos literalmente arrombados.

(SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 239, com adaptações.)

Em relação à guerra da Cisplatina e à política externa do Primeiro Reinado (1822 – 1831), julgue (C ou E) os itens a seguir.

() A província Cisplatina foi formalmente anexada ao território do Reino de Portugal, Brasil e Algarves em 1821 e, em 1825, o conflito foi deflagrado a partir da invasão de um grupo de

119

129



militares à Banda Oriental apoiados pelo governo de Buenos Aires, com o objetivo de separar a Cisplatina do império brasileiro.

() O território da então província Cisplatina era estratégico para os interesses do Brasil desde o período da colonização, tanto pelo importante comércio de gado desenvolvido na região quanto pela importância do rio da Prata para a manutenção de comunicações entre o Rio de Janeiro e as províncias do interior da colônia.

() O conflito reflete algumas fragilidades da condução política e institucional do Império do Brasil, sob o governo de d. Pedro I, visto que os problemas particulares da monarquia afetavam de modo direto as questões de Estado, dificultando o processo de consolidação do território nacional entre os rios Amazonas e Prata.

() A resolução para o conflito cisplatino deu-se graças à intervenção militar estadunidense no rio da Prata, à adoção de um governo monárquico no Uruguai e à concessão de empréstimos aos países envolvidos na guerra, de modo a fortalecer as economias da região entre 1830 e 1850.

Comentários:

A guerra da Cisplatina foi um conflito armado entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que ocorreu entre 1825 e 1828. O conflito resultou na independência da Cisplatina, que passou a se chamar Uruguai.

(Certa) A província Cisplatina foi anexada ao território do Reino de Portugal, Brasil e Algarves em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Em 1825, um grupo de militares apoiados pelo governo de Buenos Aires invadiu a região, com o objetivo de separá-la do Brasil.

(Certa) O território da Cisplatina era estratégico para os interesses do Brasil desde o período da colonização, tanto pelo importante comércio de gado desenvolvido na região quanto pela importância do rio da Prata para a manutenção de comunicações entre o Rio de Janeiro e as províncias do interior da colônia.

(Certa) O conflito da Cisplatina reflete algumas fragilidades da condução política e institucional do Império do Brasil, sob o governo de d. Pedro I. Os problemas particulares da monarquia, como a crise financeira e a instabilidade política, afetaram de modo direto as questões de Estado, dificultando o processo de consolidação do território nacional entre os rios Amazonas e Prata.

(Errada) A resolução para o conflito cisplatino deu-se graças ao Tratado de Montevideu, assinado em 1828. O tratado reconheceu a independência do Uruguai e estabeleceu as fronteiras entre o Brasil e o novo país. Não houve intervenção militar estadunidense no conflito, nem adoção de um governo monárquico no Uruguai.

Gabarito: C C C E.

32. (CESPE/CEBRASPE – CACD – 2017)

120

129



Durante o Primeiro Reinado consolidou-se a independência nacional, construiu-se o arcabouço institucional do Império do Brasil e estabeleceram-se relações diplomáticas com diversos países. Acerca desse período da história do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

- () O Senado era fator de estabilidade política no Império, tanto pelo caráter vitalício dos mandatos dos senadores, quanto por ter prerrogativas constitucionais como a de aprovar a nomeação de presidentes das províncias e a de assinar tratados internacionais.
- () Nas negociações para o reconhecimento da independência brasileira pela Grã-Bretanha, foi importante o interesse de Pedro I em preservar sua dinastia.
- () Originalmente uma questão concernente apenas ao eixo das relações simétricas entre os Estados envolvidos, a Guerra da Cisplatina encerrou-se com a interferência de uma potência externa ao conflito.
- () Contribuíram para a consolidação da independência brasileira importantes ações militares contra tropas leais a Lisboa.

Comentários:

O Primeiro Reinado foi um período de importantes transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. A independência nacional foi consolidada, o arcabouço institucional do Império foi construído e as relações diplomáticas com diversos países foram estabelecidas.

(Certa). O Senado era composto por membros vitalícios, escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice elaborada pelas províncias. O Senado tinha prerrogativas importantes, como a de aprovar a nomeação de presidentes das províncias e a de assinar tratados internacionais. Essas prerrogativas conferiam ao Senado um papel importante na estabilidade política do Império.

(Certa). O interesse de Pedro I em preservar sua dinastia foi um fator importante nas negociações para o reconhecimento da independência brasileira pela Grã-Bretanha. Pedro I era neto do rei Jorge III da Inglaterra e tinha interesse em manter boas relações com a Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha, por sua vez, tinha interesse em manter a estabilidade na região do Prata, e o reconhecimento da independência brasileira contribuía para esse objetivo.

(Errada). A Guerra da Cisplatina foi um conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Apesar da mediação da Inglaterra, esta não interveio diretamente.

(Certa). As ações militares contra tropas leais a Lisboa, de fato, contribuíram para a consolidação da independência brasileira. As tropas leais a Lisboa representaram uma ameaça à independência do Brasil, e sua derrota foi um passo importante para a consolidação do novo país.

Gabarito: C; C; E; C.

33. (FGV - 2023 - Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes - PE - Professor 2 - História)



A organização política do império brasileiro assentava no princípio da divisão dos poderes e no estabelecimento de um poder moderador considerado pela Coroa como o poder capaz de equilibrar os demais poderes do Estado e assegurar a estabilidade e a harmonia do Império.

Assinale a opção que apresenta atribuições conferidas ao monarca pelo poder moderador.

- a) Nomear senadores e aconselhar o imperador a respeito de declarações de guerra e ajustes de paz.
- b) Convocar a Assembleia Geral extraordinariamente e suspender magistrados.
- c) Nomear ministros e apresentar à Câmara dos Deputados um balanço geral da receita e despesa do tesouro nacional.
- d) Conceder anistia e nomear os juízes de paz que atuavam nos tribunais provinciais.
- e) Aprovar ou suspender as resoluções dos Conselhos Provinciais e nomear cardeais.

Comentários:

O poder moderador foi uma instituição política criada pela Constituição de 1824, que conferia ao imperador amplos poderes para garantir a estabilidade do Império. O poder moderador era superior aos demais poderes do Estado, o executivo, o legislativo e o judiciário.

(a) Incorreta. O poder moderador não conferia ao imperador o poder de aconselhar o imperador, isso nem faz sentido. Isso era uma atribuição do Conselho de Estado, um órgão consultivo do imperador.

(b) Incorreta. O poder moderador conferia ao imperador o poder de convocar a Assembleia Geral extraordinariamente, mas não o poder de suspender magistrados. Essa atribuição era do poder judiciário.

(c) Correta. O poder moderador conferia ao imperador o poder de nomear ministros e de apresentar à Câmara dos Deputados um balanço geral da receita e despesa do tesouro nacional.

(d) Incorreta. O poder moderador conferia ao imperador o poder de conceder anistia, mas não o poder de nomear os juízes de paz que atuavam nos tribunais provinciais. Essa atribuição era do poder executivo.

(e) Incorreta. O poder moderador conferia ao imperador o poder de aprovar ou suspender as resoluções dos Conselhos Provinciais, mas não o poder de nomear cardeais. Essa atribuição era da Igreja Católica.

Gabarito: C.

34. (IADES – CACD – 2023)

Fase mais conturbada da história do Brasil, o período regencial é tradicionalmente visto sob perspectiva negativa, que o caracteriza como época anárquica e anômala, como empecilho à formação e à preservação da nação brasileira.



(BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In.: GRINBERG, K.; SALLES, R. [org.]. O Brasil imperial. Vol. II, 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55.)

A respeito do processo político que se estendeu da abdicação de d. Pedro I, em 1831, ao Período Regencial, julgue (C ou E) o item a seguir.

() Em 1831, a vacância do trono deu lugar a um período de agitações de rua, movimentação na imprensa e acirradas disputas pelo poder regencial, envolvendo ainda grande pressão popular.

() “Desquite amigável”, como definira Joaquim Nabuco, a abdicação foi um notável pacto intraelites e não teve nenhum potencial de mobilizar a participação ativa de setores populares ou da soldadesca, nem mesmo da imprensa, na sociedade aristocrática e escravista da época.

() No Período Regencial, os políticos moderados, leitores de Rousseau e Paine, pretendiam transformações sociais mais profundas com a ampliação da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão e até propostas de reforma agrária e instalação de um sistema federativo de governo.

() Embora orquestrado pelos moderados, o Ato Adicional de 1834, como movimento conciliatório, também buscou conferir margem maior de poder e autoridade às elites das províncias, especialmente com a criação das assembleias provinciais.

Comentários:

O Período Regencial foi um período de transição entre o Primeiro Reinado e o Segundo Reinado, marcado por conflitos políticos e sociais. A abdicação de D. Pedro I, em 1831, abriu caminho para um período de instabilidade política, com disputas pelo poder regencial e revoltas populares.

(Certa). A abdicação de D. Pedro I foi um evento inesperado que causou grande agitação na sociedade brasileira. As ruas das principais cidades do país foram tomadas por manifestações populares, e a imprensa passou a defender diferentes projetos políticos para o país. As elites também se dividiram em torno da questão da regência, e o poder regencial passou a ser disputado por diferentes grupos políticos.

(Errada). A abdicação de D. Pedro I não foi um evento isolado, mas sim o resultado de um conjunto de fatores, incluindo a crise financeira do Império, a oposição dos liberais e a pressão popular. As manifestações populares que se seguiram à abdicação foram significativas, e a imprensa desempenhou um papel importante na mobilização da opinião pública.

(Errada). Os políticos moderados, que dominavam o poder regencial, não eram favoráveis a transformações sociais profundas. Eles defendiam a manutenção da ordem social vigente, baseada na escravidão e na concentração de renda. Os projetos de reforma agrária e de instalação de um sistema federativo de governo foram propostos por grupos políticos mais radicais, como os liberais e os exaltados.

(Certa). O Ato Adicional de 1834 foi um documento constitucional que buscou conciliar os interesses dos moderados e dos liberais. Ele estabeleceu um sistema federativo de governo, com a criação de



assembleias provinciais, e ampliou os poderes das províncias. No entanto, o Ato Adicional também manteve o Poder Moderador nas mãos do imperador, o que conferia grande poder aos moderados.

Gabarito: C E E C.

35. (FCC – Câmara Municipal de Fortaleza (CE) – 2019)

Considere o texto.

Os balaies chegaram a ocupar Caxias, segunda cidade da província. De suas raras proclamações por escrito constam vivas à religião católica, à Constituição, a Dom Pedro II, à “santa causa da liberdade”.

(FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p. 167)

As informações contidas no texto contribuem para que se compreenda a Balaiada como

- a) uma revolta regencial que se caracterizou pela aliança interclassista expressa em suas diversas bandeiras de luta.
- b) um movimento popular que assumiu o controle de cidades importantes do Maranhão e se restringiu a reivindicações econômicas
- c) uma revolta de natureza religiosa e de apoio ao jovem Imperador, contra o domínio de Portugal na região, que foi a mais longa do Nordeste
- d) um movimento constituído principalmente por escravos que lutavam pela Proclamação da República e pela Abolição
- e) uma revolução conduzida pela elite liberal, que obteve êxito graças ao apoio das províncias vizinhas ao Maranhão.

Comentários:

A Balaiada foi uma revolta popular que eclodiu no Maranhão em 1838, durante o Período Regencial. A revolta foi liderada por Manuel Francisco dos Anjos, conhecido como “Manuel Balaio”, e contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo escravos, vaqueiros, sertanejos e pequenos proprietários.

(a) Correta. O texto menciona que os balaies defendiam a religião católica, a Constituição, Dom Pedro II e a “santa causa da liberdade”. Essas bandeiras de luta revelam a aliança interclassista que caracterizou a Balaiada, reunindo tanto elementos populares quanto elementos da elite agrária.

(b) Errada. O texto menciona que os balaies chegaram a ocupar Caxias, segunda cidade da província. Isso demonstra que a revolta não se restringiu a reivindicações econômicas, mas também a questões políticas e sociais.

(c) Errada. O texto não menciona que a Balaiada foi uma revolta de natureza religiosa. Além disso, o Brasil já era um país independente.



(d) Errada. O texto não menciona que a Balaiada foi um movimento constituído principalmente por escravos. A Revolta de escravos, no período regencial é a do Malês. Além disso, a Balaiada não lutava pela Proclamação da República nem pela Abolição.

(e) Errada. O texto não menciona que a Balaiada foi uma revolução conduzida pela elite liberal, nem que obteve êxito graças ao apoio das províncias vizinhas ao Maranhão. A Balaiada foi um movimento popular que foi derrotado pelo governo imperial.

Gabarito: A.

36. (FCC – Secretaria de Estado de Administração do Amapá – 2018)

A Cabanagem foi um episódio marcante na história do Amapá e na história da região Norte, pois

a) ameaçou a hegemonia do governo Imperial durante a fase da regência, mobilizando proprietários, comerciantes, índios e negros em defesa de um projeto republicano e de maior autonomia provincial.

b) dividiu de forma radical todas as províncias da região norte e nordeste, provocando uma guerra civil entre os que eram favoráveis e fiéis ao governo português e os defensores de um novo governo brasileiro, democrático.

c) foi um movimento com forte participação popular que se alastrou por uma área hoje correspondente a diversos estados, expressando o descontentamento social e político com a situação da região e as tensões com o governo de Dom Pedro I.

d) resultou na decretação da independência do Grão-Pará em relação ao centro do Império, e na instalação de um governo provisório que logo foi reconhecido pelas demais províncias, ao propor o projeto de criação da Confederação do Equador.

e) demonstrou a capacidade de organização e luta das classes populares, uma vez que os cabanos chegaram a tomar o poder e proclamaram um governo republicano, que resistiu mesmo após investidas das forças imperiais, levando Dom Pedro I a assinar um pacto de paz.

Comentários:

A Cabanagem foi um movimento popular que eclodiu no Pará em 1835, durante o Período Regencial. A revolta foi liderada por Antônio Vinagre e contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo escravos, índios, mestiços e pequenos proprietários.

(a) Errada. A Cabanagem não foi um movimento republicano, mas sim um movimento de caráter popular que defendia reivindicações sociais e políticas, como a abolição da escravidão, a redução dos impostos e a maior autonomia para as províncias.

(b) Errada. A Cabanagem não dividiu de forma radical todas as províncias da região norte e nordeste. Na verdade, o movimento contou com o apoio de alguns setores da elite local, como os comerciantes e os proprietários rurais.

125

129



(c) Correta. A Cabanagem foi um movimento com forte participação popular que se alastrou por uma área hoje correspondente a diversos estados, expressando o descontentamento social e político com a situação da região e as tensões com o governo de Dom Pedro I.

(d) Errada. A Cabanagem não resultou na decretação da independência do Grão-Pará em relação ao centro do Império. Na verdade, o movimento foi derrotado pelas forças imperiais em 1840.

(e) Errada. A Cabanagem não demonstrou a capacidade de organização e luta das classes populares, uma vez que os cabanos foram derrotados pelas forças imperiais. Além disso, os cabanos não proclamaram um governo republicano, mas sim um governo provisório que defendia reivindicações sociais e políticas.

Gabarito: C.

37. (FCC – Secretaria de Estado de Administração do Amapá – 2018)

Relacione as revoltas populares ocorridas no período imperial da História do Brasil à descrição de seus eventos.

1. Cabanagem.

2. Balaiada.

3. Revolta dos Malês.

() Ocorreu no atual Estado do Maranhão, contra o poder ruralista vinculado ao cultivo de algodão, tendo se iniciado a partir da “Lei dos Prefeitos”.

() Foi organizada por praticantes de uma determinada religião e seu planejamento foi elaborado na língua vernácula de seus participantes.

() Contou com a participação de diversos grupos sociais que lutaram contra o abandono do Grão Pará e aspiravam à independência da região em relação ao governo central.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 3 – 2 – 1.

b) 2 – 3 – 1.

c) 1 – 2 – 3.

d) 3 – 1 – 2.

e) 1 – 3 – 2.

Comentários:

As revoltas populares ocorridas no período imperial da História do Brasil foram movimentos de resistência contra o governo e a ordem social vigentes. Essas revoltas foram protagonizadas por diversos grupos sociais, incluindo escravos, índios, mestiços e pequenos proprietários.



(Balaiada) Ocorreu no atual Estado do Maranhão, contra o poder ruralista vinculado ao cultivo de algodão, tendo se iniciado a partir da “Lei dos Prefeitos”.

- A Balaiada foi uma revolta popular que ocorreu na província do Maranhão entre 1838 e 1841. A revolta surgiu como um levante social por melhores condições de vida e contou com a participação de vaqueiros, escravos e outros desfavorecidos¹. O nome dessa luta popular provém dos “balaies”, nome dos cestos fabricados na região. As principais causas da Balaiada estão ligadas à pobreza da população da província maranhense, bem como sua insatisfação diante dos desmandos políticos dos grandes fazendeiros da região. A revolta foi liderada por Raimundo Gomes, Manoel dos Anjos Ferreira e Cosme Bento de Chagas. Após um período de vitórias, nas quais foram capturadas algumas vilas importantes, como Vila de Caxias e Vargem Grande, os revoltosos estabeleceram uma Junta Provisória. Contudo, o movimento começou a apresentar sinais de enfraquecimento após a morte de Manoel dos Anjos, o Balaio. Os revoltosos entraram em confronto contra as tropas imperiais e foram derrotados por Luís Alves Lima e Silva, futuro duque de Caxias, em 1840². A principal consequência da Balaiada foi a garantia da unidade territorial do império brasileiro.

(Revolta dos Malês) Foi organizada por praticantes de uma determinada religião e seu planejamento foi elaborado na língua vernácula de seus participantes.

- A Revolta dos Malês ocorreu em Salvador, na Província da Bahia, na noite de 24 de janeiro de 1835, durante o Período Regencial (1831 a 1840). Foi uma rebelião rápida organizada por escravos de origem islâmica, principalmente das etnias hauçá e nagô. Os escravos buscavam principalmente a liberdade religiosa, além da insatisfação com o sistema político e econômico baseado na mão de obra escrava que reinava no país, e com a falta de liberdade religiosa, já que eram obrigados a participar dos cultos católicos. A revolta representou a mobilização de cerca de 1.500 escravos africanos, que lutavam pela libertação dos negros de origem islâmica, ou seja, os escravos muçulmanos, tendo sido liderados por Pacífico Licutan, Manuel Calafate e Luis Sanim. Os malês atacaram o Exército, com o objetivo de libertar os escravos dos engenhos e tomar o poder. No entanto, durante a noite de 24 para 25 de janeiro, os malês foram delatados e caíram em uma emboscada preparada pela polícia, o que resultou em muitos mortos, feridos e presos. Cerca de 200 escravos foram presos e julgados, e os principais líderes do movimento receberam a pena de morte.

(Cabanagem) Contou com a participação de diversos grupos sociais que lutaram contra o abandono do Grão Pará e aspiravam à independência da região em relação ao governo central.

- A Cabanagem foi uma revolta popular extremamente violenta que ocorreu na província do Grão-Pará, de 1835 a 1840. A rebelião tinha como objetivo a independência da região. As principais causas da Cabanagem foram as disputas políticas e territoriais, motivadas pelas elites do Grão-Pará; as elites provinciais queriam tomar as decisões político-administrativas da província; o descaso do governo regencial para com os habitantes do Grão-Pará; os cabanos, por sua parte, queriam melhores condições de vida e trabalho. A revolta foi liderada pelos fazendeiros Félix Clemente Malcher e Francisco Vinagre, culminando na execução do Governador Bernardo Lobo de Sousa. Em seguida, indicaram Malcher para presidente da província. No entanto, Clemente Malcher tentou reprimir os revoltosos, mandando prender Eduardo Angelim, um dos líderes do movimento. Após um sangrento conflito, Malcher foi morto pelos “cabanos” e substituído por Francisco Pedro Vinagre. Os cabanos foram derrotados por tropas regenciais durante os anos de 1838 e 1840, após a derrota do principal foco de resistência em Belém.



Gabarito: B.

38. (FCC – Polícia Civil do Estado do Amapá – 2017)

Durante o movimento social conhecido como Cabanagem, houve a

- a) tomada, por parte dos rebeldes, da cidade de Belém, onde foi constituído um governo republicano, que proclamou a independência do Grão Pará com apoio de Portugal e Inglaterra.
- b) morte de milhares de pessoas, a maioria delas provenientes das classes mais desfavorecidas, ao longo de cinco anos de violentos conflitos que se espalharam pelas principais cidades da região norte.
- c) pronta adesão das autoridades locais amapaenses às propostas dos cabanos, o que obrigou o governo federal a combater com prioridade o núcleo dirigente do movimento, estabelecido em Macapá.
- d) condução das massas revoltosas por padres católicos e líderes messiânicos, que defendiam a instituição de uma nova monarquia sem relações com o Vaticano, que garantisse melhores condições de vida para os pobres.
- e) defesa dos princípios da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – junto com o consenso de que se deveria formar um governo exclusivamente popular, sem a participação das elites.

Comentários:

A Cabanagem foi um movimento popular que eclodiu no Grão-Pará em 1835, durante o Período Regencial. A revolta foi liderada por Antônio Vinagre e contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo escravos, índios, mestiços e pequenos proprietários. Vamos analisar as alternativas:

- (a) Incorreta. Os cabanos tomaram a cidade de Belém e constituíram um governo republicano, mas não proclamaram a independência do Grão-Pará com apoio de Portugal e Inglaterra. O movimento foi derrotado pelas forças imperiais em 1840.
- (b) Correta. A Cabanagem foi uma revolta extremamente violenta que resultou na morte de milhares de pessoas, a maioria delas provenientes das classes mais desfavorecidas.
- (c) Incorreta. Não há registros históricos que indiquem a adesão das autoridades locais amapaenses às propostas dos cabanos. A revolta foi liderada por Antônio Vinagre e contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo escravos, índios, mestiços e pequenos proprietários.
- (d) Incorreta. A Cabanagem não foi conduzida por padres católicos e líderes messiânicos.
- (e) Incorreta. Embora a Cabanagem tenha sido um movimento popular, não há evidências de que os princípios da Revolução Francesa tenham sido defendidos pelos cabanos.

Gabarito: B.

128

129



39. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Professor – História)

Com relação às várias revoltas que ocorreram no Brasil durante o período regencial, julgue os itens a seguir.

- () A Cabanagem ocorreu na Bahia, em decorrência da revolta dos escravizados.
- () O movimento conhecido como Balaiada ocorreu na província do Maranhão, e um de seus principais motivos foram as péssimas condições de vida das populações mais pobres.
- () Durante a Revolução Farroupilha, foi declarada a República de Piratini.
- () A Revolta dos Malês foi parcialmente vitoriosa na Bahia, uma vez que obteve o reconhecimento oficial dos direitos dos rebelados.

Comentários:

O período regencial foi um período de instabilidade política e social no Brasil. Várias revoltas eclodiram durante esse período, expressando o descontentamento de diversos setores da sociedade com o governo regencial e com a ordem social vigente.

(Errada). A Cabanagem ocorreu na província do Grão-Pará, em 1835. Foi um movimento popular que contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo escravos, índios, mestiços e pequenos proprietários. O movimento foi liderado por Antônio Vinagre e tinha como principais reivindicações a abolição da escravidão, a redução dos impostos e a maior autonomia para as províncias.

(Correta). A Balaiada ocorreu na província do Maranhão, em 1838. Foi um movimento popular que contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo escravos, vaqueiros, sertanejos e pequenos proprietários. O movimento foi liderado por Manuel Francisco dos Anjos, conhecido como Balaio, e tinha como principais reivindicações a abolição da escravidão, a redução dos impostos e a maior autonomia para as províncias.

(Correta). A Revolução Farroupilha ocorreu na província do Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845. Foi um movimento separatista que contou com o apoio de diversos setores da sociedade gaúcha, incluindo fazendeiros, comerciantes e militares. O movimento foi liderado por Bento Gonçalves da Silva e proclamou a República de Piratini, em 1836.

(Errada). A Revolta dos Malês ocorreu em Salvador, na Bahia, em 1835. Foi um movimento de escravos muçulmanos que pretendiam proclamar a independência da Bahia e abolir a escravidão. O movimento foi prontamente derrotado pelas forças imperiais e seus líderes foram executados.

Gabarito: E; C; C; E.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.